TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

ESTUDO TÉCNICO 01/2023

Indicadores Socieconômicos e Ambientais do Estado:

Prestação de Contas do Governo do Estado 2022.

Julho/2023

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Diretoria de Tecnologia da Informao - DITEC

Espaço Cidadania Digital - ECD

Estudo Técnico ECD nº 01/2023

Estudo Técnico de Indicadores Socioeconômicos e Ambientais do Estado:

Prestação de Contas do Governo do Estado 2022

Julho/2023

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho

Presidente do TCE-PB

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Ed Wilson Fernandes de Santana

Coordenação de Trabalho

Espaço Cidadania Digital - ECD

André Agra

Bianca Lins

Arte da Capa e Edição

Raissa Oliveira

Sumário

1. Introdução **8**

2.Indicadores-chaves da População, Frota, Pib, Renda e Trabalho **15**

2.1 População, PIB e Renda 15

2.2 Trabalho - Empregos formais 20

2.3 Programas Sociais 26

3. Indicadores-chaves da Educação **29**

3.1 Indicadores Gerais da Educação 29

3.2 Indicadores do Ensino Médio 38

3.3 Taxa de Adequação de Formação Docente - Ensino Médio 41

3.4 Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono 42

4. Indicadores-chaves da Saúde **45**

4.1 Sobre à COVID-19 45

4.2 Outros Indicadores-Chaves da Saúde 48

4.2.1 Taxa de Internações Sensíveis à Atenção Básica para Idosos 48

4.2.2 Taxa de Leitos de UTI por 100 mil habitantes 49

4.2.3 Taxa de Unidades Hospitalares por 100 mil habitantes 50

4.2.4 Taxa de Leitos Cirúrgicos por 100 mil habitantes 50

4.2.5 Taxa de Leitos Clínicos por 100 mil habitantes 50

4.2.6 Taxa de Médicos na Atenção Básica por 100 mil habitantes 51

4.2.7 Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos 51

4.2.8 Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos 52

4.2.9 Taxa de mortalidade prematura (residentes de 30 a 69 anos) devido a quadro de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) por 100 mil habitantes 53

5. Indicadores-chaves da Segurança Pública e Informações Institucionais **55**

5.1 Polícia Militar 61

5.2 Crimes contra a pessoa 64

5.3 Violência contra a mulher 69

5.4 Segurança Viária 74

5.5 Crimes Contra o Patrimônio 78

5.6 Apreensão de Entorpecentes 79

5.7 Polícia Civil 80

5.8 Sistema Penitenciário 82

6. Indicadores-chaves de Saneamento Básico **87**

7. Indicadores-chaves do Meio Ambiente **96**

7.1 Setor agropecuário 102

7.2 Energia 103

7.3 Resíduos 103

7.4 Brasil 2045 105

8. Considerações Finais **106**

Lista de Figuras

Figura 1.a - Constituição do orçamento público 8
Figura 1.b - Indicadores na gestão pública 9
Figura 1.c - Nível de analfabetismo por Estado (Paraíba 16%) 10
Figura 1.d - Aprendizado Matemática 2017 a 2021 11
Figura 1.e - Casos e óbitos confirmados - Covid 19 11
Figura 1.f - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 12
Figura 1.g - Ranking de Competitividade dos Estados - 2022 13
Figura 1.h - João Pessoa e Campina Grande em relação aos ODS 14
Figura 2.1.a - Projeção de Crescimento do PIB da PB para 2022 19
Figura 2.1.b - Rendimento Mensal Domiciliar *per capita* (2012-2022) 19
Figura 2.2.a - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (2022) 20
Figura 2.2.b - Estoque de Saldo de Empregos Formais no Nordeste (2022) 20
Figura 2.2.c - Estoque de Saldo de Empregos Formais Brasil 21
Figura 2.2.d - Vínculos empregatícios na Paraíba em 2023 22
Figura 2.2.e - Estoque e Saldo de Empregos Formais, por área, na Paraíba e no Nordeste, respectivamente - 2022 23
Figura 2.2.f - Evolução das Admissões no Brasil - 2022 23
Figura 2.2.g- Taxa de desocupação no Brasil 24
Figura 2.2.h - Taxa de desemprego nas regiões do Brasil - 2019 a 2022 24
Figura 2.2.i - Taxa de desemprego ano de 2022 25
Figura 2.2.j - Atividade econômica na Paraíba 26
Figura 2.3.a - Percentual de famílias que fazem parte do CADÚNICO (2012-2023) 27
Figura 2.3.b - Pessoas Cadastradas no CADÚNICO na PB (2022-2023) 27
Figura 2.3.c - Domicílios que recebem auxílios sociais (2012 -2022) 28
Figura 3.1.a - Alunos matriculados na Educação Básica em 2022 29
Figura 3.1.b - IDEB Ensino Fundamental e Médio 2021 31
Figura 3.1.c - Educação Infantil - evolução das matrículas 33
Figura 3.1.d - Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa - Brasil 2022 34
Figura 3.1.e - Proporção de alunos em tempo integral matriculados na rede pública de ensino médio, em 2022 35
Figura 3.1.f - Infraestrutura das escolas paraibanas em 2022 (Qedu) 35
Figura 3.1.g - Proficiência em ciências, matemática e leitura do Brasil, da OCDE e da Paraíba 36
Figura 3.2.a - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Português e Matemática, dados do QEDU, 2021 38
Figura 3.2.b - Proficiência em Português e Matemática - Rede Pública - 2021 39
Figura 3.2.c - Proficiência em Português e Matemática - Rede Estadual (3º ano do ensino médio)- 2017 a 2021 40
Figura 3.2.d - Saeb - Matemática - Ensino Médio 2021 41
Figura 3.3.a - Grupos de formação dos docentes 42
Figura 3.4.a - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono na Paraíba, no ano de 2021 44
Figura 4.1.a - Painel de Monitoramento Óbitos COVID 19 (até maio 2023) 46
Figura 4.1.b - Painel de Monitoramento de Casos COVID 19 (até maio 2023) 46
Figura 4.1.c - Taxa de óbitos por 100 mil habitantes (acumulado) (2021-2023) - Estados do Nordeste - Brasil (até 18/05/202 47

Figura 4.1.d - Taxa de Letalidade (óbitos por casos positivados) - 2021 até 2023 48
Figura 4.1.e - Situação da Vacinação na Paraíba em 17/04/2023 48
Figura 5.a - ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) 56
Figura 5.b - Mapa de Compatibilização dos Territórios Integrados 57
Figura 5.c - Monitor da Violência - crimes violentos 2022 58
Figura 5.d - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes (Brasil/Nordeste/Paraíba) 59
Figura 5.1.a - Relação Policial por Habitante (1/250) 63
Figura 5.2.a - CVLI decorrente de confrontos policiais na Paraíba 64
Figura 5.2.b - Comparativo de Taxas de CVLI nos Estados do Nordeste em 2022 - Comparativo do 1º trimestre de 2021 e 2022 66
Figura 5.2.c - Taxa de latrocínios na Paraíba, nos anos de 2012 a 2022. 67
Figura 5.2.d - Série Histórica de Distribuição por Cor dos Homicídios na Paraíba em 2022 67
Figura 5.2.e - Comparativo de CVLI entre REISP 69
Figura 5.4.a - Vítimas fatais por modos de transporte 77
Figura 5.6.a - Quantidade de Droga Apreendida (2011-2022) 80
Figura 5.8.a - Série Histórica da Taxa População carcerária por 100 mil habitantes 84
Figura 5.8.b - Comparativo de População Carcerária por Tipo de Condenação 2018-2022 85
Figura 6.a - Índice de atendimento total de esgoto 88
Figura 6.b - Saneamento Básico na Paraíba. 89
Figura 6.c - Porcentagem de tratamento do esgoto gerado na Paraíba 90
Figura 6.d - Perdas de distribuição de água - 2021 91
Figura 6.e - Abastecimento de água potável - 2021 92
Figura 6.f - Coleta de esgoto - 2021 92
Figura 6.g - Tratamento de esgoto - 2021 92
Figura 6.h - Risco de domicílios urbanos em relação a águas pluviais - 2021 93
Figura 6.i - Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos - 2021 93
Figura 6.j - Reciclagem de resíduos sólidos coletados por coleta seletiva - 2021 94
Figura 6.k - Mapa dos lixões 2022 96
Figura 7.a - Caracterização da Paraíba em relação a emissão de GEE, em 2021 98
Figura 7.b - Relação comparativa entre Paraíba e Brasil, levando em consideração a emissão dos GEE 98
Figura 7.c - Estatística quanto a alguns municípios da Paraíba 99
Figura 7.d - Subdivisões dos setores produtores de GEE 99
Figura 7.e - Série de Emissões dos GEE 100
Figura 7.1.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo processos emissores do setor agropecuário 102
Figura 7.2.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo a finalidade do produto/ categoria do veículo 103
Figura 7.3.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo a produção de resíduos 104

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1.a - Tendência para População Brasil e População Paraíba 15
Gráfico 2.1.b - População dos Estados da Região Nordeste 15
Gráficos 2.1.c - Crescimento da Frota de Veículos em relação ao Crescimento Populacional - 2010/2021/2022 16
Gráficos 2.1.d - Tipos de veículos em relação ao crescimento da frota até o ano de 2022 16
Gráfico 2.1.e - Participação dos Estados no PIB do Nordeste 2020 17
Gráfico 2.1.f - Evolução do PIB BRASIL 18
Gráfico 2.2.a - Comparativo da taxa de informalidade no Brasil e Estado da Paraíba (2021 e 2022) 24
Gráfico 3.1.a - Alunos matriculados na Rede Estadual da Paraíba em 2022 30
Gráfico 3.1.b - Alunos matriculados na Rede Estadual da Paraíba em 2022 37
Gráfico 3.1.c - Distorção Idade-Série Rede Estadual da Paraíba 2022 37
Gráfico 3.1.d - Distorção Idade-Série Ensino Médio - Brasil 2022 37
Gráfico 3.4.a - Evasão na Educação Básica 2010 - 2021 43
Gráfico 4.2.1.a - Taxa de Internações Sensíveis de Idosos/ População geral 2021 e 2022 49
Gráfico 4.2.7.a - Taxa de mortalidade Infantil no Brasil 1990 a 2020 52
Gráfico 4.2.8.a - Razão da mortalidade materna 2020 (Regiões do Brasil) 53
Gráfico 4.2.8.b - Razão da mortalidade materna brasileira 2016 a 2021 53
Gráfico 4.2.9.a - Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis selecionadas, segundo sexo. Brasil (2000 a 2019) 54
Gráfico 5.a - Despesas com Segurança Pública 57
Gráfico 5.b - Crime Violento Letal Intencional - CVLI (PB) (2010-2022) 60
Gráfico 5.c - Feminicídios na Paraíba 2015-2022 61
Gráfico 5.2.a - Série Histórica da Taxa de CVLI na Paraíba 64
Gráfico 5.2.b - Taxa de homicídios na Paraíba por 100 mil habitantes de 2000 a 2022 65
Gráfico 5.2.c -Taxa de CVLI por 100 mil habitantes de municípios paraibanos no ano de 2022 66
Gráfico 5.3.a - Série Histórica de CVLI de Mulher 2014-2022 69
Gráfico 5.3.b - Comparativo de Taxa de feminicídios PB e BR 71
Gráfico 5.4.a - Acidentes Letais de Trânsito - ALT na Paraíba. 75
Gráfico 5.4.b - Série Anual de ALT na Paraíba 75
Gráfico 5.4.c - Crescimento da frota de veículos na Paraíba (2006-2022) 76
Gráfico 5.4.d - Acidentes Letais de Trânsito - ALT no Brasil 77
Gráfico 5.5.a - CVP - Crimes Violentos Patrimoniais 78
Gráfico 5.7.a- Evolução dos Registros (Delegacia Online) 80
Gráfico 5.7.b- Elucidação de Inquéritos Policiais - ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais, com Prisão do Acusado - ELIP+ (2022) 81
Gráfico 5.7.c - Comparativo dos Tipos de Prisão de 2019 a 2022 82
Gráfico 5.8.a - Quantitativo de presos e excedente 2019 a 2022 84
Gráfico 5.8.b - Sistema Penitenciário e a População Carcerária no ano de 2022 84
Gráfico 6.a -Saneamento básico 2021 95
Gráfico 6.b - Número de cidades e tipos de descarte de resíduos na Paraíba (2023) 95
Gráfico 7.a - Consumo de etanol x emissões evitadas na Paraíba 2020 - 2023 100
Gráfico 7.b - Consumo de gasolina x etanol na Paraíba 2020 - 2023 101

Gráfico 7.c - Emissões dos Combustíveis Fósseis na Paraíba 2020-2023 102
Gráfico 7.4.a - Emissões de GEE por estado 2021 106

Lista de Tabelas

Tabela 5.1.a - Efetivo da Polícia Militar - 2019 a 2022 62
Tabela 5.1.b - Quantidade de Policiais por Habitantes - 2013 a 2022 63
Tabela 5.2.a - Crimes contra a Pessoa - 2014 a 2022 65
Tabela 5.3.a - Medidas Protetivas de Urgência de Registros Deferidos Violência Doméstica em Ocorrências da Delegacia Online 2022 70
Tabela 5.3.b - Medidas Protetivas Homologadas/ de Urgência em Delegacias online física no ano de 2022. 70
Tabela 5.3.c - Taxa de feminicídios PB e BR - 2019 a 2022 71
Tabela 5.3.d -Tabela 5.3.d - Estupro e Estupro de Vulneráveis - 2021-2022 73
Tabela 5.3.e - Vitimização nos últimos 12 meses - Série Histórica 2017-2023 74
Tabela 5.5.a - Crimes contra o Patrimônio - 2014 a 2022 79
Tabela 5.7.a - Atendimentos em 2022 (Delegacia On-line) 81
Tabela 5.8.a - Quantitativo de Servidores Sistema Prisional - 2019/2022 83
Tabela 5.8.b - Sistema Penitenciário em 2022 83

1 Introdução

O papel do controle externo das contas públicas deve ir além da fiscalização meramente formal dos gastos e de sua contabilização tradicional. A avaliação da qualidade, do resultado e do impacto das políticas públicas na sociedade, e, principalmente, no seu bem-estar, passa a ter importância fundamental. E isso precisa ser materializado nos instrumentos de planejamento, constantes no PPA (Plano Plurianual - **programação para 4 anos**), LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias - **metas para o ano**) e LOA (Lei Orçamentária Anual - **recursos para o ano**), nos planos setoriais e estratégicos, e, especialmente, a partir do compromisso firmado pelo Estado brasileiro na Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em setembro de 2015, a chamada Agenda 2030[1], a qual contém objetivos e metas para este fim.

Figura 1.a - Constituição do orçamento Público

Fonte: https://www.santagertrudes.sp.gov.br/

Nesse sentido, o que se busca é ir além de uma análise e verificação de possíveis inconformidades, muitas vezes formais, para uma **avaliação de políticas públicas e sua geração de valor e benefícios na vida dos cidadãos.** Essa percepção termina por fortalecer o próprio sistema dos Tribunais de Contas, conforme prescrevem e almejam as Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público - NBASP-12 - *valor e benefício dos tribunais de contas fazendo a diferença na vida dos cidadãos*[2].

A adoção de um sistema de medição de desempenho a partir de *indicadores-chaves,* (KPI - *Key Performance Indicator*) para avaliar: projetos, atividades, processos, metas, programas do

[1] ONU, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, New York, 2015.
[2] O TCU (2009) entende que **indicadores de desempenho é uma métrica que disponibiliza informações sobre o desempenho do objetivo de um programa, política social ou projeto, bem como descreve, explica ou prevê algo, e será o termômetro da ação pública executada.** Enquanto Coelho et al., (2008) afirmam que os indicadores são essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação da gestão, que permitem identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidade de mudanças ou manutenção da coisa pública.

PPA, enfim, a execução das políticas públicas, cria a possibilidade de se analisar os problemas/desafios estratégicos de forma proativa, evitando-se a perpetuação de falhas e de ineficiências sistêmicas, além de subsidiar as escolhas de novos caminhos e agregar valor ao processo de tomada de decisões.

O controle externo ao focar nesse tipo de análise, termina por contribuir com a melhoria da gestão e da governança pública, faz-se, então, um "órgão promotor do aprimoramento do aparelho estatal"[3]. A ênfase se desloca, nesses termos, para qualidade dos gastos, dos resultados transformadores de realidades. E isso tende a aumentar a disponibilidade e qualidade dos bens e serviços públicos ofertados à sociedade, bem como fortalecer qualitativamente o processo de transparência e o controle social.

Figura 1.b - Indicadores na gestão pública

Fonte: https://irbcontas.org.br/indicadores-na-gestao-publica/

Neste capítulo serão analisados indicadores socioeconômicos, ambientais, entre outros, do Estado da Paraíba (indicadores-chaves) selecionados a partir de fontes oficiais, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Paraíba pela Paz, Portais de Transparência e o Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre outras, das áreas de população, trabalho, renda, educação, saúde, segurança pública e meio ambiente, inclusive saneamento básico, com o objetivo de avaliar a

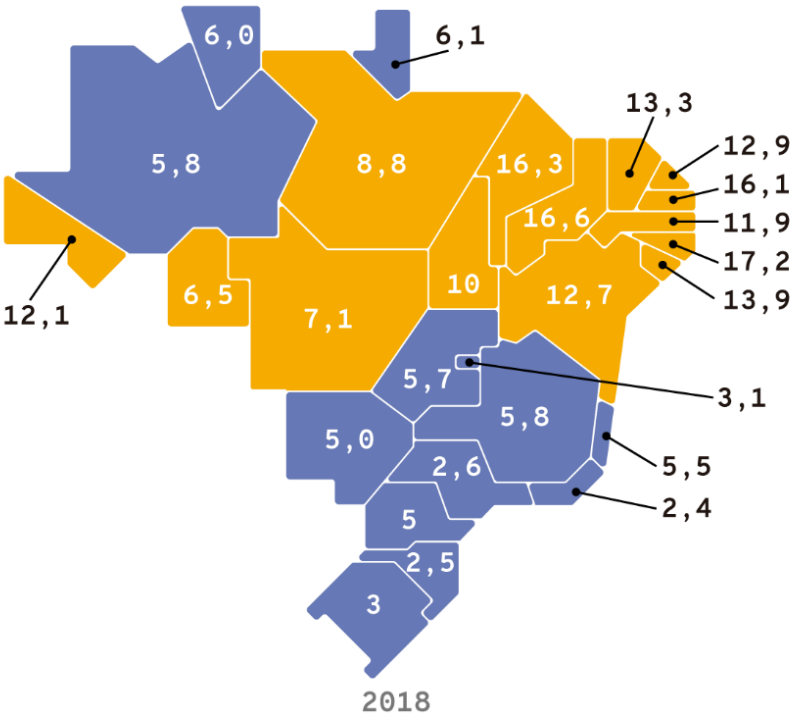
[3] Revista Fórum nº 04.

qualidade e os resultados da gestão estadual na vida da população paraibana, contextualizando-os com indicadores nacionais e de estados similares socioeconomicamente.

Quanto aos **indicadores-chaves de população, renda e trabalho** tiveram como fonte principal os dados do Novo CAGED e do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua).

No que se refere à **Educação**[4], foram utilizados como fonte de pesquisa o Censo Escolar 2022[5] - Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Plataforma QEDU[6], SAEB[7], entre outros. Notar que a Paraíba tem uma taxa de analfabetismo ainda muito alta, vide **figura 1.c**, a seguir:.

Figura 1.c - Nível de analfabetismo por Estado (Paraíba 16%)



Fonte: IBGE - PNAD Contínua 2018 - Educação

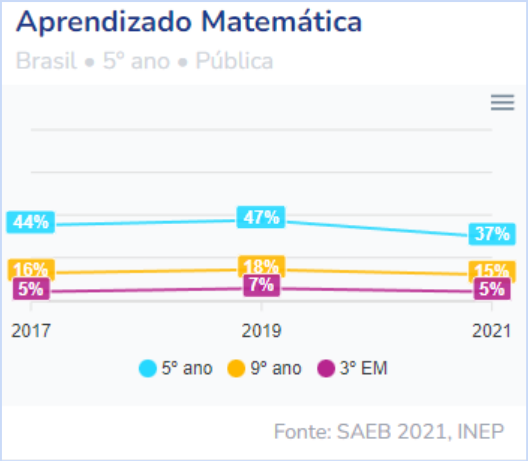
Enquanto os da **Saúde** foram utilizados o IBGE, plataforma do DATASUS (Ministério da Saúde - SUS), entre outras, além de consultas e diligências às referidas secretarias responsáveis.

Importante enfatizar, conforme comentamos nos dois últimos estudos de indicadores para PCA do Governo do Estado, que a Pandemia do *Sars-Cov-2* expôs ainda de forma mais

[4] Também foram utilizados dados da plataforma QEDU e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
[5] https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022
[6] https://qedu.org.br/
[7] http://saeb.inep.gov.br/saeb/

evidente os problemas estruturais na **educação**, tais como a evasão escolar e exclusão escolar, em particular, pela falta de infraestrutura de atendimento e pelas desigualdades de oferta e atendimento. Sem contar que a assimetria de acesso à internet (conectividade) de áreas vulneráveis e a exclusão digital, entre outros fatores, inclusive de ordem psicológica, e que possivelmente fizeram uma diferença no nível de aprendizagem do ano de 2020, 2021, com reflexos em 2022, vide por exemplo **a queda no aprendizado de matemática**, segundo **figura 1.d** abaixo.

Figura 1.d - Aprendizado Matemática 2017 a 2021



Além disso, é importante observar, com mais cautela, o reflexo da crise sanitária nos indicadores de performance ora elencados. E o possível prejuízo de não se ter um monitoramento em *tempo real*, em particular dos índices de educação e saúde, que se reportam aos anos anteriores, a exemplo do IDEB e outros indicadores de educação que são de 2021, um *gap,* geralmente de dois anos, que precisa ser aprimorado até porque há atualmente tecnologia digital que seria capaz de avançar nessa direção, ou seja, desenvolver observatórios de avaliação, por meio de indicadores, para mensurar resultados de execução de políticas públicas para o tempo mais próximo. Além da existência de uma "epidemia" de comorbidades que deveriam ser controladas e reduzidas por intermédio da atenção primária, como na **figura 1.e.**

Figura 1.e - Casos e óbitos confirmados - Covid 19

CASOS E ÓBITOS CONFIRMADOS

Ano	Casos	Óbitos
2020	167.615	3.692
2021	296.896	5.905
2022	235.616	928
2023	8.604	19
Total	708.731	10.544

Fonte: https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/.Acesso 26/04/2023.

Quanto à **Segurança Pública**, neste relatório, foram utilizados os Indicadores Chaves de Performance - ICP) desenvolvidos e disponibilizados pela Secretaria de Segurança e de Defesa Social (SESDS), e outras informações e dados disponibilizados após realização de diligência *in loco e* apresentação no TCE, e encaminhados tanto via Doc Tc nº 53405/23, em resposta a solicitação da Auditoria, via TRAMITA, além de outros documentos e dados enviados pela secretaria.

Os Indicadores Chaves de Performance da Segurança Pública foram desenvolvidos no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz, cujo objetivo é o "acompanhamento dos índices de criminalidade, principalmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio"[8]. Para isso, foram realizados a centralização, o cruzamento e a convalidação de informações dos órgãos e das entidades que compõem o Sistema de Defesa Social e Justiça Criminal, a saber: DETRAN, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Científica e Unidades Hospitalares, sendo regulamentados nas Portarias n.º 058/2014/SEDS e n.º 026/2019/SESDS.

Por outro lado, não se observa na apresentação dos indicadores, na comunicação institucional do Governo do Estado, nem nas suas prestações de contas, de forma consistente e sistemática, uma preocupação por monitorar e estabelecer metas a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda 2030 que foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual o Brasil é signatário e se comprometeu em atingir as metas para o progresso global até o ano de 2030. São 17 objetivos, cada um com metas específicas, vide imagem ilustrativa a seguir[9].

Figura 1.f - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

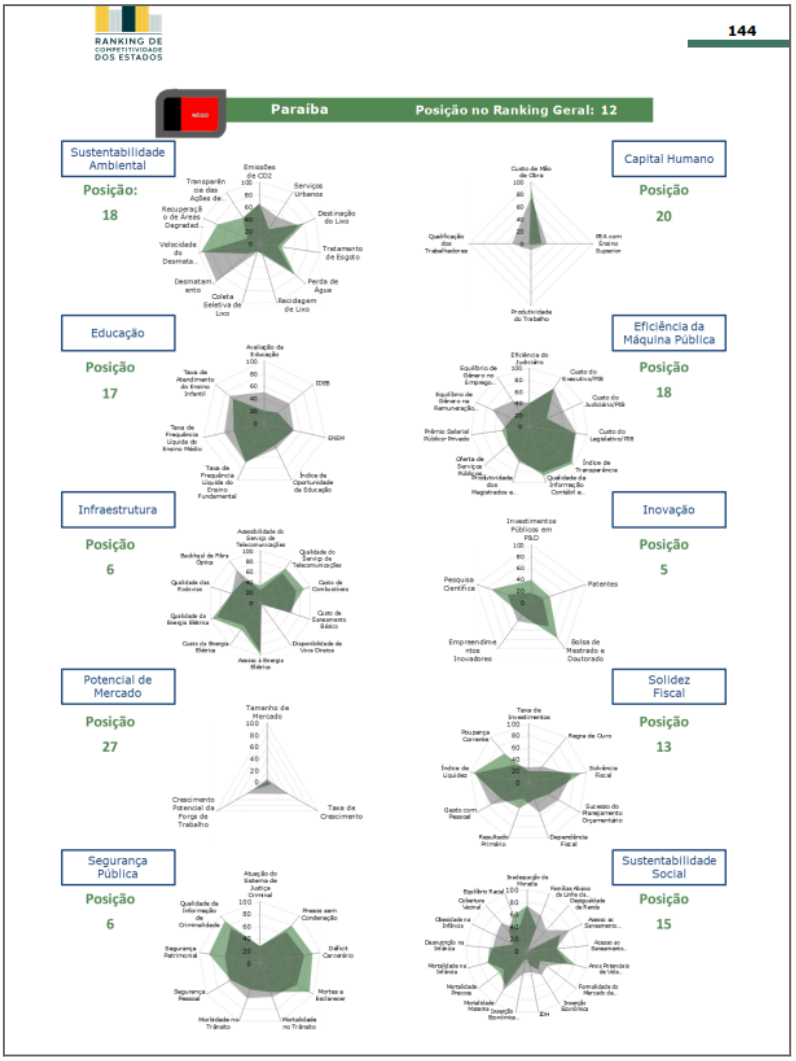
[8] O Programa Paraíba Unida pela Paz "incluiu a criação da Lei Estadual 9.708/2012, que confere bonificação por apreensão de armas que vai de R$ 300 a R$ 1.500 por arma apreendida; a Lei 10.327/2014, que instituiu pagamento do Prêmio Paraíba Unida pela Paz para policiais e bombeiros de áreas e regiões que atinjam metas de redução CVLI no Estado; e a Lei 10.338/2014, tratando da criação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança e Defesa Social da Paraíba". Fonte: site da SEDS: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/paraiba-unida-pela-paz - Acesso em: 15/12/2020.

[9] https://sdgs.un.org/

Fonte: Plataforma Agenda 2030

Foi observado, ainda o "Ranking de Competitividade dos Estados - CLP (Centro de Liderança Pública)", ano referência 2022, no qual a Paraíba se encontra em **12ª na colocação geral do país**, melhorou duas posições com relação a 2021, com destaques em Sustentabilidade Social, Inovação, Solidez Fiscal, Infraestrutura e Segurança Pública, segundo a metodologia utilizada pela CLP. E apesar do resultado poder ser considerado satisfatório, a Paraíba ainda apresenta alguns desafios, como por exemplo em Sustentabilidade Ambiental, Educação, Potencial de Mercado e Eficiência da Máquina Pública, sendo estes alguns dos pontos para a gestão pública atentar-se.

Figura 1.g - Ranking de Competitividade dos Estados - 2022



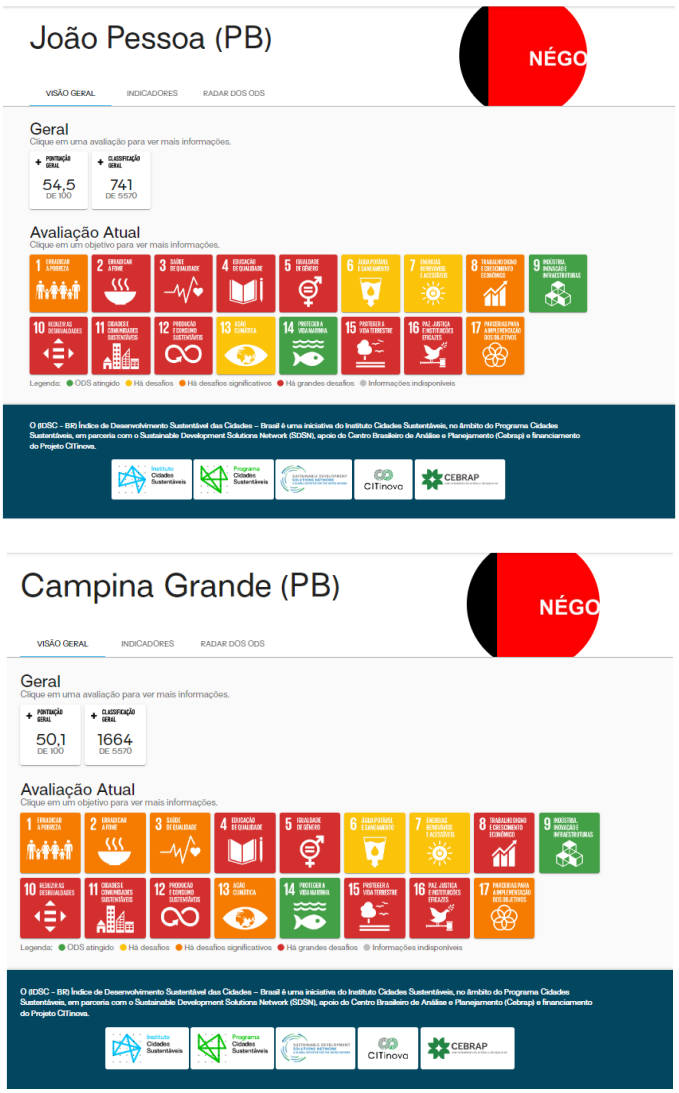
Fonte: https://www.rankingdecompetitividade.org.br/nordeste/pb/ranking-geral/nota-do-pilar?year=2022.

No entanto, no ranking do "Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis"[10][11], que tem metodologia adotada pela Comunidade Europeia, o qual avalia os 5.570 municípios do Brasil,

[10] https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/
[11] https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology

sob o prisma dos ODS, as duas cidades com melhores resultados são João Pessoa e Campina Grande, ainda assim em posições bem distantes, **741º e 1664º,** respectivamente. Patos, por exemplo, está na **2.287º** e Bananeiras na posição **4.608 º**. O que demonstra que há um evidente desafio para se cumprir a agenda 2030 da ONU no Estado da Paraíba.

Figura 1.h - João Pessoa e Campina Grande em relação aos ODS



Fonte: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/

Outro dado importante, divulgado pelo IBGE, em 2023, relativo ao ano de 2022, mostra que o estado da Paraíba registrou um **índice GINI de 0,558**, acima da média nacional (0,518) e do Nordeste (0,517). O índice GINI mede a concentração de renda e a desigualdade econômica, sendo que valores mais próximos de zero indicam maior igualdade de renda. A pesquisa também utilizou outro indicador de desigualdade social e o estado registrou que 50% da população com os menores rendimentos recebia um valor médio mensal real domiciliar per capita de **R$ 351.** Já a

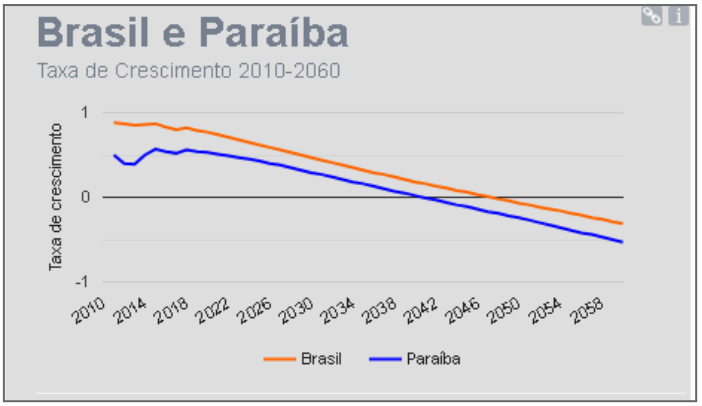
população parte do 1% com os maiores rendimentos, o valor subia para **R$ 23.132** [12]. **A Paraíba seria, então, o Estado com maior desigualdade no País.**

2 Indicadores-chaves da População, Frota, PIB, Renda e Trabalho

2.1 População, PIB e Renda

Com um território de 56.467 km², o Estado da Paraíba possuía uma população de aproximadamente **3,974 milhões** de habitantes em 2022[13], o que representa **1,95%** da população do país e **8,55%** da população da região Nordeste[14] e possui uma taxa de 70,39 habitantes/km2, com tendência de taxa de crescimento descendente, vide ainda pirâmide etária da Paraíba em relação ao Brasil, segundo dados retirados do Portal IBGE Cidades/Estados, representados nos gráficos a seguir, a taxa de crescimento da Paraíba é de **0,45%** ao ano, enquanto a taxa brasileira foi de **0,52%.** A população brasileira, segundo o Censo 2022, atingiu de de **203.052.512**[15], um aumentou de 6,5% em relação ao ano de 2010[16].

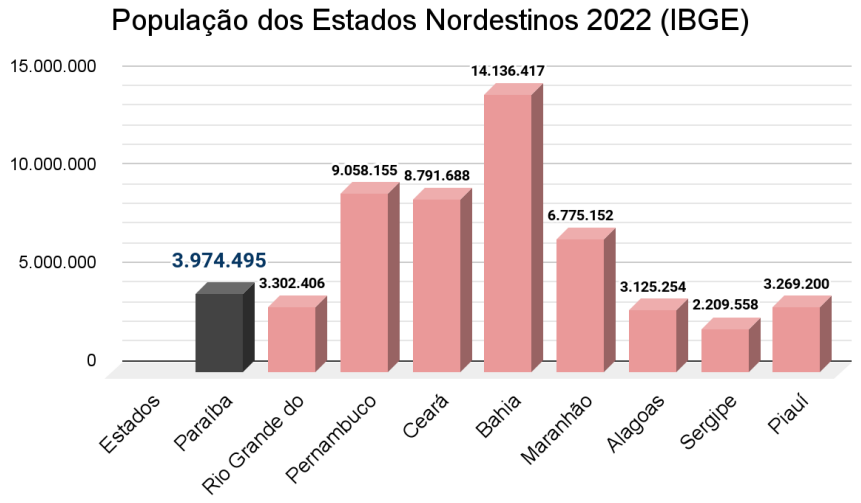
Gráfico 2.1.a - Tendência para População Brasil e População Paraíba



Fonte: IBGE

[12]https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/paraiba-tem-maior-media-de-desigualdade-economica-do-pais-a ponta-ibge.ghtml
[13] Dados do Censo 2022 liberado em junho/2023, após a divulgação deste relatório.
[14] https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf
[15] https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR
[16]https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-popu lacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes

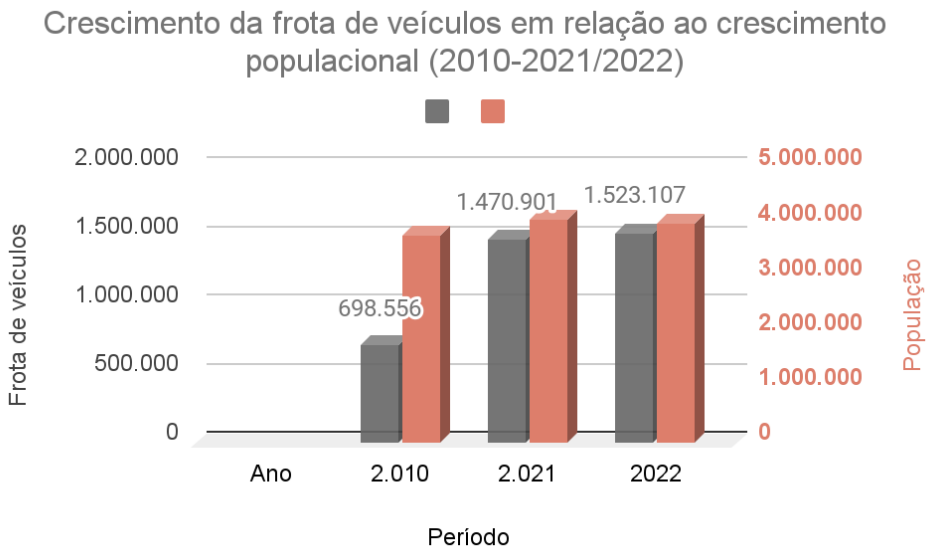
Gráfico 2.1.b - População dos Estados da Região Nordeste



Fonte: gráfico elaborado pela Auditoria com dados do IBGE.

Um aspecto interessante a se observar é que, apesar da taxa de crescimento populacional apresentar uma tendência ao declínio, por outro lado, o crescimento da frota de veículos no Estado da Paraíba continua a crescer num ritmo acelerado, em 2022 a frota atingiu o patamar de 1.523.167, uma taxa 383,2 veículos por 1.000 habitantes[17]. E esse é um cenário que parece estar se intensificando, o que **indica uma situação crítica de mobilidade urbana e de transporte no Estado, com implicações sérias, em particular, para as regiões metropolitanas, vide gráfico 2.1.c.** Notar que uma crise em mobilidade urbana termina por impactar outras variáveis, desde a questão ambiental até a saúde.

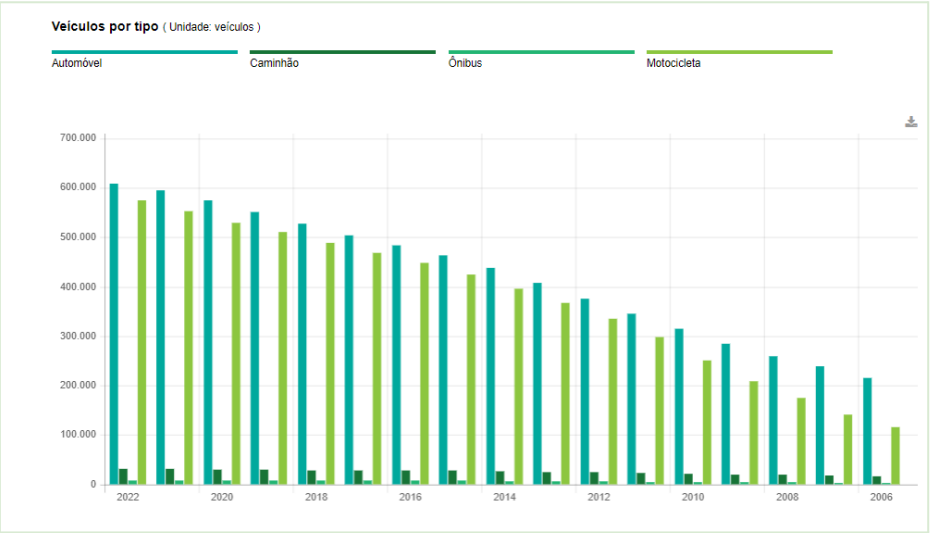
Gráfico 2.1.c - Crescimento da Frota de Veículos em relação ao Crescimento Populacional - 2010/2021/2022



[17] https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama

Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria. Anuário de Segurança Pública 2021 e IBGE.

Gráfico 2.1.d - Tipos de veículos em relação ao crescimento da frota até o ano de 2022



Fonte: IBGE

No tocante ao **Produto Interno Bruto (PIB)**, que é a "soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano"[18], **o IBGE ainda não publicou os dados do PIB dos estados de 2022, havendo apenas dados do ano de 2020.** Assim, em 2020, no qual o PIB da Paraíba foi de **R$70,292 bilhões**, representando **0,71% do PIB Brasil**, que foi de R$9,9 trilhões (2022), bem como, aproximadamente **6,5% do PIB Nordeste** (1,079 trilhões). O PIB *per capita* da Paraíba é de aproximadamente **R$17.685**, abaixo do PIB *per capita* da região Nordeste, que é de **R$ 23.236** (ref. 2020 PIB e ref.2022 população).

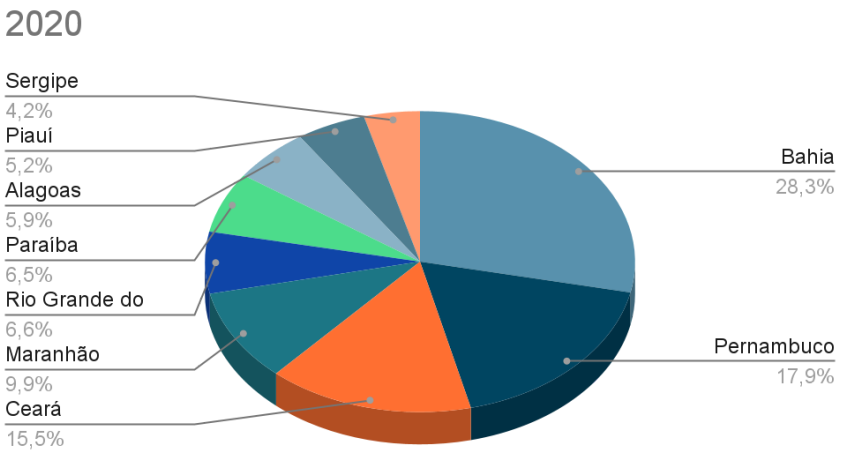
No entanto, se extrapolarmos os dados do PIB de 2020 para 2022 (de acordo com o crescimento do PIB nacional[19]), teríamos um PIB da Paraíba com valor estimado de **R$ 91,3 bilhões** e PIB (*per capita*) de **R$22.967**, a preços correntes. **Sendo o setor de serviços o maior agregador do PIB[20].**

Considerando ainda a Dívida Fundada[21] da Paraíba em 2022, totalizou aproximadamente R$ 5,32 bilhões[22], o que equivale a aproximadamente 33,75% da Receita Corrente Líquida e 5,82% do PIB[23]. Quanto ao **resultado nominal ajustado**, apurado no período de janeiro a dezembro/2022,

[18] Fonte: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php
[19] Metodologia não científica, mas que serve para ter-se uma aproximação melhor da realidade, considerando que o PIB de 2022 já é conhecido.
[20] Essa estimativa foi realizada para efeito de se tentar uma aproximação da realidade, ele tem imprecisões e não pode ser considerado como um cálculo oficial comparativo.
[21] Considera-se Dívida Fundada ou Consolidada aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12(doze) meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate (Decreto Federal 93.872/86, Art.115, § 2º).
[22] Processo TC nº 0226/22, fls. 3638.
[23] PIB 2022 (estimado com base no crescimento do PIB do Brasil, ref. 2020).

foi de R$ - 56.869 milhões, ou seja, houve uma redução da dívida. O valor fixado no anexo de metas fiscais - AMF da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 apontava **R$ 181.000 milhões** positivos, sendo assim, **a meta vem sendo cumprida[24].**

Gráfico 2.1.e - Participação dos Estados no PIB do Nordeste 2020



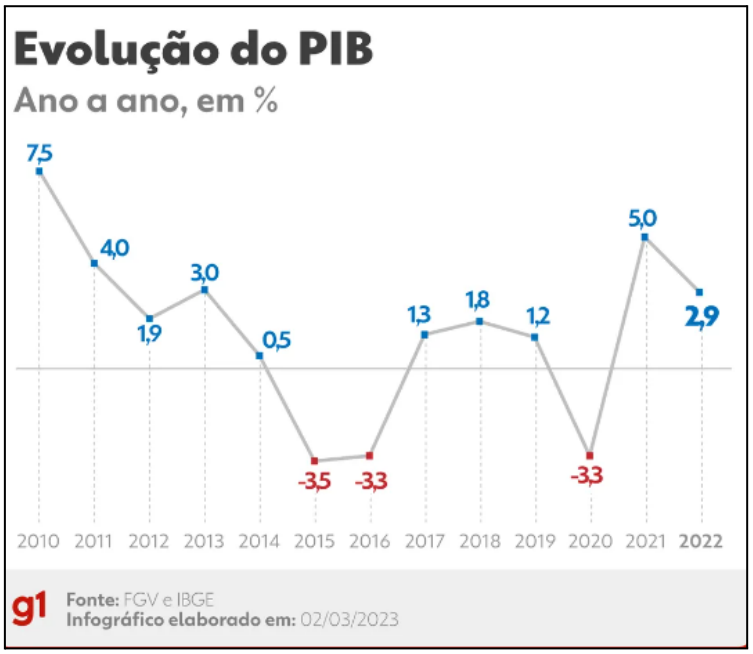
Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria com dados do IBGE.

A composição do PIB do Estado da Paraíba possui três bases: os Serviços (72%), a Indústria (22,4%) e a Agropecuária (5,6%)[25].

Observar que no cenário nacional, dos últimos anos, em função da Pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil que **tinha reduzido 3,3% no ano de 2020,** apresentou crescimento de **5%** em 2021, passando a totalizar R$8,9 trilhões. E, em 2022, cresceu **2,9%[26]** passando para **R$9,9 trilhões.** O PIB *per capita* do Brasil alcançou **R$47.596** em 2022[27], a preços correntes, vide **Gráfico 2.1.f**, a seguir:

Gráfico 2.1.f - Evolução do PIB BRASIL

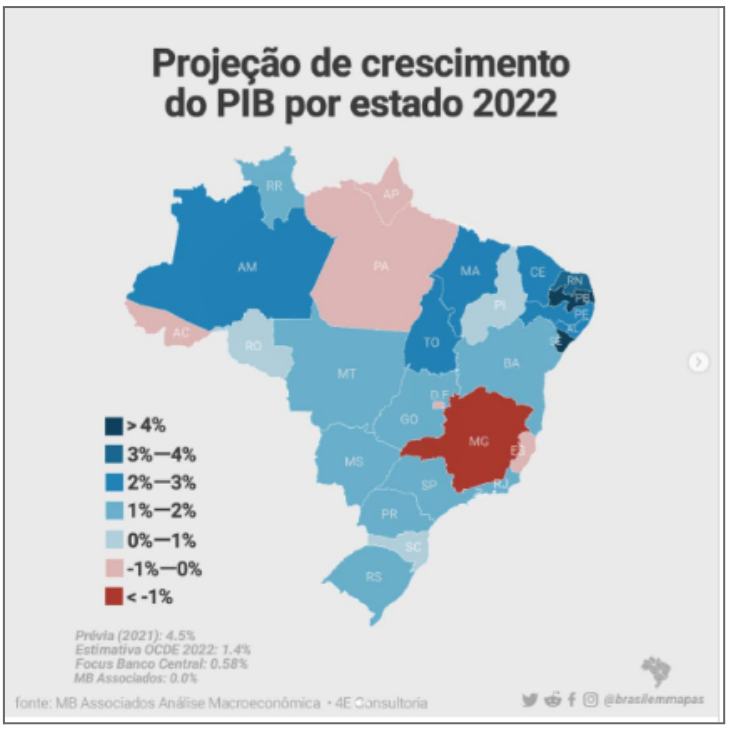
[24] Processo TC nº 0226/22, fls. 3638
[25] http://www.consorcionordeste-ne.com.br/conheca-paraiba/
[26] Principais destaques do PIB em 2022: Serviços: 4,2%; Indústria: 1,6%; Agropecuária: -1,7%; Consumo das famílias: 4,3%; Consumo do governo: 1,5%; Investimentos: 0,9%; Exportações: 5,5%; Importação: 0,8%
[27] Calculado segundo prévia do Censo populacional do IBGE para 2022.



Fonte:https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/02/edit-pib-do-brasil-avanca-29percent-em-2022.ghtml

No caso da Paraíba, ainda não se dispõe do PIB para 2021 e 2022, no entanto, há projeção de crescimento para o ano de 2022, vide **Figura 2.1.a**, a seguir.

Figura 2.1.a - Projeção de Crescimento do PIB da PB para 2022



Observa-se ainda que a população da PB é **1,95%** da população nacional, no entanto, só representa algo próximo de **0,71%** do PIB Nacional. O **PIB da Paraíba é o sexto** entre os nove do Nordeste.

A Renda Mensal Domiciliar *per capita* da Paraíba, em **2022**, aumentou para **R$1.096,00**. Em 2021, havia sido de **R$872,00**, vide **Figura 2.1.c,** enquanto a Renda Mensal do Brasil foi de **R$ 1.586** [28].

Figura 2.1.b - Rendimento Mensal Domiciliar *per capita* (2012-2022)

Fonte: IBGE - link: https://www.ibge.gov.br/cdades-e-estados/pb.html

2.2 Trabalho - Empregos formais

Quanto ao estoque de empregos formais, em 2022, a Paraíba fechou o ano com **454.314 de estoque de empregos formais (postos com carteira assinada)** e com saldo de **22.764**, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Nos doze meses do ano passado, o Estado criou **191.917** empregos contra **169.153** desligamentos, alta de **5,32%** no estoque de empregos formais, que totalizou **427.550** (Estoque de 2021), vide **Figuras 2.2.a.** e **2.2.b. Observar que, em 2022, o saldo de postos com carteira assinada foi de 22.764.**

[28]https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/rendimento-domiciliar-capita-se-recupera-em-2022-informa-o-ibge

Figura 2.2.a - Estoque de Saldo de Empregos Formais na **Paraíba** (2022)

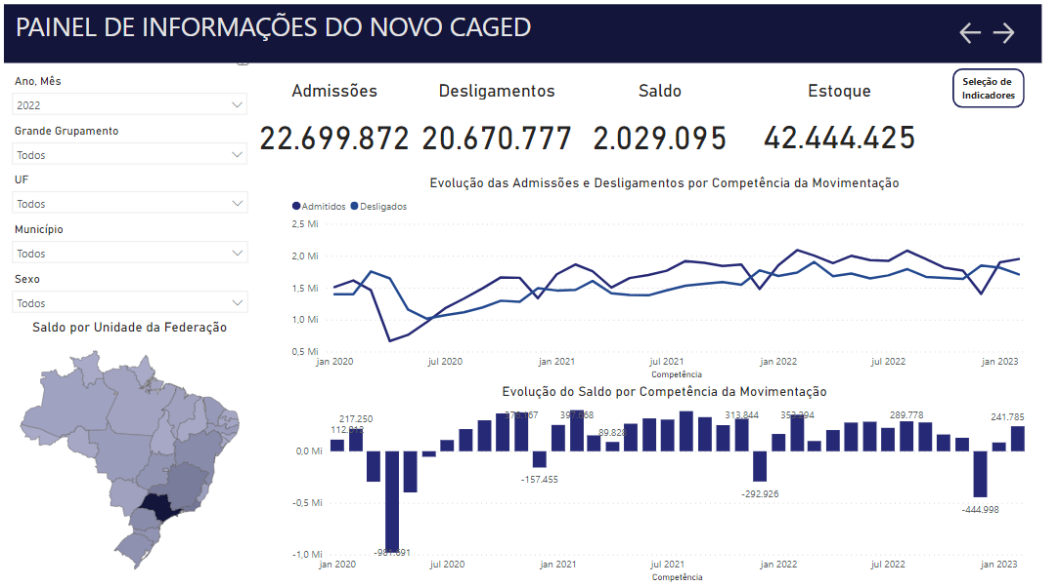
Fonte: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged

Figura 2.2.b - Estoque de Saldo de Empregos Formais no **Nordeste** (2022)

Fonte: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged

Vale ressaltar que o Estoque de Empregos Formais da Paraíba representa **6,43%** do Estoque da Região Nordeste, que é de 7.008.746**, com crescimento em 2022 em relação a 2021 de 5,25%**.

Figura 2.2.c - Estoque de Saldo de Empregos Formais **Brasil** (2022)



Fonte: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged

Através de um **estudo realizado pelo Sebrae Paraíba**, segundo os dados do **CAGED**, até **março de 2023** o estoque de vínculos empregatícios concentrava-se em **448.362 mil, com 47.248 mil admissões no ano de 2023, contra 49.200 mil desligamentos**, vide figura abaixo.

Figura 2.2.d - Vínculos empregatícios na Paraíba em 2023

Fonte: CIDADOS - SEBRAE PARAÍBA 2023

Quanto à tipologia do Estoque de Empregos Formais e seus saldos respectivos, vide **Figura 2.2.e.**

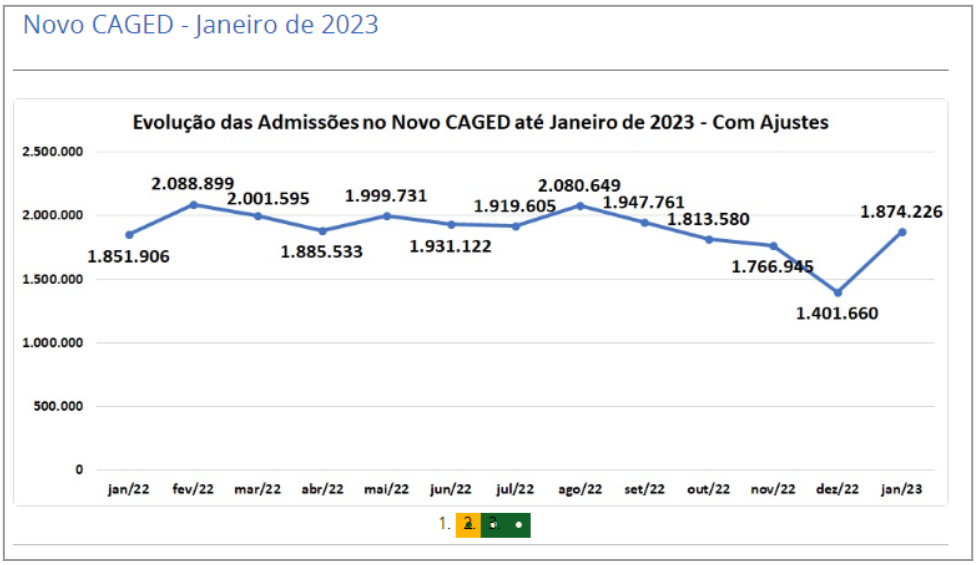
Figura 2.2.e - Estoque e Saldo de Empregos Formais, por área, na Paraíba e no Nordeste, respectivamente - 2022

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Vr. Relativa
Agropecuária	6.205	6.061	144	13.628	1,07%
Indústria	28.169	24.511	3.658	84.621	4,52%
Construção	31.486	28.844	2.642	38.669	7,33%
Comércio	47.186	42.547	4.639	115.208	4,20%
Serviços	78.871	67.190	11.681	198.188	6,26%
Total	**191.917**	**169.153**	**22.764**	**450.314**	**5,32%**

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Vr. Relativa
Agropecuária	169.966	162.386	7.580	286.618	2,72%
Indústria	421.449	371.839	49.610	1.152.561	4,50%
Construção	418.771	369.702	49.069	452.472	12,16%
Comércio	724.093	657.446	66.647	1.683.201	4,12%
Serviços	1.329.394	1.119.981	209.413	3.433.894	6,49%
Não Identificado				0	
Total	**3.063.673**	**2.681.354**	**382.319**	**7.008.746**	**5,77%**

Fonte: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged

Figura 2.2.f - Evolução das Admissões no Brasil - 2022

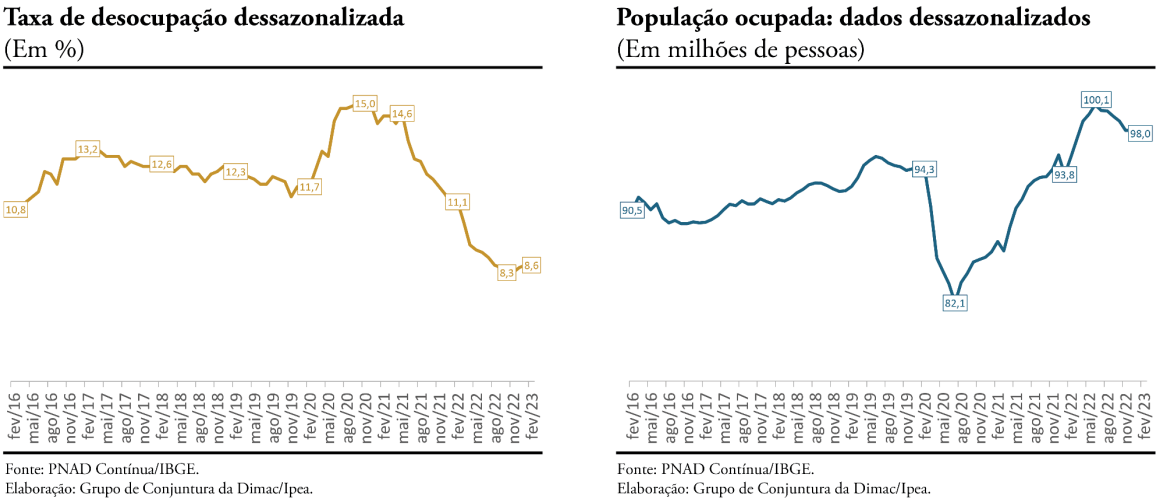


Fonte: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged

No cenário nacional, a taxa de desocupação recuou de 11,3% em fevereiro de 2022 para 8,6% em fevereiro de 2023, vide **Figura 2.2.f**. **A taxa média de desocupação na Paraíba, em 2022[29], foi de 10,3%, acima do indicador brasileiro (8,6%), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C) Trimestral.**

[29] 4º trimestre de 2022

Figura 2.2.g - Taxa de desocupação no Brasil.



Fonte: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/

Observa-se crescimento da população ocupada entre fevereiro de 2022 até agosto de 2022, posteriormente uma queda até fevereiro de 2023. E a proporção de pessoas empregadas, de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência em trabalhos na Paraíba foi em 2022 de 45,5% (IBGE). **No Nordeste a taxa de desocupação foi de 10,9%, a maior entre as regiões, e a nacional 7,9%**, vide **Figura 2.2.h**, a seguir:

Figura 2.2.h - Taxa de desemprego nas regiões do Brasil - 2019 a 2022

Taxa de desemprego
(Em %)

	2019	2020				2021				2022			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	11,1	12,4	13,6	14,9	14,2	14,9	14,2	12,6	11,1	11,1	9,3	8,7	7,9
Centro Oeste	9,5	10,7	12,7	12,9	12,1	12,8	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2
Nordeste	13,8	15,8	16,5	18,3	17,6	18,9	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9
Norte	10,7	12,1	12,0	13,3	12,6	15,0	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1
Sudeste	11,5	12,5	14,2	15,7	15,1	15,3	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9
Sul	6,8	7,7	9,1	9,6	8,4	8,7	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5

Fonte: CAGED

Chama ainda a atenção a taxa de informalidade para a Paraíba, que ficou em **50,9%** da população ocupada, em 2022 (IBGE)[30], em 2021 era de **53,1%** . No cenário nacional, a taxa de informalidade recuou na passagem entre 2021 e 2022, passando de **40,1%** para **39,6%**[31], respectivamente.

[30]https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/02/28/paraiba-registra-taxa-de-desemprego-de-103percent-no-4o-trimestre-de-2022.ghtml
[31]https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/02/28/taxa-de-informalidade-cai-para-menos-de-40percent-no-brasil-em-2022-diz-ibge.ghtml

Figura 2.2.i - Taxa de desemprego ano de 2022

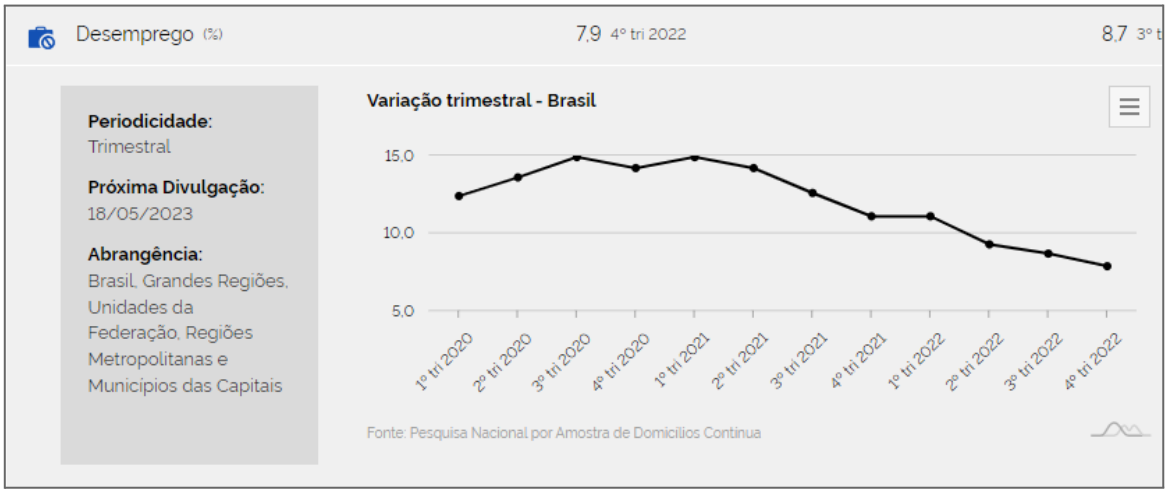
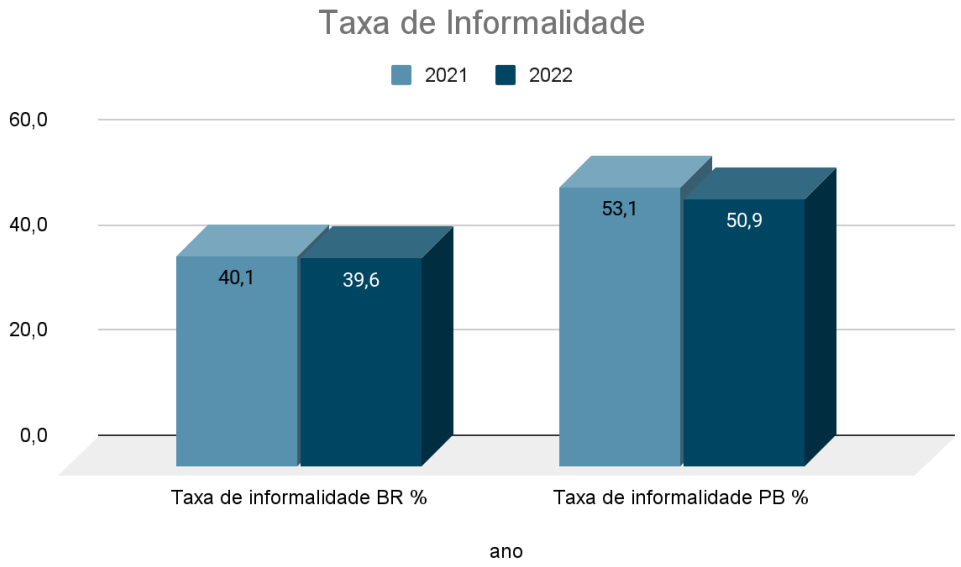


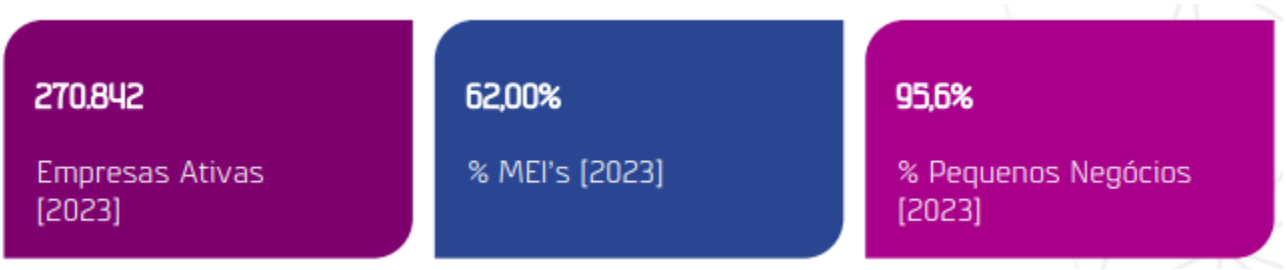
Gráfico 2.2.a - Comparativo da taxa de informalidade no Brasil e Estado da Paraíba (2021 e 2022)



Fonte: IBGE

Ainda relacionado à **atividade econômica no estado da Paraíba**, o documento **CIDADOS - SEBRAE PARAÍBA**, utilizou *dados liberados pela **Receita Federal** em 2023* e descreveu que na Paraíba, a taxa de empresas consideradas matrizes, filiais e microempreendedores individuais (MEI) totalizam **270.842 mil**, deste número a maior parte dos empreendimentos se concentra no **comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, totalizando 5,5% (14.876 mil)** e das empresas ativas no estado **95,5% são MEI, microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP),** vide figura abaixo:

Figura 2.2.j - Atividade econômica na Paraíba



Fonte: CIDADOS - SEBRAE PARAÍBA 2023

2.3 - Programas Sociais

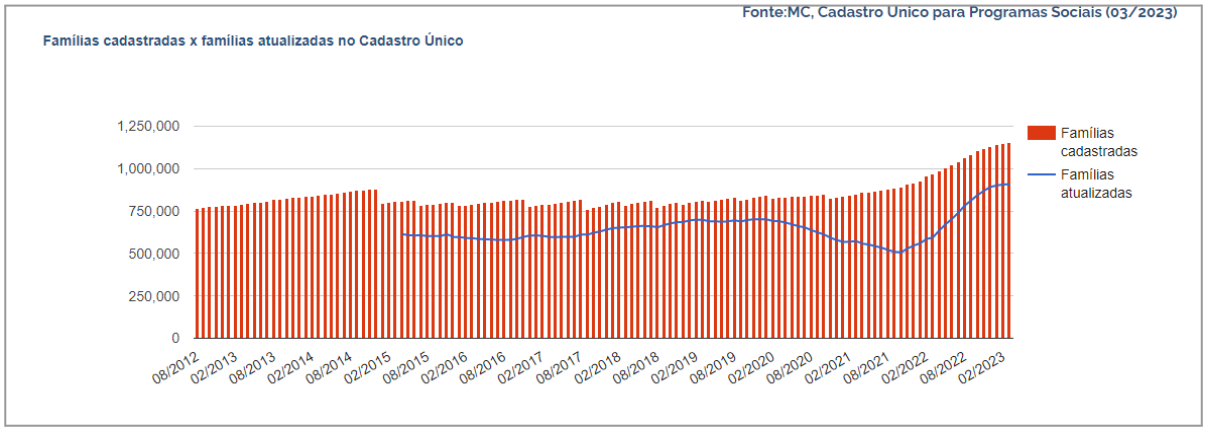
No tocante aos programas sociais, segundo o Painel de Monitoramento Social do Governo Federal (Vis.data), para o Estado da Paraíba, em 2022, foram disponibilizados recursos destinados pelo **auxílio brasil no montante aproximado de 2,4 bilhões**[32] e ao pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) **1,81 bilhões** , somando-se esse dois benefícios, estamos a falar no equivalente a **4,6% do PIB** (PIB estimado para 2022) da Paraíba. Além disso, esses programas beneficiaram aproximadamente **927.249** pessoas, segundo o Portal de Transparência do Governo Federal[33].

Nessa mesma linha, em 2022, segundo o **PNAD Contínua**, divulgado em maio de 2023, cerca de **35,5%** dos domicílios paraibanos recebiam do Bolsa Família ou Auxílio Brasil, **4,8%** do BPC-LOAS e **3,3%** de outros programas sociais. Segundo a Pesquisa, a **Paraíba ficou em 3º lugar no país na proporção de domicílios recebendo Bolsa Família ou Auxílio Brasil (35,5%), atrás somente das constatadas no Maranhão (40,7%) e no Piauí (40,3%). Também acima das médias regional (33,8%) e nacional (16,9%)[34].**

Nota-se que só no CADÚNICO, vide **Figura 2.3.a**, a Paraíba tem mais de **1,17 milhões** de famílias inscritas (março/2023). Em 12/2022, tinha **1,13 milhões**. Entre 2021 e 2022, houve um aumento de aproximadamente **24%** no número de famílias.

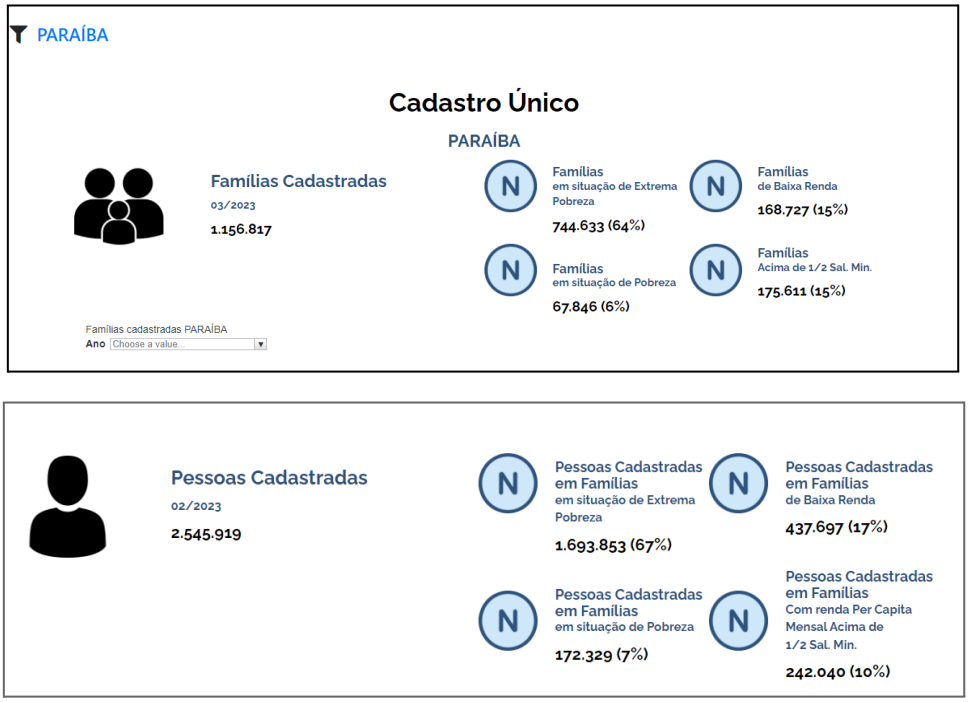
[32] (https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/index.php).
[33] https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2022
[34]https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/paraiba-tem-maior-media-de-desigualdade-economica-do-pais-aponta-ibge.ghtml

Figura 2.3.a - Percentual de famílias que fazem parte do CADÚNICO (2012-2023)



Isso demonstra o quanto a Paraíba tem **<u>uma parte considerável de sua população dependente de programa sociais</u>**, o que é um indicador importante para **inclusão produtiva,** por consequência, requer intervenções e estratégias para geração de renda e emprego, inclusive tendo como pressuposto a melhoria da educação, para diminuir essa dependência e reduzir as desigualdades de renda.

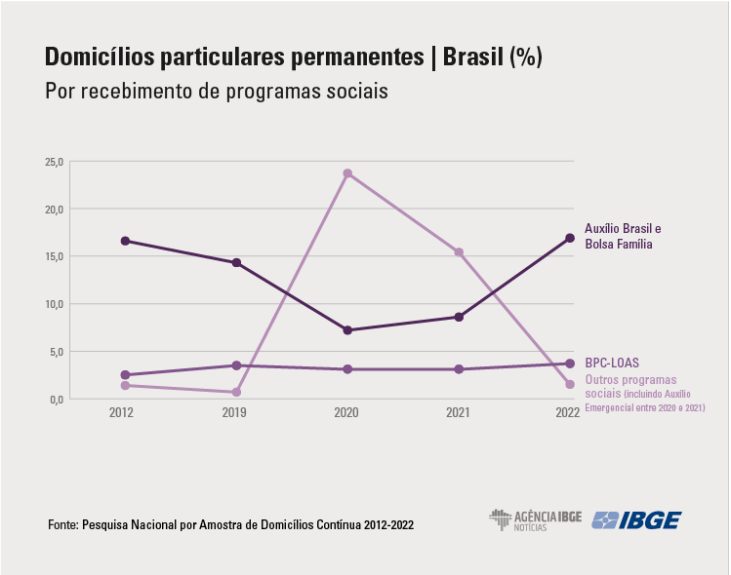
Figura 2.3.b - Pessoas Cadastradas no CADÚNICO na PB (2022-2023)



Fonte: VIS DATA, Ministério do Desenvolvimento Social (https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/index.php).

Observa-se, por fim, que **houve uma variação acentuada do Auxílio Brasil em 2022**, vide figura a seguir, por isso, é necessário aguardar os dados de **2023** para verificar uma tendência ou se foi um crescimento episódico.

Figura 2.3.c - Domicílios que recebem auxílios sociais (2012 -2022)



Pontos de atenção:

- ➔ Aos programas de **Inclusão Produtiva** - inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica no mundo do trabalho, diminuindo sua exclusão social e aumentando a produtividade do país**,** especialmente estratégias para geração de renda e emprego, inclusive tendo como pressuposto a melhoria da educação a fim de diminuir a dependência excessiva de transferência de renda via programas sociais, como o Auxílio Brasil que em 2022 teve mais de **1,13 milhões** de inscritos no programa, que representa cerca de **35,5% dos domicílios paraibanos,** uma taxa alta. Além disso, tivemos **uma taxa de informalidade, que no quarto trimestre de 2022, era de 50.9% da população,** de acordo com dados do IBGE;
- ➔ Aos **Arranjos Produtivos** no Estado no sentido de fortalecer a interiorização do desenvolvimento econômico e social, para criar um ciclo de crescimento do PIB e da Renda Familiar mais alto e sustentável, considerando que a população da PB representa 1,95% da população nacional, no entanto, só representa 0,92% do PIB nacional;
- ➔ Às taxas de desemprego no Nordeste que contabilizaram 10,9% no último trimestre de 2022, sendo esta taxa maior do que a nacional que foi de 7,9%, como a Paraíba está incluída na região é necessária uma atenção para este assunto;
- ➔ À Política Nacional de Mobilidade Urbana e suas adequações aos planos diretores, em escala regional e metropolitana, considerando o persistente aumento desproporcional da frota de veículos em relação à população.

3 Indicadores-chaves da Educação

3.1 Indicadores Gerais da Educação

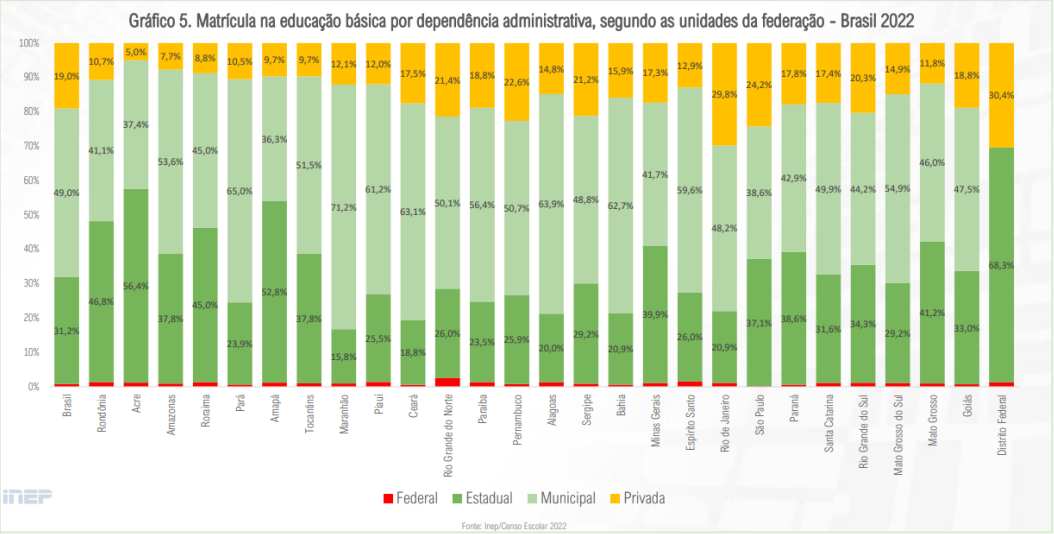
Neste item serão apresentados indicadores-chaves da educação, selecionados a partir da plataforma Novo Qedu[35], o Censo Escolar da Educação Básica 2022 do INEP, Ministério da Educação[36] e IDEB 2021.

Vale ressaltar que os indicadores para a PCA 2022 utilizam dados e informações do biênio 2021/2022, pois o SAEB e o IDEB disponíveis se referem, até a data desse estudo, ao ano de 2021.

No tocante ao Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, tem validade de 10 anos e estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem orientar as iniciativas na área da educação.

Em particular, a Rede de Ensino Público - Estadual teve **509.304** alunos matriculados em 2022, sendo a maior parte deles nos níveis correspondentes à Educação Infantil, sendo esta a primeira etapa da educação básica como em creches e pré-escolas, além é claro do ensino médio regular. Ainda, segundo os dados do Inep/Censo Escolar, a Paraíba teve **846.383** alunos matriculados no ano de 2022, em todas as esferas administrativas, inclusive na rede privada, exceto o ensino superior, vide a **Figura 3.1.a** e **Gráfico 3.1.a**, a seguir:

Figura 3.1.a - Alunos matriculados na Educação Básica em 2022

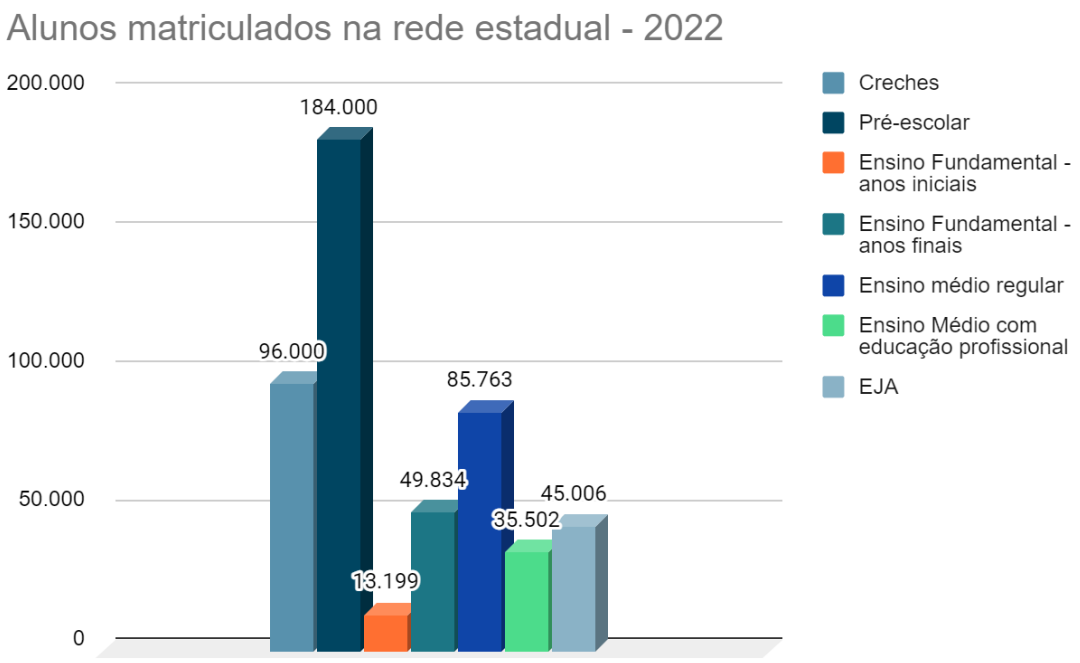


Fonte: Censo Escolar 2022

[35] https://novo.qedu.org.br/

[36] O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo Inep em duas etapas e em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008.

Gráfico 3.1.a - Alunos matriculados na Rede Estadual da Paraíba em 2022

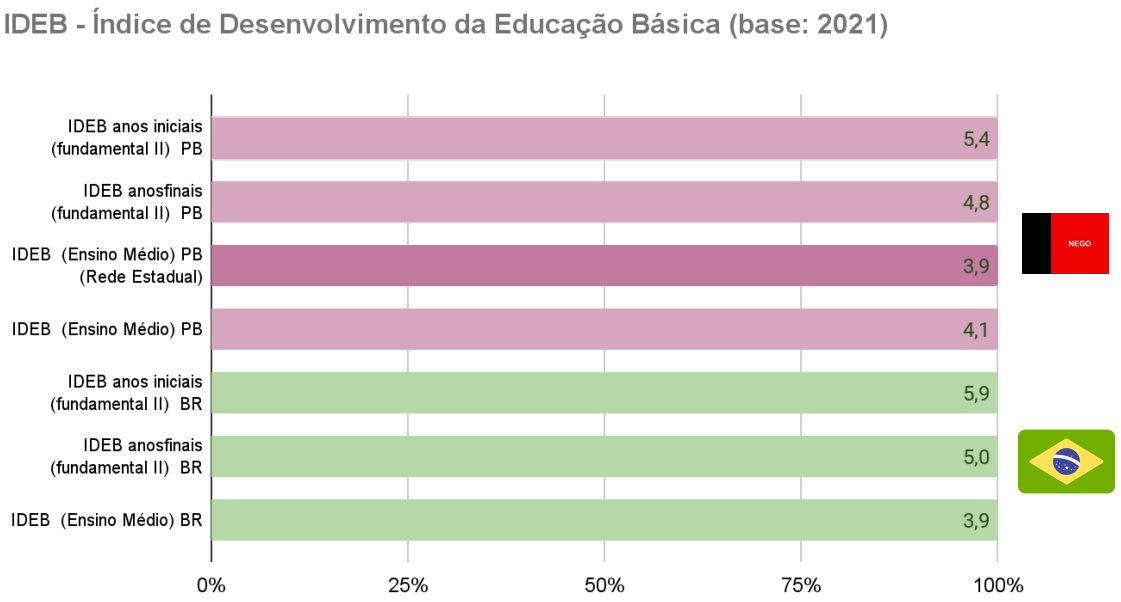


Fonte: Gráfico criado para Auditoria a partir de dados cedidos pela Secretaria de Educação.

Com relação ao **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** - **IDEB** que é um componente do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, criado em 2007 e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Este passa a ser o principal indicador para monitorar a qualidade da educação básica no Brasil**, a partir da combinação de dados do fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e das médias de desempenho dos estudantes em testes padronizados, seguindo o princípio da avaliação em larga escala, ou seja, o **IDEB mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da análise da proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação**.

As metas nacionais para o IDEB para 2021 (último dado liberado) são 6,0; 5,5; e 5,2, **para os anos iniciais, finais do ensino fundamental e para o ensino médio,** respectivamente. As **metas** para o nosso estado para o IDEB são **5.0; 4,5; e 4,4,** respectivamente. A Paraíba **alcançou** as seguintes notas: **5,4; 4,8 e 4,1.** Com relação à Rede Estadual Pública, o **IDEB foi de 3,9.** Observa-se que somente nos anos iniciais do ensino fundamental, a Paraíba cumpriu a meta que era de 4,5. No ensino médio, a Paraíba não cumpriu a meta, vide **Gráfico 3.1.b.**

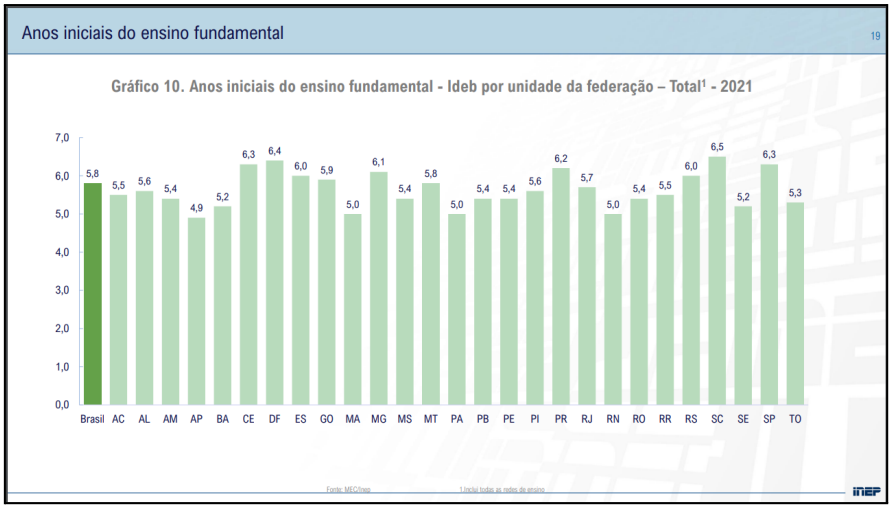
Gráfico 3.1.b - Alunos matriculados na Rede Estadual da Paraíba em 2022

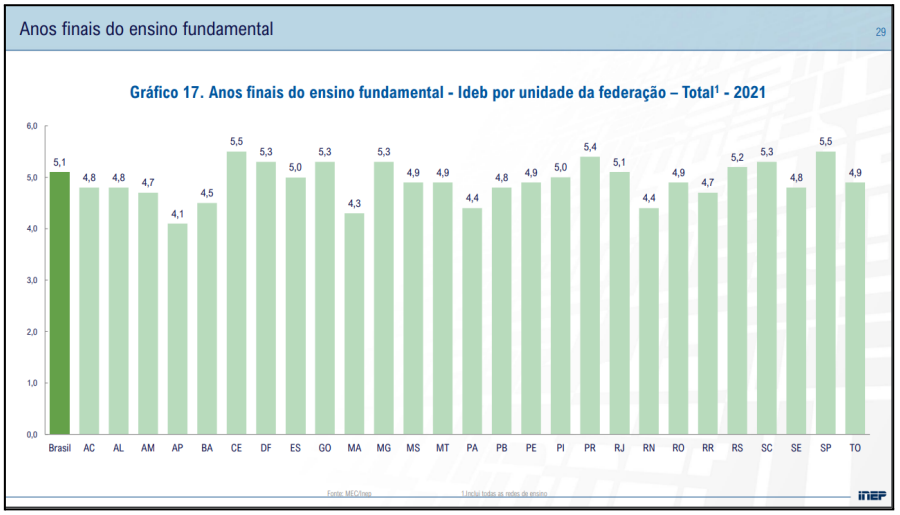


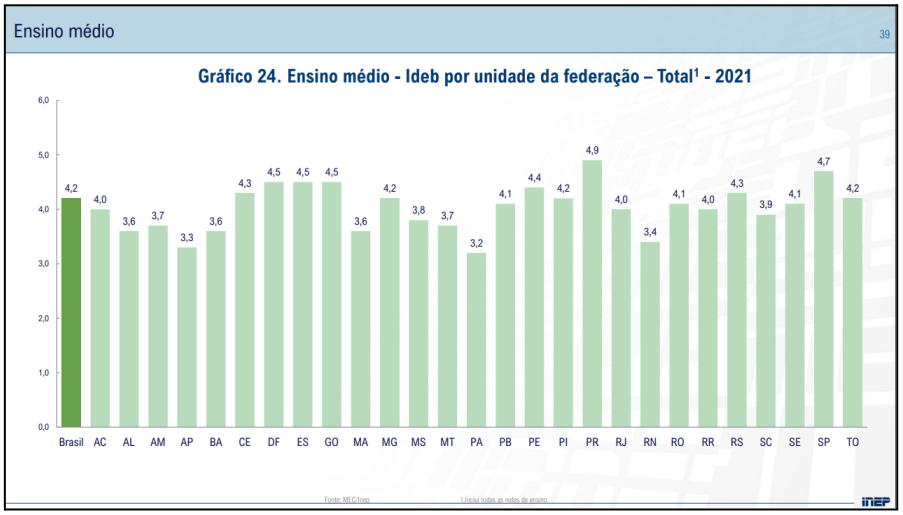
Fonte: QEdu/IDEB

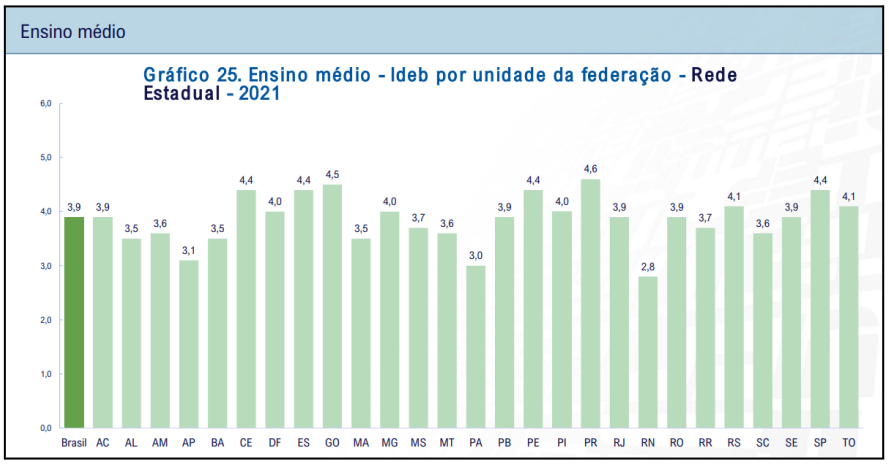
Interessante ainda perceber como os resultados nos anos iniciais do ensino fundamental e no ensino médio, a educação paraibana se encontra discretamente abaixo da média brasileira. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental o estado do Ceará na região Nordeste, é o único que se equipara com as taxas do Sul, ao contrário do Ensino Médio no qual o estado da Paraíba ultrapassa Santa Catarina, mas o Ceará continua sendo o único que se equipara ao restante dos estados da região Sul, vide **Figura 3.1.b.**

Figura 3.1.b - IDEB Ensino Fundamental e Médio 2021





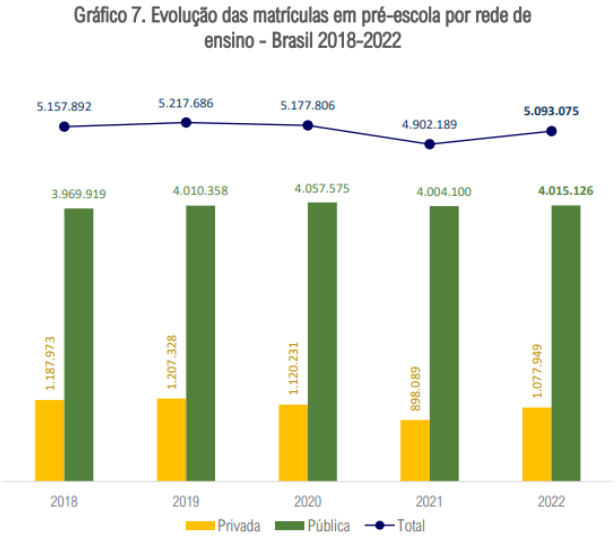




Fonte: http://ideb.inep.gov.br/resultado/

No que diz respeito à **educação infantil,** vale enfatizar que o Plano Nacional de Educação (PNE) propõe que, no seu horizonte, até 2024, o atendimento chegue a 50% dessa população, **crianças de 0 a 6 anos de idade**. Vide a evolução das matrículas na pré-escola na figura a seguir.

Figura 3.1.c - Educação Infantil - evolução das matrículas



Fonte: Inep/ Censo Escolar 2018-2022

E isso é um ponto crítico, pois a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e o **seu principal objetivo é potencializar a capacidade intelectual, cognitiva e social** das crianças de zero a três anos[37], ou seja, as crianças da rede pública que não estão matriculadas em creches terão prejuízos importantes na sua formação, o que contribui para acentuar a desigualdade no país.

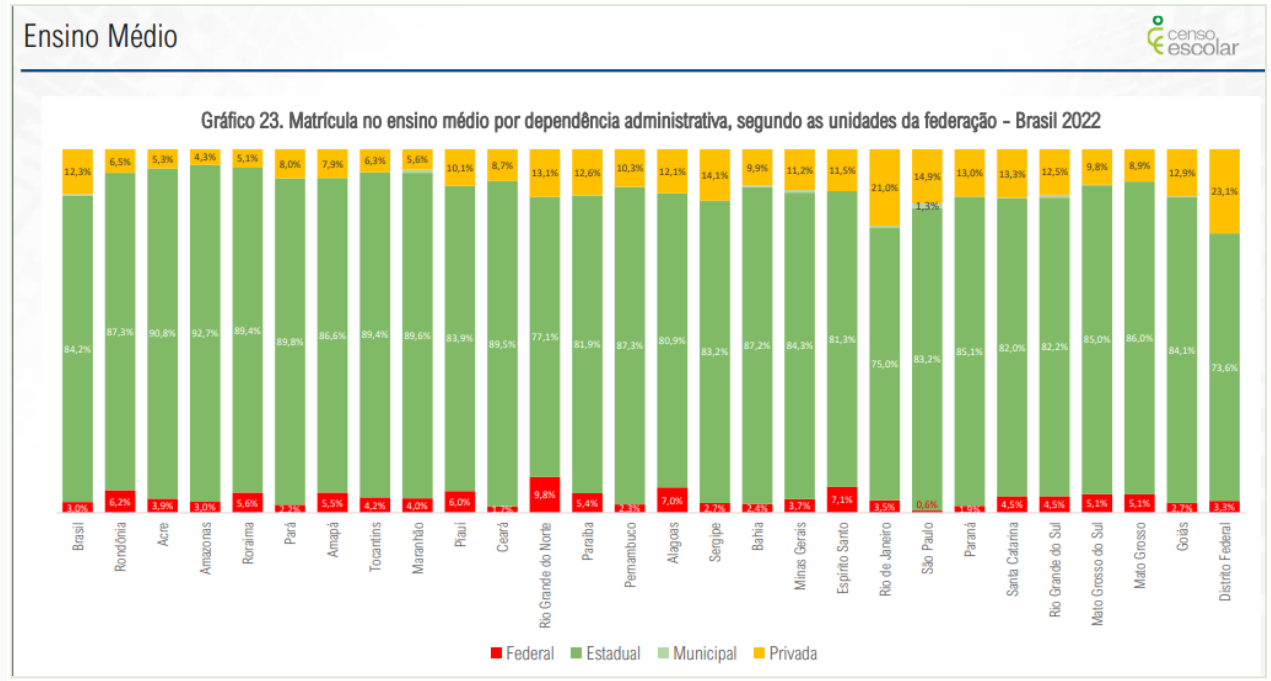
Para se ter uma ideia da disparidade, segundo o Anuário de Educação Básica 2021[38] (o referente ao ano de 2022 ainda não foi liberado), enquanto 54,3% das crianças de zero a três anos de domicílios mais ricos estão matriculados em creches, só 27,8% das crianças mais pobres frequentam a escola[39]. Notar ainda que esse indicadores terminam por refletir nos anos seguintes.

Ainda com relação à educação infantil, é importante destacar que menos de 1% é de responsabilidade do Governo do Estado, de acordo com dados do **Censo Escolar, 2022**. Nos anos iniciais do fundamental a responsabilidade vai a 5,4%, nos anos finais para 22,3%. E no ensino médio é que atinge 82,2%, isso em 2021. Vide **figura 3.1d** para entender a predominância da responsabilidade do governo do Estado na educação.

Por isso, haverá uma prioridade maior em apresentar os resultados do ensino médio por se tratar de indicadores da Contas do Governador. O que não significa que o Governo não possa e nem deva contribuir na educação infantil e fundamental, até porque a qualidade nesses anos anteriores contribuem para o melhor resultado do ensino médio.

[37] https://penlife.com.br/educacao-infantil/objetivos-fundamentais-da-educacao-infantil/
[38] (ainda não saiu o anuário de 2022)
[39] https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/a-educacao-brasileira-em-2021.html

Figura 3.1.d - Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa - Brasil 2022



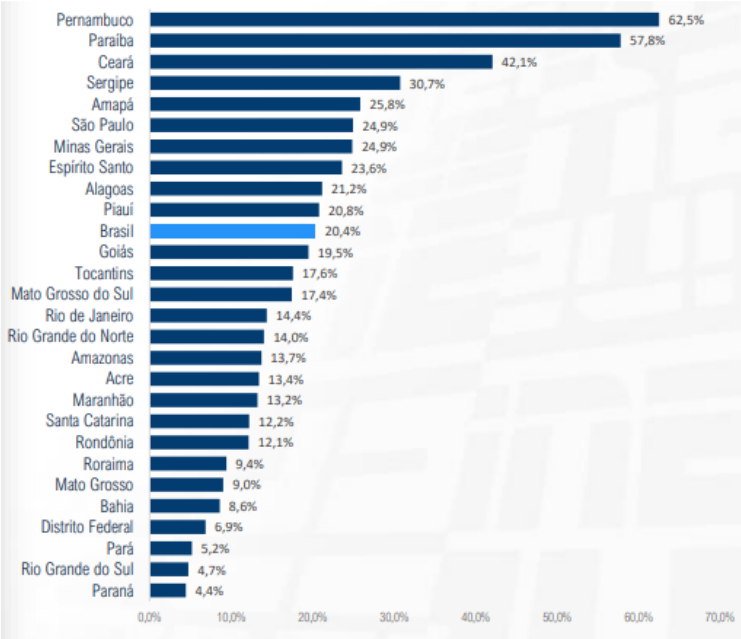
Fonte: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

No que concerne à Educação em tempo integral**, em 2022,** segundo o INEP, o número de alunos em **tempo integral** aumentou na rede pública, <u>passando de 16,7%, no ano anterior, para **20,4%**</u>**.** Vale ressaltar que a Paraíba é o 2º Estado com maior percentual de alunos em tempo integral matriculados na rede pública de ensino médio, em 2022, vide **Figura 3.1.e.**

Vale observar que a *Rede Estadual de Ensino,* segundo divulgado do Governo do Estado[40], registrou **<u>414</u>** estudantes com redações de excelência, ou seja, com *nota superior a 900 pontos*, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2022. O número é superior ao Enem 2021, quando foram registradas 327 redações de excelência.

[40]https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/governador-divulga-que-rede-estadual-superou-numero-de-redacoes-de-excelencia-no-enem-2022

Figura 3.1.e - Proporção de alunos em tempo integral matriculados na rede pública de ensino médio, em 2022



Fonte: INEP, 2022

Em termos de **infraestrutura**, segundo a plataforma *Novo Qedu* da Fundação Lemann[41], observa-se que só 37% das **escolas públicas paraibanas** têm rede pública de esgoto e 59% água tratada, somente 28% tem biblioteca e 7% dispõe de laboratórios de Ciências, no ano de 2022, vide **Figura 3.1.f.**

Figura 3.1.f - Infraestrutura das escolas paraibanas em **2022**

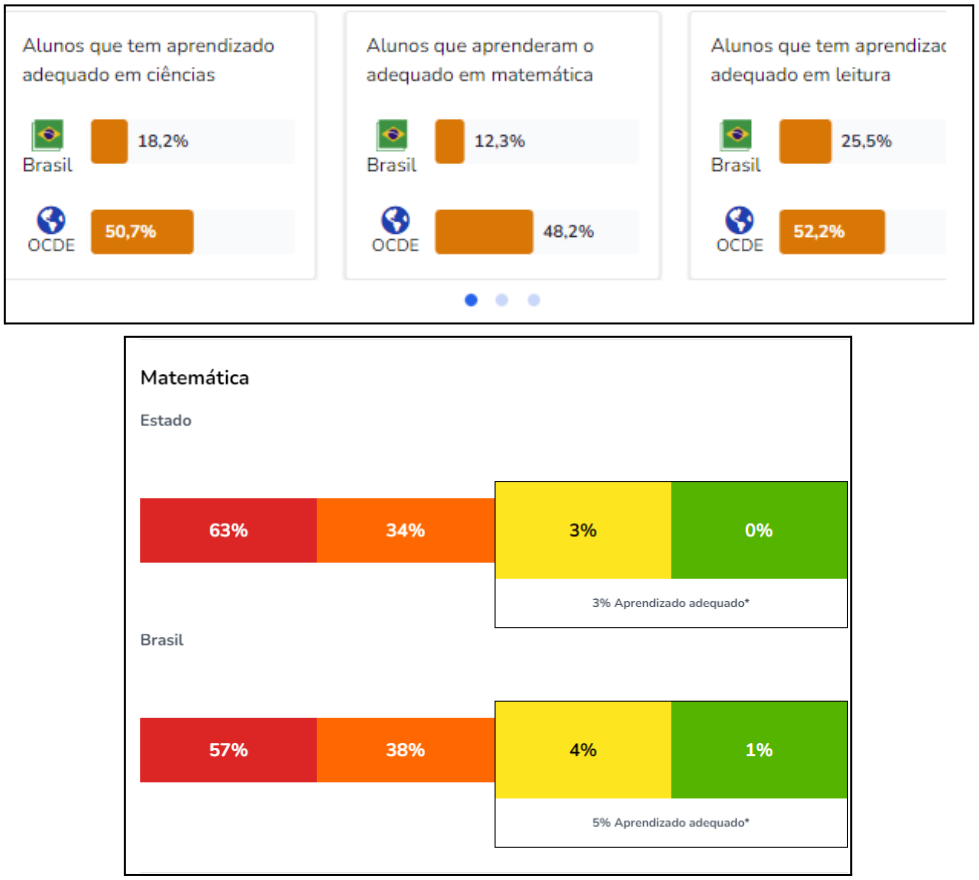
Fonte: Novo Qedu

[41] https://novo.qedu.org.br/

Já em relação às escolas da **rede Estadual da Paraíba em 2022** (Fonte Novo Qedu), somente 31% delas apresentam laboratório de ciências, 61% tem biblioteca, 62% apresentam rede de esgoto vinculada à rede pública de tratamento e 84% apresentam tratamento de água adequado.

A plataforma *Novo Qedu* apresenta ainda o nível de aprendizado do Brasil em relação aos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e os compara com os números da Paraíba. Nota-se, por exemplo, que em matemática o Brasil apresenta um proficiência de **12,3%,** enquanto que na OCDE a média é de **48,2%**. No entanto, na rede pública, a proficiência em matemática no Brasil cai para **5%** e na Paraíba esse número é **3%,** vide **Figura 3.1.g.**

Figura 3.1.g - Proficiência em ciências, matemática e leitura do Brasil, da OCDE e da **Paraíba**



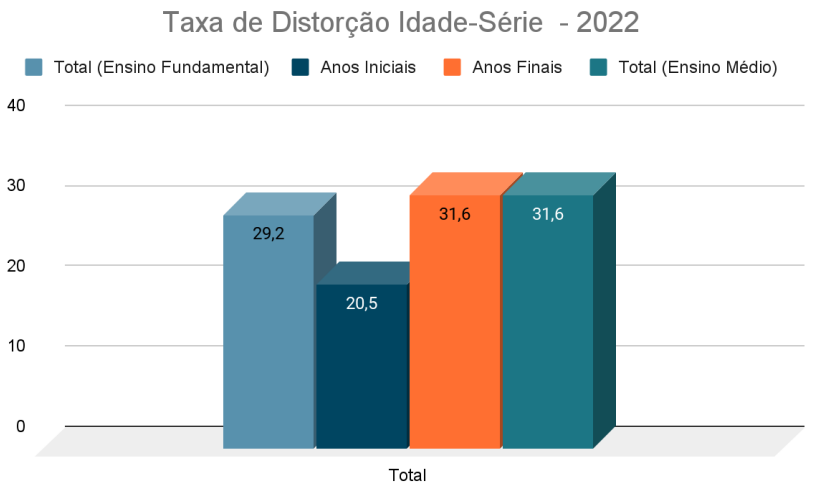
Fonte: Novo Qedu.

Quanto ao **indicador de Distorção Idade-Série** que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. **O cálculo da distorção idade-série**

é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles[42].

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais e retorna à escola, ele precisa repetir uma mesma série para não prejudicar a progressão dos conteúdos. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série[43]. Na Paraíba, em **2022**, a distorção idade-série no ensino médio chegou a **31,6 %**, vide **Gráfico 3.1.c**, a seguir:

Gráfico 3.1.c - Distorção Idade-Série Rede Estadual da Paraíba 2022



Fonte: Elaborado pela Auditoria. INEP 2022

Gráfico 3.1.d - Distorção Idade-Série Ensino Médio - Brasil 2022

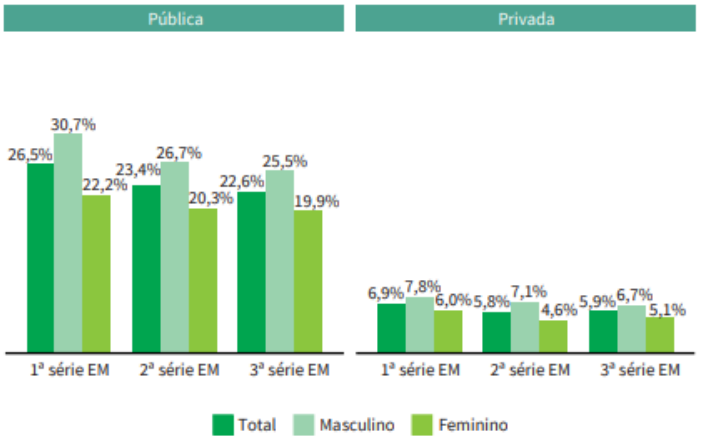


GRÁFICO 20

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

[42] https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/
[43] https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/

3.2 Indicadores do Ensino Médio

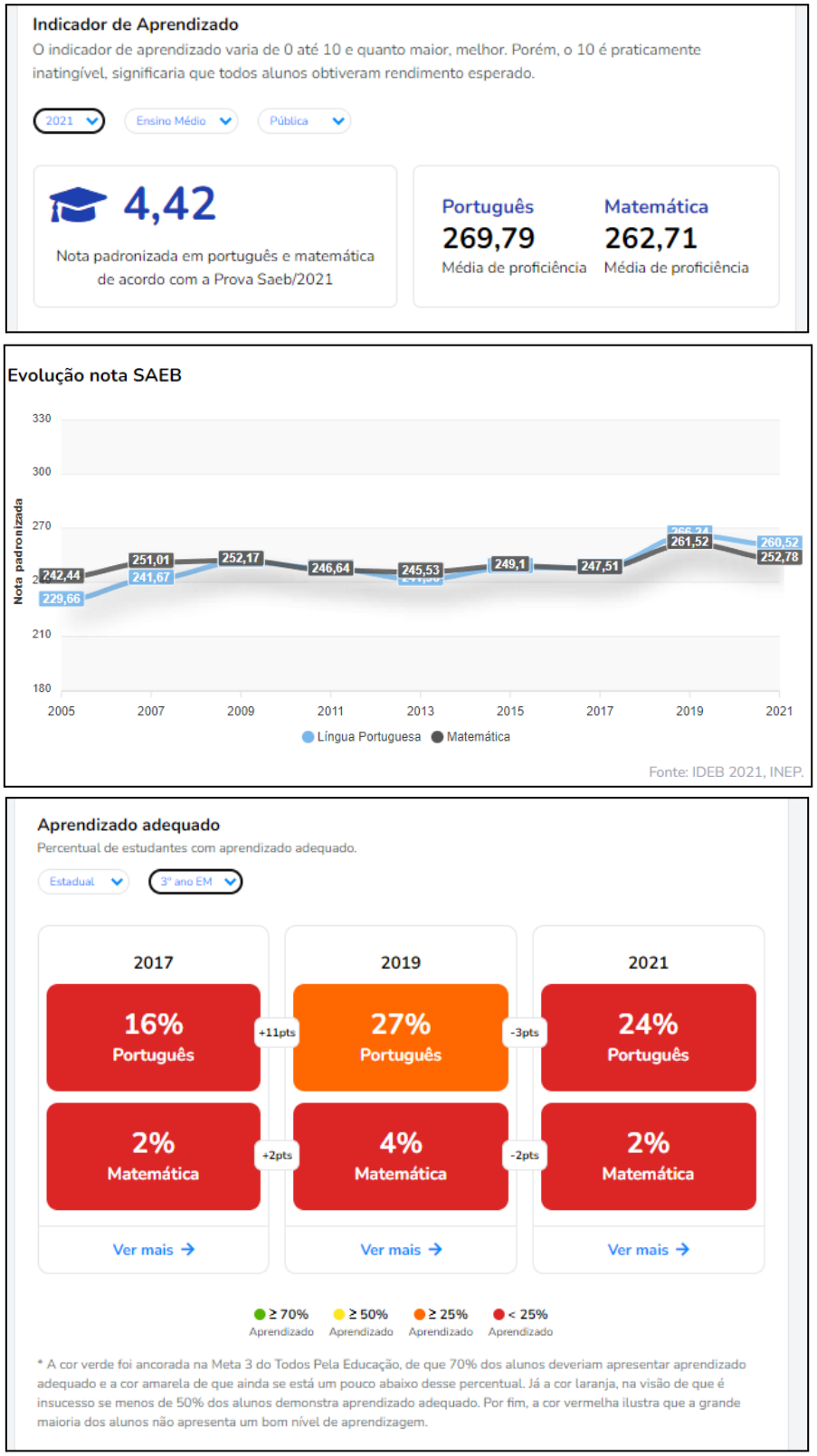
O IDEB do **Ensino Médio do Estado da Paraíba** (Rede Estadual), em particular, no ano de 2021, foi de **3,9 pontos**. O IDEB da Paraíba é superior à média dos estados com condições populacionais e socioeconômicas similares, que é de **3,63 pontos**. No entanto, não atingiu a meta nacional para o exercício de 2021, que era de **4,4 pontos**.

Apesar de não ter atingido a meta nacional, observa-se que houve um crescimento entre os exercícios de 2017 a 2019, pois o índice, naquele exercício, era de **3,10 pontos**, o que demonstra uma discreta melhoria na qualidade da educação estadual.

Figura 3.2.a - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Português e Matemática, dados do QEDU, 2021.

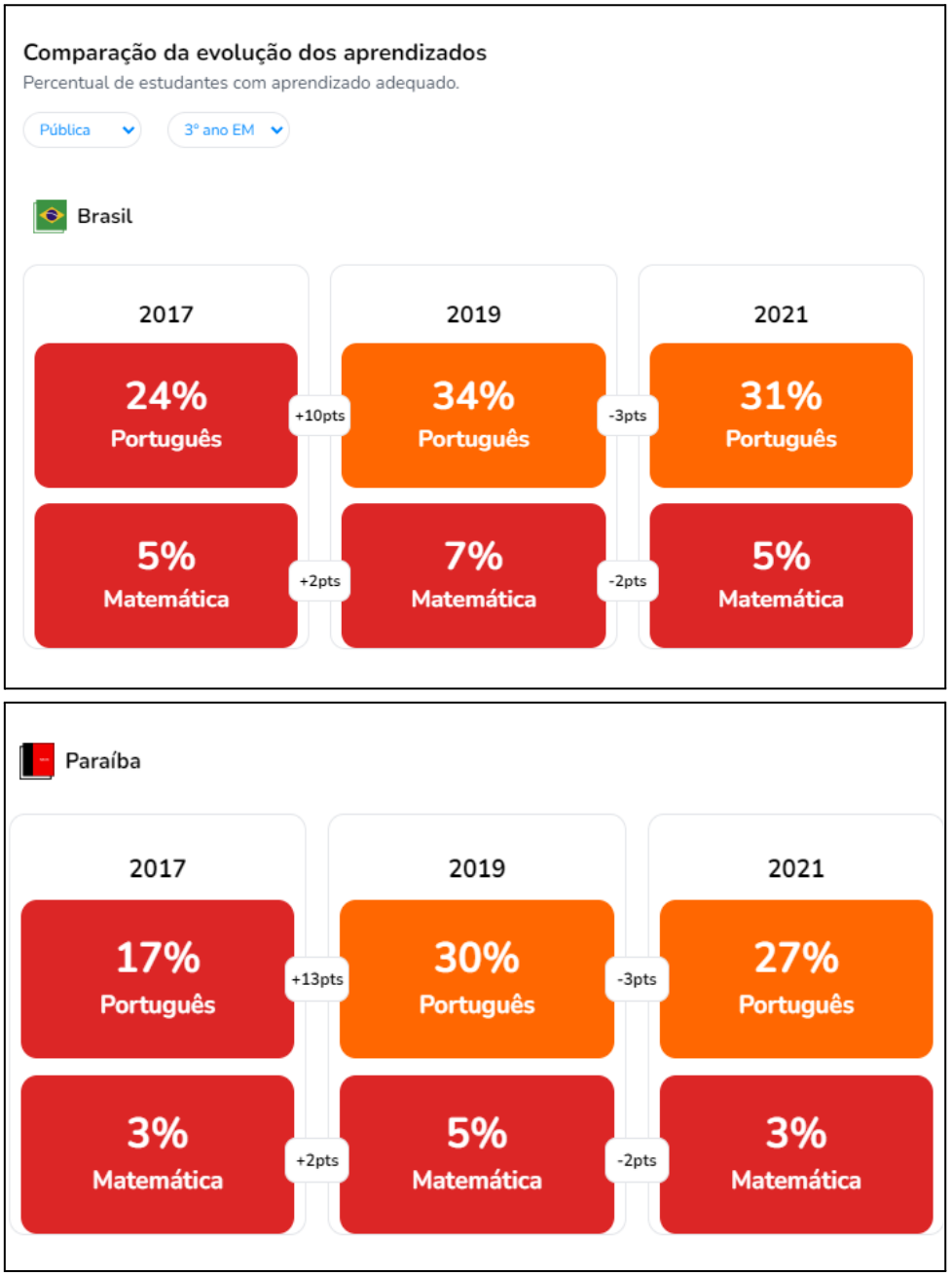
Além disso, **a proficiência em Português e em Matemática estão em patamares críticos**, no ano de 2021, especialmente a segunda, e isso vem se repetindo desde 2017, vide **Figura 3.2.b,** a seguir:

Figura 3.2.b - Proficiência em Português e Matemática - Rede Pública - 2021



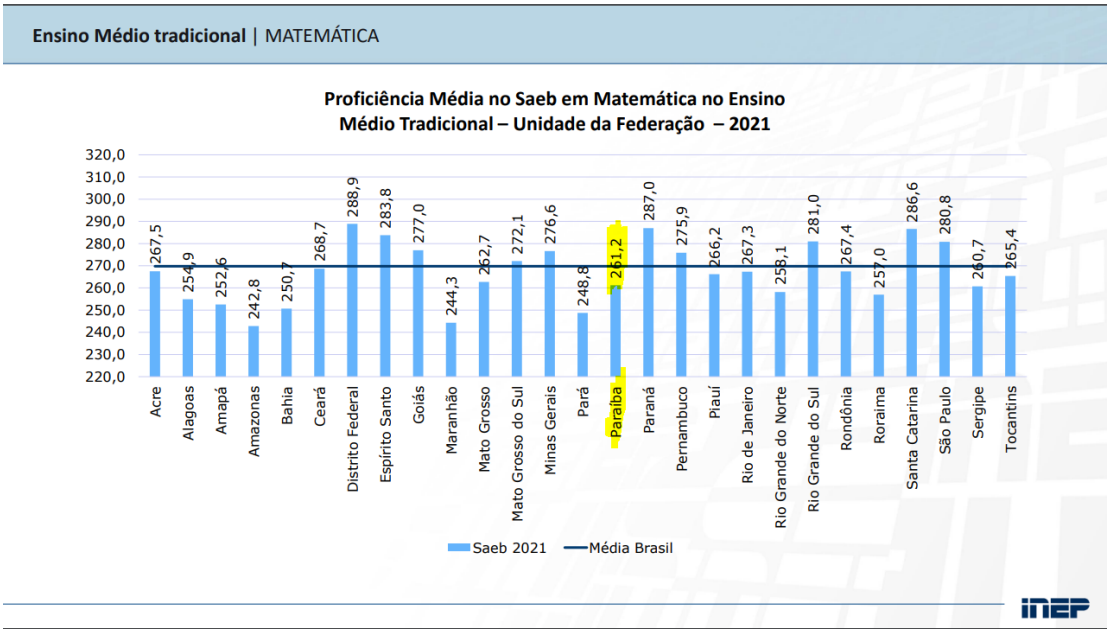
Fonte:https://www.qedu.org.br/estado/115-paraiba/proficiencia

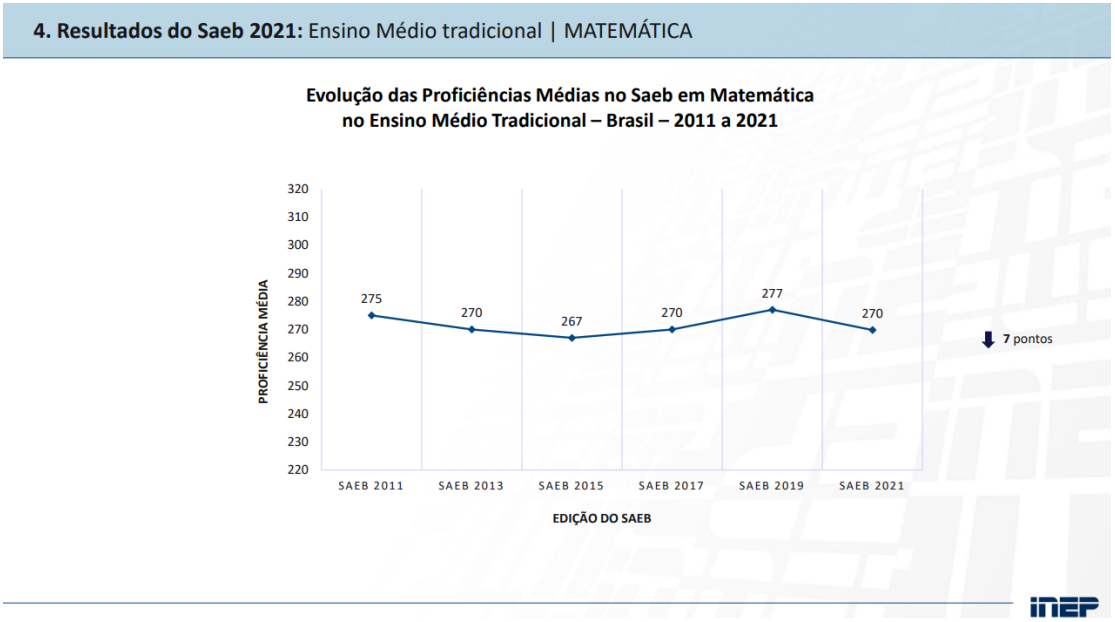
Figura 3.2.c - Proficiência em Português e Matemática - Rede Estadual (3º ano do ensino médio)- 2017 a 2021



Fonte: QEdu

Figura 3.2.d - Saeb - Matemática - Ensino Médio 2021





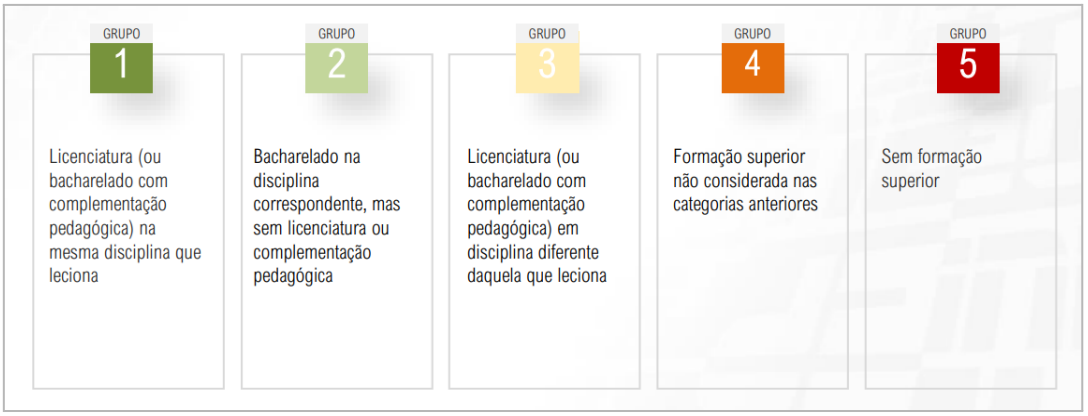
Fonte: Inep

3.3 Taxa de Adequação de Formação Docente - Ensino Médio

A Taxa de Adequação de Formação do Docente é o indicador-chave que revela a proporção de docentes cuja formação superior tem adequação com a área de conhecimento lecionada, **com fundamento no disposto nos arts. 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Esse indicador leva em conta apenas os docentes com formação superior em licenciatura ou bacharelado e neste último que haja um curso de complementação pedagógica.

É importante levar em consideração as categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:

Figura 3.3.a - Grupos de formação dos docentes



Fonte: Censo Escolar 2022

O **Estado da Paraíba possui** **70,1%**, (Grupo 1), **3%** (Grupo 2) e **19%** (Grupo 3), em 2022, **dos professores com formação superior com disciplinas lecionadas no Ensino Médio**[44] que são os grupos mais específicos. Ademais, o Estado da Paraíba **não** atingiu a meta do exercício de 2022 que era de **100%**, meta essa não atingida por nenhum dos estados. Contudo, apesar do não atingimento da meta, observa-se que houve uma melhora nesse indicador, se comparado ao exercício de 2019, quando o percentual era de 64,65% (dados Inep).

A partir da avaliação dos dados liberados pelo Inep sobre a formação do docente na Paraíba, no ano de 2022, **ela apresenta crescimento em relação a sua profissionalização e especialização específica para a área de ensino dos professores incluídos nas redes pública e privada do País.**

3.4 Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono[45]

As taxas de rendimento são fatores que indicam o desempenho dos estudantes quanto ao conhecimento, assim como sua habilidade em aplicá-lo. Vários fatores podem influenciar o rendimento como fatores intrínsecos aos alunos, por exemplo problemas familiares, assim como extrínsecos, como foi o caso da pandemia nos anos de 2020-2021.

[44] **Grupo 1** - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona. **Grupo 2** - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

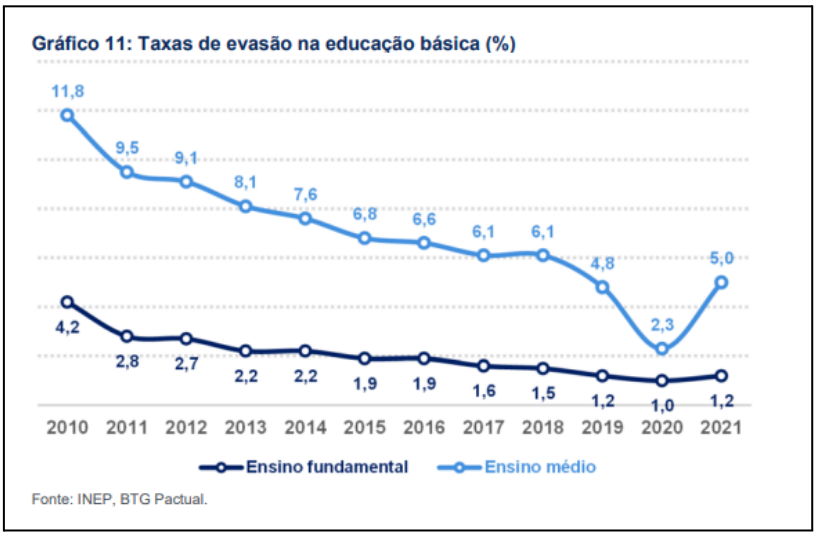
[45] Dados de 2021.

A **Taxa de Abandono** é um indicador que demonstra o percentual de alunos que deixaram de frequentar a escola após o Censo Escolar. Esse indicador forma o grupo denominado "*taxas de rendimento escolar*", juntamente com as *taxas de reprovação* e *aprovação*.

O Estado da Paraíba, **no ano de 2021 (últimos dados registrados)** alcançou uma **taxa de abandono escolar de 3,3 %**, no Ensino Médio, estando abaixo da média de abandono do País, que foi de **5%**, dados retirados do site do Inep.

Dados do Inep, relatam a taxa de abandono dos estudantes no ano de 2021, que foi maior entre escolas do meio rural durante os anos do ensino fundamental; em comparação com o ensino médio. As diferenças entre escolas do meio rural e do meio urbano se mantêm estáveis, com discreta diferenciação. Mas o grau de evasão escolar se torna maior em estudantes que cursam o ensino médio em escolas municipais urbanas.

Gráfico 3.4.a - Evasão na Educação Básica 2010 - 2021



Quanto ao indicador-chave **Taxa de Aprovação** revela o percentual de alunos que alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da sua série. Esse indicador forma o grupo denominado "*taxas de rendimento escolar*", juntamente com as taxas de reprovação e abandono. **O Estado da Paraíba tem uma taxa de aprovação de alunos do Ensino Médio de quase 96%, enquanto que no Brasil a taxa é de 90,8%**[46].

Em relação a **taxa de aprovação no ano de 2021 (últimos dados registrados)**, obteve-se números similares em relação à aprovação no ensino fundamental e ensino médio, além de quase chegarem a 100% dos estudantes aprovados, **com cerca de 96,8% no Ensino Fundamental e 95,9% no Ensino Médio**. Tomando por base a pandemia de COVID 19, que perdurou entre 2019 a 2021, houve ajustes no planejamento curricular e devido a isso houve auxílio para estes estudantes,

[46] Considerando só a Rede Estadual, a taxa de aprovação é de **96% (Qedu INEP)**.

visando combater as consequências educacionais de defasagem após alguns meses sem assistência educacional, além de aulas por vias digitais que nem todos os estudantes podiam acessar, devido ao quesito econômico, para que houvesse diminuição da retenção ou abandono escolar.

A **Taxa de Reprovação** é um indicador que evidencia o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da série. Esse indicador forma o grupo denominado "*taxas de rendimento escolar*", juntamente com as *taxas de aprovação* e a *taxa de abandono*. O Estado da Paraíba tem uma taxa de reprovação de alunos do Ensino Médio de 0,8% (Rede Pública)[47], taxa que aumentou em comparação com o ano de 2020, que foi de 0,4%, já o Brasil tem uma taxa de reprovação de 4,2% no ano de 2021.

Com dados do Inep a **taxa de reprovação destes estudantes no ano de 2021 (últimos dados registrados)**, no qual obteve-se uma taxa menor que 1% em todos os **níveis seriados, exceto na 4ª série do ensino médio, que teve uma taxa de reprovação de 7%.**

No ano de 2022 em diante é importante avaliar minuciosamente os dados educacionais, além da avaliação de defasagens que ainda existem no meio educacional paraibano, visando sobrepor os problemas educacionais que ocorreram nos anos de pandemia de forma rápida e constante. A figura 3.3.a demonstra detalhadamente as taxas anteriormente discutidas.

Figura 3.4.a - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono na Paraíba, no ano de 2021

Taxas de rendimento

Conheça a proporção de alunos com reprovação ou abandono segundo indicadores do INEP.

Taxas de rendimento por etapa escolar

2021 | Pública | Total

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	1,7% 3.828 reprovações	1,2% 2.702 abandonos	97,1% 218.642 aprovações
Anos finais	1,4% 2.945 reprovações	2,8% 5.890 abandonos	95,8% 201.530 aprovações
Ensino médio	0,8% 1.030 reprovações	3,7% 4.765 abandonos	95,5% 122.984 aprovações

Legenda

Fonte: Taxas de Rendimento 2021, INEP

[47] Considerando só a Rede Estadual, a taxa de reprovação é de **0,2% (Qedu INEP)**.

Fonte: QEdu/ Inep.

Pontos de atenção:

- ➔ Ao **cumprimento das metas do IDEB e do ODS 4** (Agenda 2030 da ONU), considerando que a meta para o Ensino Médio, de 4,4 (ref. 2021) não foi cumprida[48], o que também impacta o ODS 4;
- ➔ À necessária melhoria nas proficiências de **Português e Matemática**, as quais estão em patamares críticos, especialmente na segunda (matemática). E isso vem se repetindo desde 2017. Um desafio o qual impõe uma preocupação e que requer uma resposta do Poder Público para enfrentar esse desafio estratégico, especialmente, considerando que a matriz de empregabilidade que se desenha para um futuro próximo tem bases num tipo de conhecimento-habilidade relacionada à proficiência em matemática, essencial à Era Digital;
- ➔ À taxa de distorção idade-série que chegou a uma **taxa de 31,6% no ensino médio no ano de 2022,** fazendo com que esses estudantes não consigam acompanhar com sucesso a aprendizagem em sala de aula;
- ➔ A aspectos da infraestrutura das escolas estaduais paraibanas nas quais somente **41% tem acessibilidade, 28% tem biblioteca** disponível para os alunos, **18% dispõe de laboratório de informática,** e somente em **37% tem rede de esgoto**[49];
- ➔ À quantidade de crianças de **0 a 3 anos matriculadas em creches,** pois, na Paraíba, a taxa de crianças mais pobres matriculadas é de **27,8%**, o que é um percentual a ser melhorado, considerando que a ausência dessa faixa etária em creches pode refletir na cognição, por consequência, no desempenho das séries seguintes e na superação de "ciclos de pobreza"[50].

4 Indicadores-chaves da Saúde

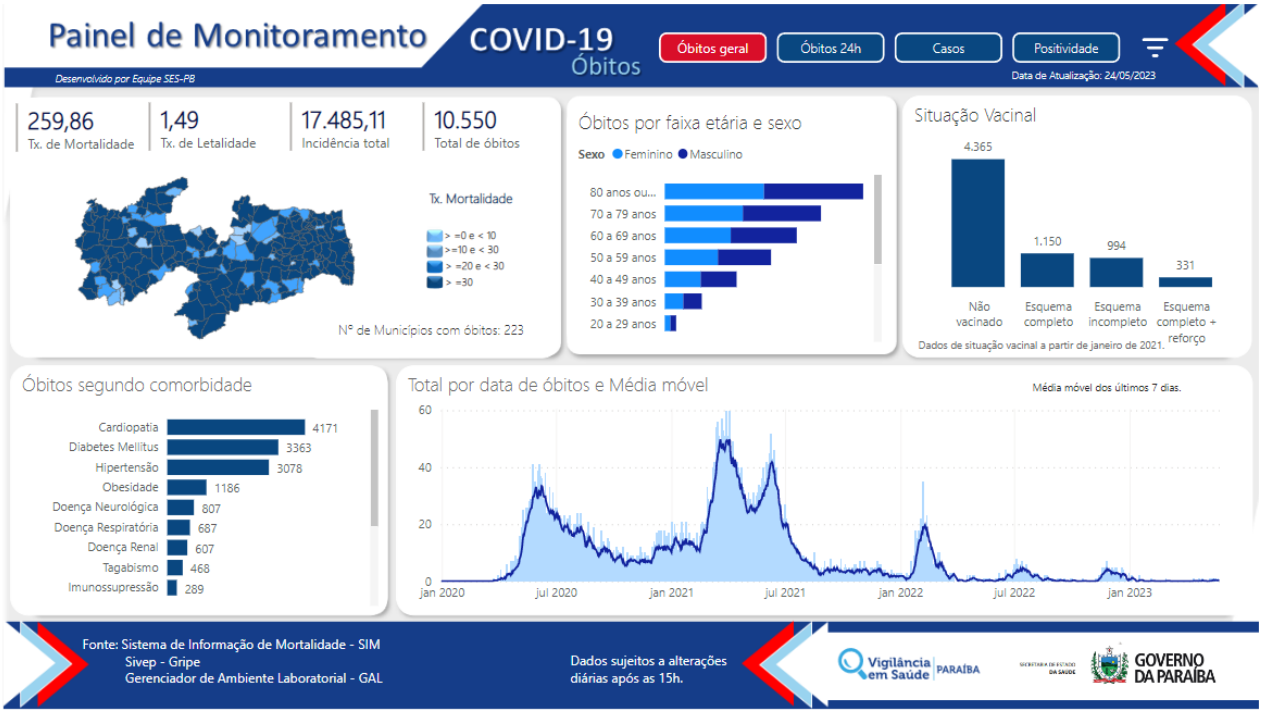
4.1 Sobre à COVID-19

Com relação ainda à Pandemia da Covid-19, os números e indicadores do cenário epidemiológico, na Paraíba, observa-se, como no restante do País, que a média móvel de óbitos e de novos casos reduziu em 2022.

[48] Próxima medição do IDEB 2023
[49] Fonte: Qedu.
[50] https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso

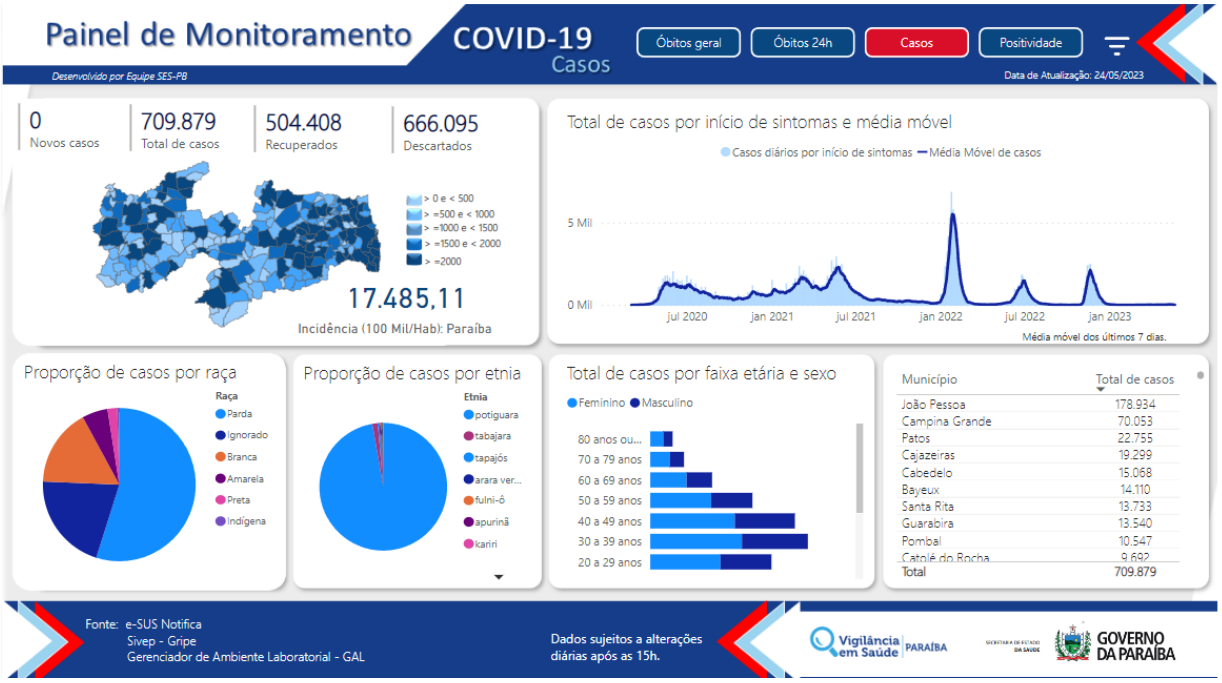
Em termos de óbitos e casos de Covid-19, a Paraíba atingiu até a data[51] desta pesquisa 10.550 e 709.879, respectivamente, vide **Figura 4.1.a e Figura 4.1.b.**

Figura 4.1.a - Painel de Monitoramento Óbitos COVID 19 (até maio 2023)



Fonte: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/dados-epidemiologicos-covid. Acesso em: 26/05/2023.

Figura 4.1.b -Painel de Monitoramento de Casos COVID 19 (até maio 2023)



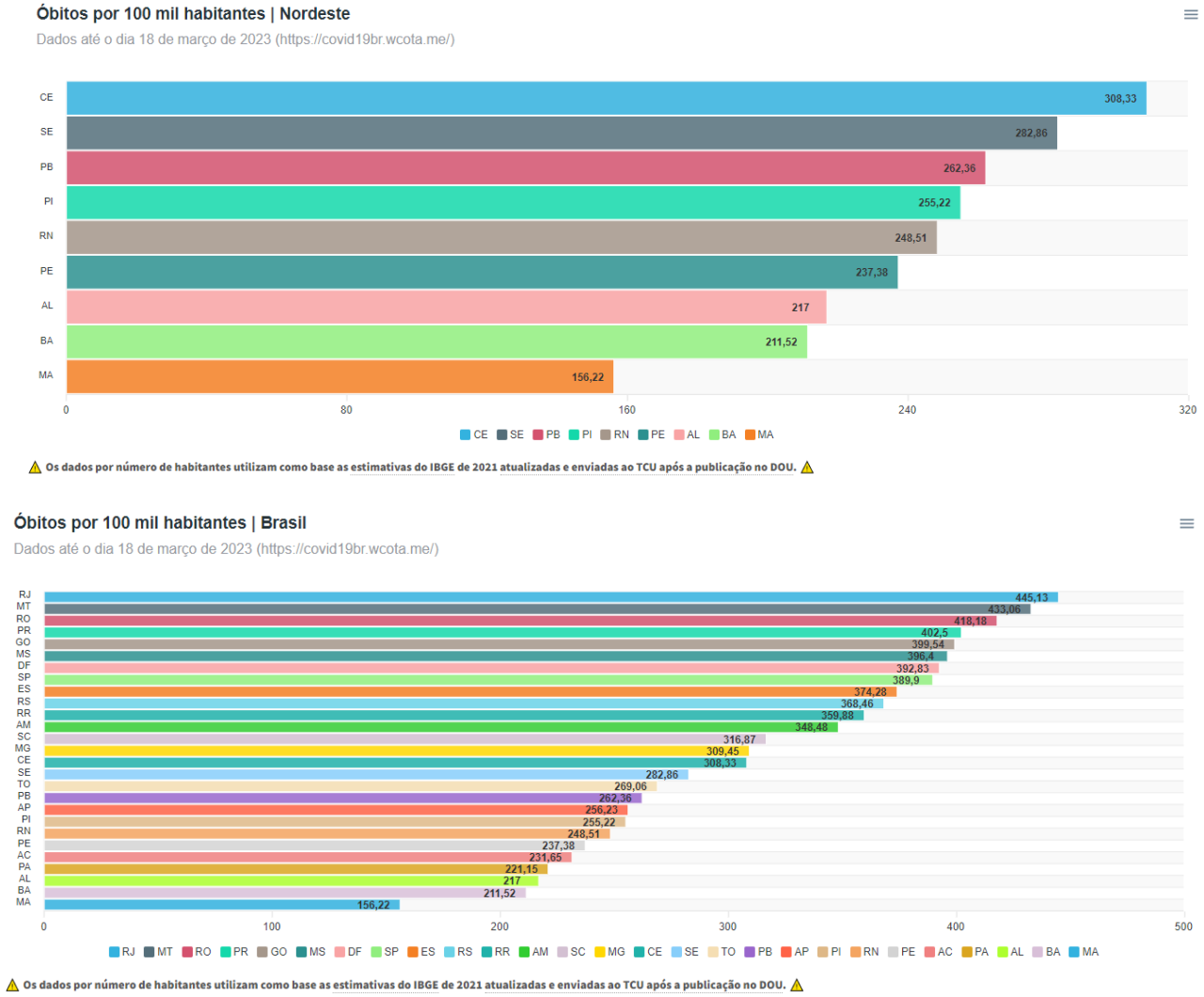
[51] **26/05/2023**

Fonte:https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/dados-epidemiologicos-covid. Acesso em 25/05/2023

Observa-se, ainda, que a taxa de óbitos por 100 mil habitantes na Paraíba acumulada, atingiu 262,36, acima da taxa do Nordeste, que foi de 242,15, ocupando a 18ª posição no País.

As maiores taxas nos Brasil foram do RJ, MT, RO, DF, GO, MS e PR; e as menores taxas, no MA, BA, AL, PA, AC e RN, até a data dessa coleta de dados (18/05/2023), vide **Figura 4.1.c.**

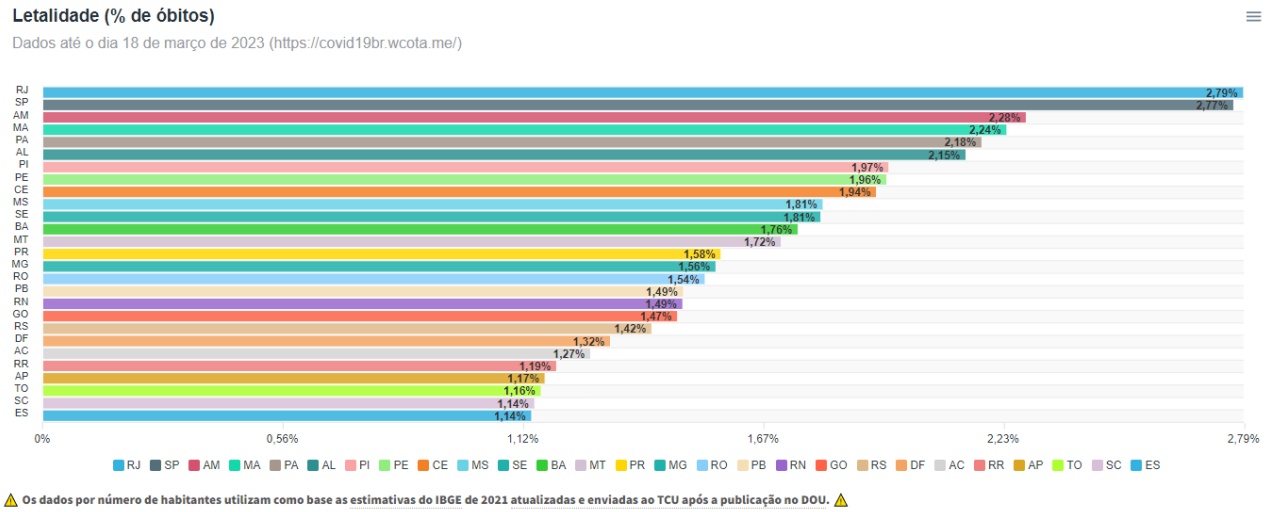
Figura 4.1.c - Taxa de óbitos por 100 mil habitantes (acumulado) (2021-2023) - Estados do Nordeste - Brasil (até 18/05/2023)



Fonte: https://covid19br.wcota.me/ Acesso: 18/05/23

Quanto à **letalidade,** que relaciona o número de óbitos por determinada causa pelo número de pessoas acometidas pela doença, a Paraíba apresentou, até março de 2023, uma letalidade de 1,43%. E em relação aos outros Estados do país, a Paraíba tem letalidade abaixo da média nacional, vide **Figura 4.1.d**

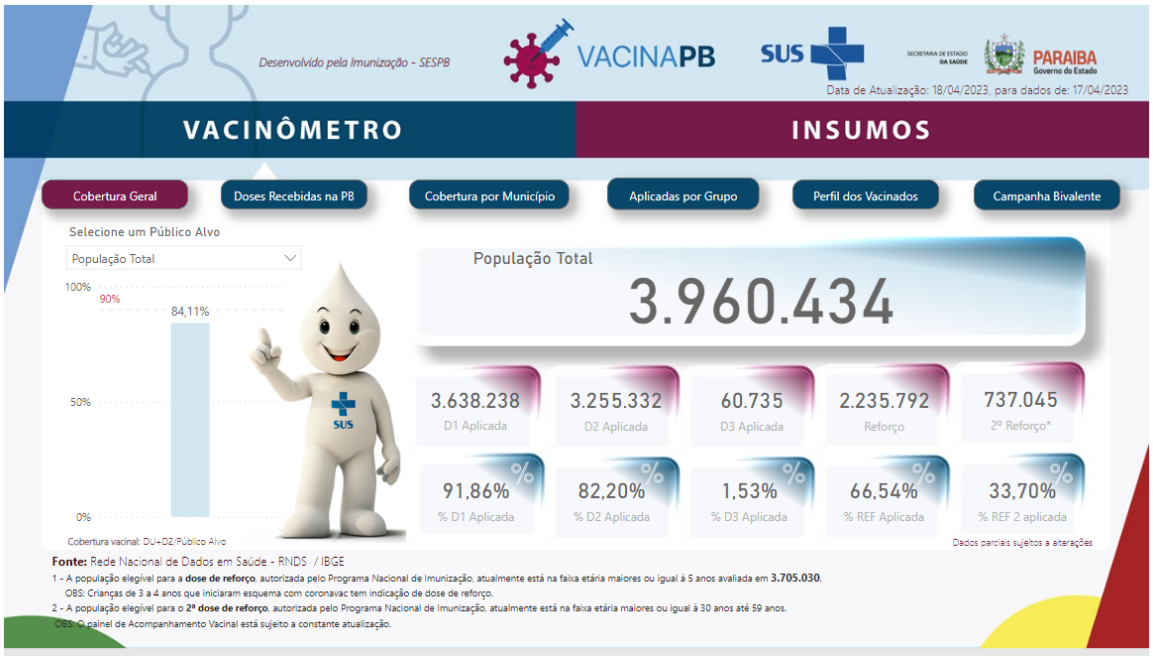
Figura 4.1.d - Taxa de Letalidade (óbitos por casos positivados) - 2021 até 2023



Fonte: https://covid19br.wcota.me/ **Acesso: 18/05/2023**

No tocante à vacinação, a Paraíba, está com **84,11% da população vacinada** (acima de 5 anos), vide **Figura 4.1.e.**

Figura 4.1.e - Situação da Vacinação na Paraíba em 17/04/2023



Fonte: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/painel-de-vacinacao/ **Acesso: 18/04/2023**

4.2 Outros Indicadores-Chaves da Saúde

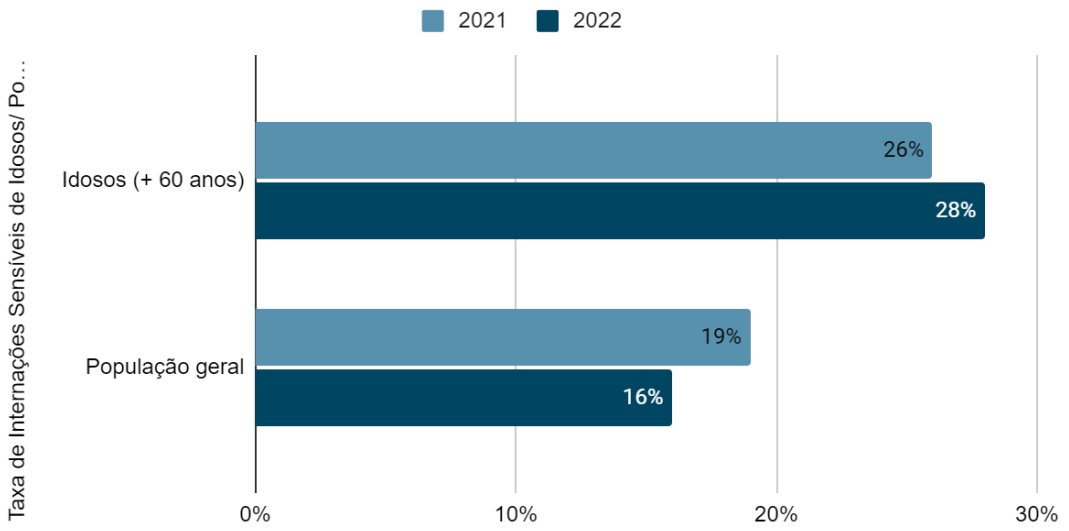
4.2.1 Taxa de Internações Sensíveis à Atenção Básica para Idosos

Este indicador-chave evidencia o percentual de internações de residentes no Estado da Paraíba com 60 anos ou mais de idade, dividido pelo total de internações clínico-cirúrgicas por residentes nessa mesma faixa etária de um determinado ente público, **sensíveis à Atenção Básica**.

A Atenção Básica pode ser entendida como "um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde", sendo o primeiro nível de atenção à saúde no SUS e o contato prioritário com os usuários, que se orienta por todos os princípios do sistema, inclusive a integralidade, mas emprega tecnologia de baixa densidade[52].

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Saúde (DATASUS/TABWIN), houve uma porcentagem de **28% de internações de idosos**, no ano de **2022**, levando em consideração que o da população geral foi de **16%** no mesmo ano. No ano de **2021** as internações de idosos + 60 anos, eram de **26%,** enquanto a população geral foi de **19%. Observa-se um aumento das internações de idosos no ano de 2022, dado este que merece ser estudado em função das consequências na saúde da Pandemia de Covid-19[53].**

Gráfico 4.2.1.a - Taxa de Internações Sensíveis de Idosos/ População geral 2021 e 2022



Fonte: Doc Tc nº 41820/23

[52]"Por tecnologia de baixa densidade, fica subentendido que a atenção básica inclui um rol de procedimentos mais simples e baratos, capazes de atender à maior parte dos problemas comuns de saúde da comunidade, embora sua organização, seu desenvolvimento e sua aplicação possam demandar estudos de alta complexidade teórica e profundo conhecimento empírico da realidade". Fonte: Portaria do Ministério da Saúde n.º 648/2006. Fonte: Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2007, p. 16.
Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro9.pdf Acesso: 25. jan. 2021.

[53] Doc Tc nº 41820/23

4.2.2 Taxa de Leitos de UTI por 100 mil habitantes

A Taxa de Leitos de UTI evidencia o quantitativo de leitos de UTI para cada 100 mil habitantes, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no Ministério da Saúde/SUS, nas Estimativas Populacionais e no IBGE, um indicador importante principalmente devido a pandemia de Covid-19.

Referente ao ano de **2022,** com dados do DATASUS/Tabwin, **o número de leitos clínicos disponíveis a cada 100 mil habitantes era de 23,27[54],** havendo um aumento discreto do **seu número em relação ao ano de 2020, que foi de 22,53[55] (dados de 2021 não disponíveis).**

4.2.3 Taxa de Unidades Hospitalares por 100 mil habitantes

A Taxa de Unidades Hospitalares evidencia o quantitativo de unidades hospitalares para cada 100 mil habitantes, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no Ministério da Saúde/SUS, nas Estimativas Populacionais e no IBGE.

O Estado da Paraíba no ano de **2022,** segundo Doc TC nº 41820/23 (página 11), possuía uma taxa de **0,82 de unidades hospitalares a cada 100 mil habitantes**, enquanto em **2020** era de **2,01 de unidades hospitalares[56]** (dados de 2021 não disponíveis)**.** Esta taxa encontra-se maior em 2020, em comparativo a 2021, pois pode estar associada a resposta estatal à pandemia de Covid-19[57].

4.2.4 Taxa de Leitos Cirúrgicos por 100 mil habitantes

A Taxa de Leitos Cirúrgicos evidencia o quantitativo de leitos cirúrgicos para cada 100 mil habitantes, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no Ministério da Saúde/SUS, nas Estimativas Populacionais e no IBGE.

O Estado da Paraíba possuía uma taxa de **19,77 de leitos cirúrgicos em 2022, segundo** Doc nº41820/23 (DATASUS/Tabwin), enquanto em **2020 apresentou 26,49 a cada 100 mil habitantes**, dado este retirado do CNES/SUS/IBGE (IDGPB). Nota-se que houve uma diminuição dos números, podendo levantar a hipótese também da prestabilidade do sistema de saúde devido a pandemia Covid-19.

4.2.5 Taxa de Leitos Clínicos por 100 mil habitantes

[54] Doc nº 41820/23
[55] IDGPB
[56] IDGPB
[57] Doc TC nº 41820/23

A Taxa de Leitos Clínicos evidencia o quantitativo de leitos clínicos para cada 100 mil habitantes, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no Ministério da Saúde/SUS, nas Estimativas Populacionais e no IBGE.

O Estado da Paraíba possui uma taxa de **23,12** de leitos clínicos para cada 100 mil habitantes (com dados do DATASUS/Tabwin - Doc nº 41820/23) em **2022**; já referente ao ano de **2020** (dados de 2021 não disponíveis)**,** com dados do CNES/SUS/IBGE (IDGPB), o número de leitos clínicos disponíveis a cada 100 mil habitantes era de **57,14, havendo uma diminuição do seu número em relação ao ano de 2020.**

4.2.6 Taxa de Médicos na Atenção Básica por 100 mil habitantes

A Taxa de Médicos na Atenção Básica evidencia o quantitativo de médicos nessa área da saúde para cada 100 mil habitantes, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no Ministério da Saúde/SUS, nas Estimativas Populacionais e no IBGE.

De acordo com dados do e-GESTOR/ Relatórios Públicos[58] do ano de **2022** a taxa de médicos da atenção básica foi de **38**, enquanto em **2021** foi de **37**, havendo uma constância desde **2020**[59], no qual a taxa foi de **38,45** a cada 100 mil habitantes.

4.2.7 Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos

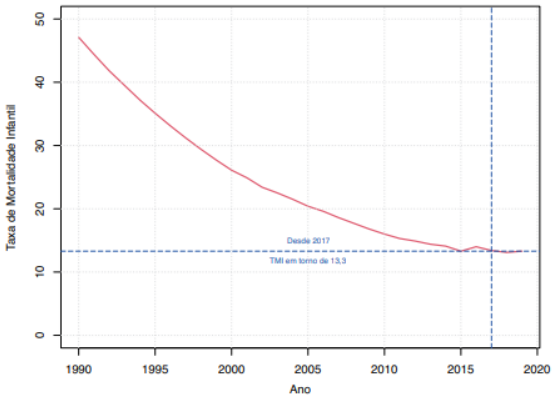
Ela é definida como o número de óbitos de crianças menores de um ano, a cada mil nascidos vivos, em um determinado período do tempo, estimando assim o risco de morte em seu primeiro ano de vida. Valores elevados refletem precárias condições de vida e saúde, além de baixo nível de desenvolvimento social e econômico [60] .

De acordo com os dados[61] da Secretaria de Saúde do estado **da Paraíba**, no ano de **2022** a taxa de mortalidade infantil ficou aproximadamente **14,6** , um aumento em relação ao ano de **2021**, que era de **12,6. Fato este que merece ser esclarecido.**

Em relação a **taxa do país**, houve uma diminuição de **45,9** em 1990 para **13,3** em 2019, último dado registrado e retirado do **Boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde**, **como visualizado no gráfico abaixo.**

[58] Doc TC nº 41820/23
[59] IDGPB
[60]https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf
[61] Doc TC nº 41820/23

Gráfico 4.2.7.a - Taxa de mortalidade Infantil no Brasil 1990 a 2020



Fonte: Sinasn/SIM/Projeto de Busca Ativa

4.2.8 Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos

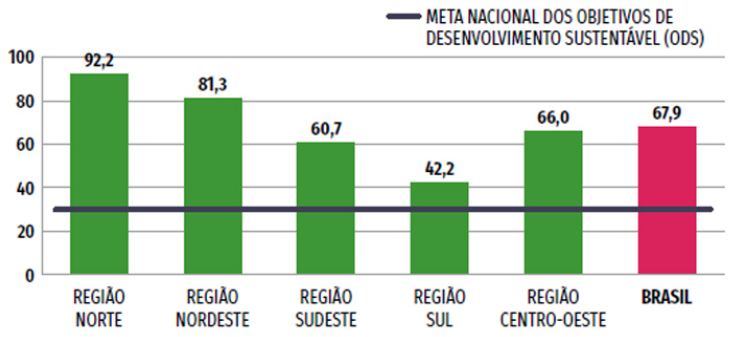
Corresponde a taxa de óbitos femininos por causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações com nascidos vivos e reflete a qualidade da saúde naquela localidade em relação à assistência à saúde da mulher e a criação de programas para acompanhamento de gestantes de risco.

De acordo com registros obtidos pelo Ministério da Saúde, no cenário nacional, analisados pelo Observatório Obstétrico Brasileiro **apontaram que em 2021 (dados preliminares) a taxa de mortalidade materna no Brasil aumentou para 107,53, a cada 100 mil nascidos vivos, em contrapartida ao ano de 2019 que foi de 55,3, sendo referente ao período pandêmico de *Covid 19*,** que desestabilizou ainda mais o serviço público de saúde brasileiro, trazendo apelo para mais investimentos e qualidade[62].

De acordo com o **Gráfico 4.2.8.a,** abaixo que explica sobre a Razão da Mortalidade Materna nas regiões do país no ano de 2020, e esta possui uma maior casuística na Região Norte, com uma razão de 92,2 e no Nordeste de 81,3.

[62] https://www.sogesp.com.br/media/3171/mortalidade-materna-divulgacao-jornalistas-final.pdf

Gráfico 4.2.8.a - Razão da mortalidade materna 2020 (Regiões do Brasil)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Em relação às taxas no Estado da Paraíba[63]**,** no ano de **2022** totalizou **45,3**; em contrapartida houve uma queda considerável em relação ao ano de **2021**, que teve uma taxa de **128,5**; uma **diminuição de 77%. Isso, provavelmente em função da** devida introdução da Regulação Obstétrica e do investimento do estado em equipamentos hospitalares, principalmente em salas de parto e unidades intensivas[64].

Gráfico 4.2.8.b - Razão da mortalidade materna **brasileira** 2016 a 2021

Fonte: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

4.2.9 Taxa de mortalidade prematura (residentes de 30 a 69 anos) devido a quadro de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) por 100 mil habitantes

As DCNT acabam acometendo pessoas de todas as camadas socioeconômicas, mas é de forma mais intensa em pessoas que estão em grupos de alta vulnerabilidade social. Dados da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) de 2013 indicam que mais de 45% da população adulta

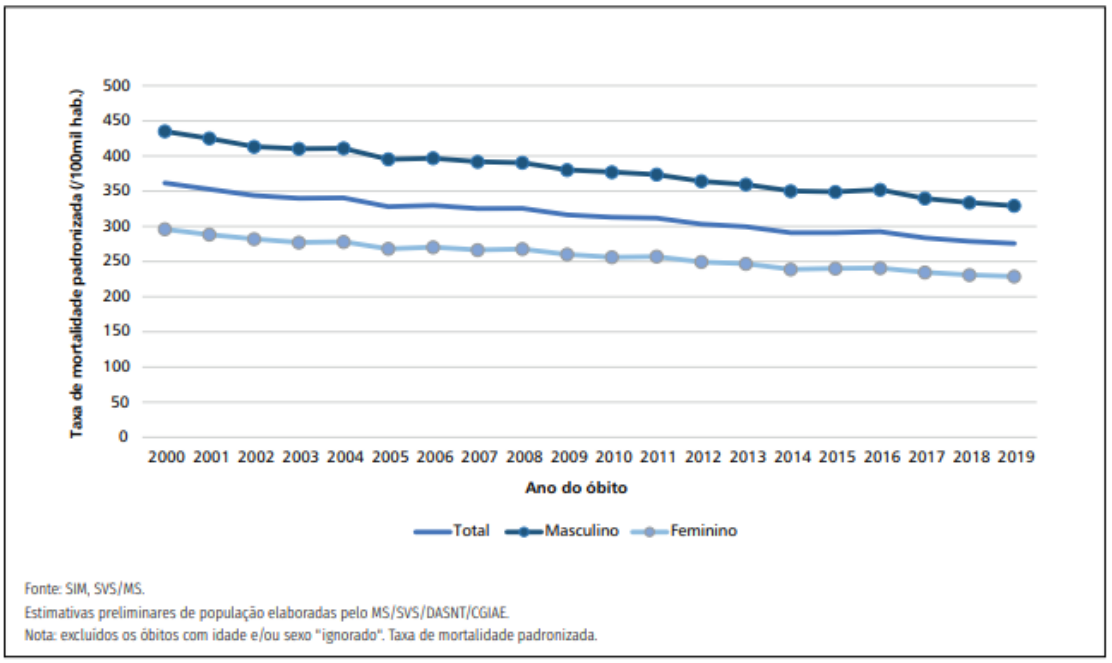
[63] Doc TC nº 41820/23
[64]Fonte:https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-tem-reducao-de-77-da-mortalidade-materna-apos-tres-meses-de-regulacao-obstetrica Acesso em 24/04/2023.

brasileira é acometida por pelo menos uma das doenças, que são a doença arterial coronariana, neoplasias, diabetes e doenças respiratórias crônicas. Este dado indica a taxa dessa doença a cada 100 mil habitantes de uma localidade.

O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT em 2011 foi proposto para realizar uma mobilização de ações e metas para a redução da mortalidade prematura da população de 30 a 69 anos de até 2% ao ano, assim como diminuir também os fatores de risco que aumentam esses números.

O gráfico abaixo traz informações sobre o número de mortes no decorrer dos anos, até o ano de 2019, trazendo dados sobre a **população geral do país, no qual percebe-se que houve uma diminuição de óbitos por DCNT com o passar dos anos.**

Gráfico 4.2.9.a - Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis selecionadas, segundo sexo. Brasil (2000 a 2019)



Mas de acordo com dados da Secretaria de Estado da Saúde, em questão de números, **nos últimos anos na Paraíba, 2021 e 2022,** houve um aumento desta taxa, elevando a de **298,73 para 308,14, respectivamente**[65], ao contrário da tendência do país exposta no gráfico acima. **Dado esse que merece ser investigado, pois pode ser consequência da pandemia de Covid 19, principalmente porque quadros de doenças respiratórias estão inclusos no DCNT.**

Pontos de atenção:

➔ Aumento no número de "Internações Sensíveis à Atenção Básica para Idosos" (pessoas acima de 60 anos) no ano de 2022. No entanto, esse aumento ser uma

[65] Doc nº 41820/23

consequência da pandemia nos anos de 2020-2021, por isso, é necessário um monitoramento mais criterioso em 2023 ;

- ➔ À **taxa de mortalidade infantil que aumentou para 14,6 em 2022**, **em 2021 a taxa era de 12,6**;
- ➔ À necessária continuidade do empenho, com relação às atividades de **implementação da Regulação Obstétrica em hospitais do Estado**, assim como o aumento de investimentos em equipamentos, considerando que **houve uma diminuição importante da mortalidade materna, de 2021 em relação a 2022**, ou seja, a taxa caiu de **128,5** para **45,3** (por 100 mil);
- ➔ **Ao aumento de doenças crônicas não transmissíveis** no ano de 2022, considerando, no entanto, a possibilidade de ser consequência da pandemia nos anos de 2020 e 2021.

5 Indicadores-chaves da Segurança Pública e Informações Institucionais

A Segurança Pública se consubstancia na perspectiva de ser um direito fundamental o qual "confere ao seu titular prerrogativas que concretizam a garantia da dignidade da pessoa humana, da liberdade e igualdade, estabelecendo um estado de proteção que permite aos cidadãos gozarem de todos os demais direitos assegurados no ordenamento jurídico" (FABRETTI, 2014).

Daí a importância de se perceber a necessária "eficientização" da execução de suas políticas públicas, planejamento a partir de evidências e indicadores de seus resultados e os impactos na sociedade. E essa eficientização é primordial para o aprimoramento das políticas de segurança pública no Brasil.

Nesse sentido, conhecer os dados e validar a sua consistência tornam-se condições essenciais para se avançar em análises qualificadas sobre as diversas formas de criminalidade e violência e apontar soluções, tudo traduzido em evidências empíricas.

Não se esquecendo que o fim último da gestão de segurança pública é garantir, especialmente, as condições de prosperidade, qualidade de vida, fortalecimento institucional e respeito à dignidade humana, ou seja, segurança social e bem-estar material. Em termos orçamentários, a Função Segurança Pública chegou a R$ 1.933.177.560, em **2022,** o que corresponde a 12,12%, da despesa total empenhada do Governo do Estado.

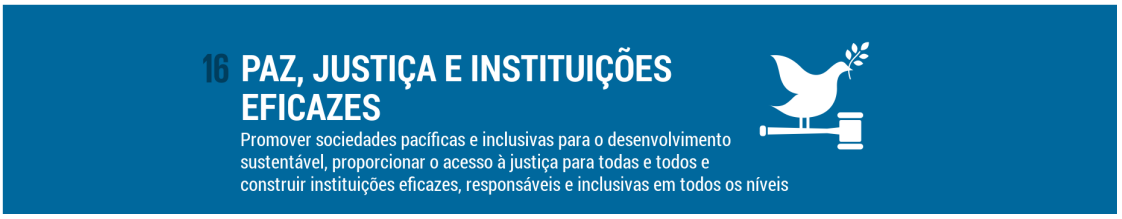
Pois bem, entre seus mais importantes objetivos, na especificação da Função Segurança Pública, na qual deveria estar contida a administração do Sistema Prisional, estão a obrigação de

reduzir, ao máximo, a violência; promover a tranquilidade social; recuperar os transgressores; e promover a paz cidadã.

A Segurança Pública é, portanto, um tema por excelência transversal à Saúde, à Educação, ao Desenvolvimento Econômico, entre outros, e deve ser percebido e considerado, com grau de importância, na análise da atuação do Estado (estabelecimento dos problemas e soluções) desde o seu planejamento até a execução (eficiente) de políticas públicas e seu devido acompanhamento (transparência).

A Segurança Pública também se faz presente de forma marcante na Agenda 2030 da ONU e os seus ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O ODS 16 o qual busca promover o acesso à Justiça, a **segurança pública** e a promoção de uma sociedade mais pacífica, tem dentre suas metas associadas à **redução de mortes por violência ,** tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de Direito em que todos tenham direito a se defender[66].

Figura 5.a - ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).



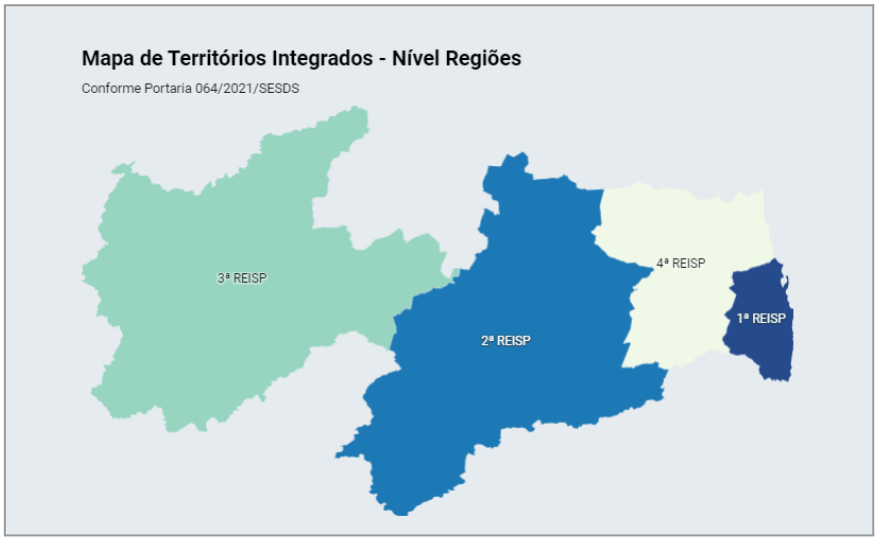
Fonte: TCESP

Para embasar e melhor compreender a temática, a Auditoria fez reuniões técnicas com os componentes da Secretaria, além de que realizou várias diligências, para conhecer e aprofundar questões de natureza operacional e perceber as peculiaridades do Sistema Segurança, metodologia que enriqueceu deveras a visão técnica para o melhor exercício do Controle Externo.

Vale ressaltar ainda que com relação à estratégia de organização e atuação da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social administrativa e operacionalmente, há uma divisão do território do estado em quatro regiões, denominadas Territórios Integrados de Segurança e Defesa Social da Paraíba, conforme **Figura 5.b,** a seguir.

[66] https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/

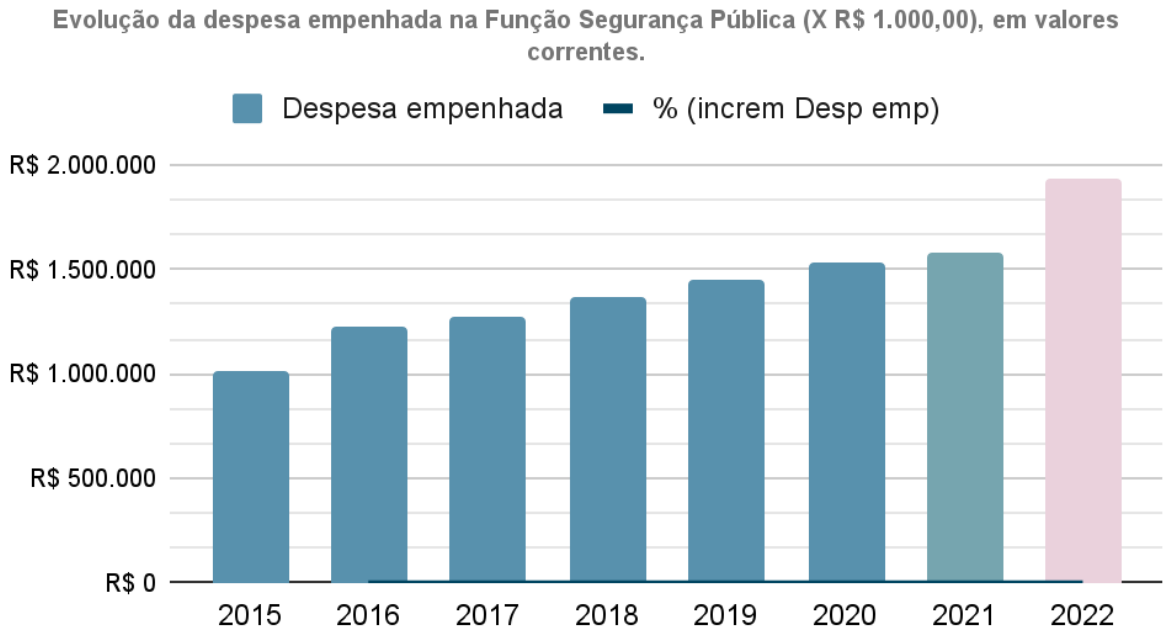
Figura 5.b - Mapa de Compatibilização dos Territórios Integrados



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2022

De acordo com o Portal de Transparência, em 2022, as despesas empenhadas na Função Segurança Pública alcançaram o montante de R$ 1.933.177.560, o que corresponde a **12,12%**, da despesa total empenhada do Governo do Estado, vide **Gráfico 5.a**. Esse montante superou em **22,08%** a despesa da mesma natureza empenhada no exercício anterior, de R$ 1.583.514.411, em valores correntes. Caso se considere a inflação do período, IPCA, que foi de 5,79%, há um acréscimo de 16,29%.

Gráfico 5.a - Despesas com Segurança Pública



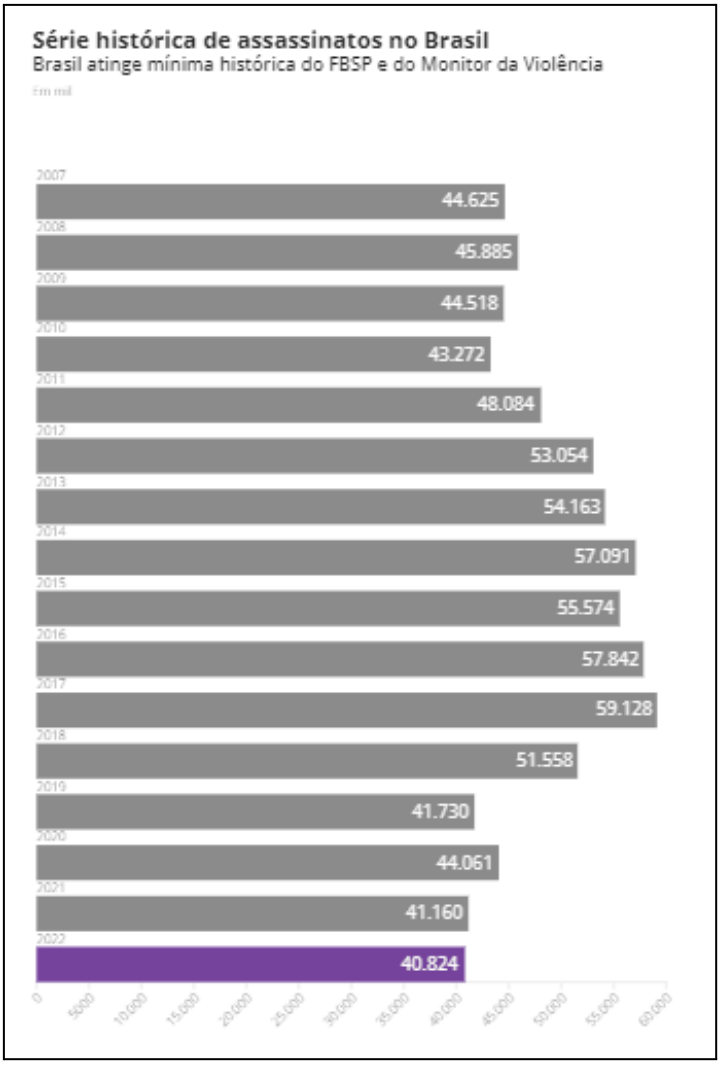
Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Portal de Transparência do Estado da Paraíba[67]

[67] : link https://transparencia.pb.gov.br/ .

A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária não está inserida na Função Orçamentária em análise, todavia, considerando que a recuperação dos apenados e a sua devida guarda são variáveis essenciais ao conceito ao desempenho da Segurança Pública, esta fará parte deste relatório.

Vale ainda observar neste início, em termos de cenário nacional, que no ano de 2022 houve uma redução no número de crimes violentos (homicídios) de **41.160** mortes (2021) para **40.824** (2022)[68], uma redução de **-0,81%**, segundo o *Monitor da Violência*. E esse é um importante indicador da segurança pública, vide **Figura 5.c.**

Figura 5.c - Monitor da Violência - crimes violentos 2022

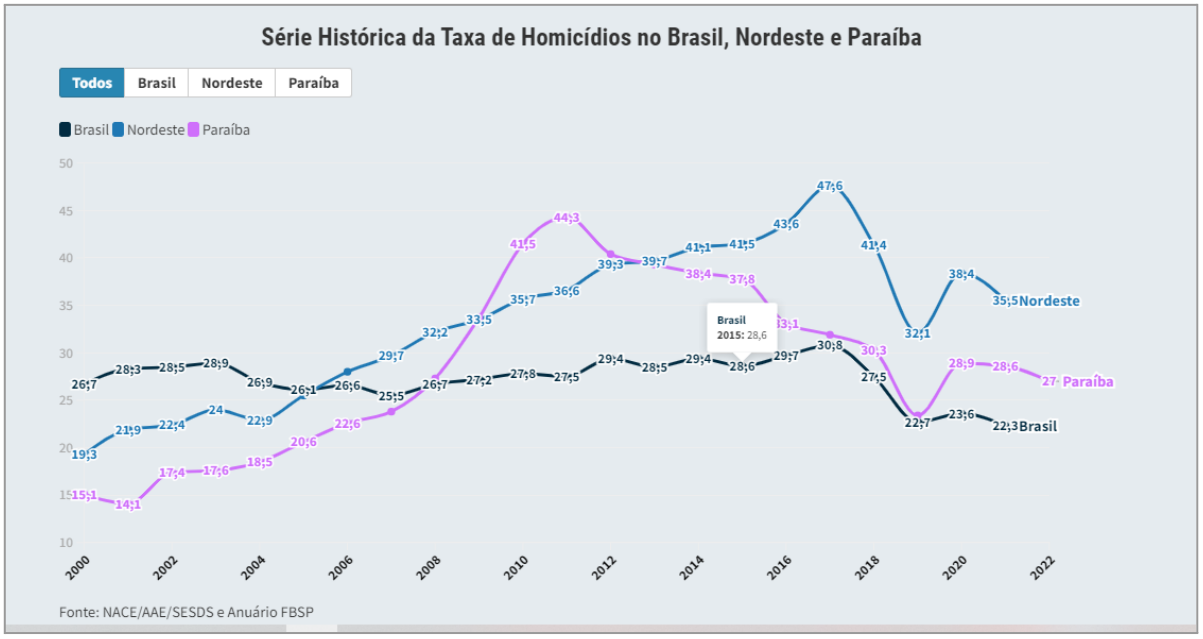


Fonte: Monitor da Violência, 2022.

[68] **Monitor da Violência** é um projeto idealizado pelo Núcleo de Estudos da **Violência** da USP junto ao portal G1 e ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e teve seu pontapé inicial com o monitoramento de todos os casos de homicídios, feminicídios, suicídios, latrocínios e mortes por **violência** policial.

A taxa de CVLI por 100 mil habitantes também sofreu decréscimo em 2022, no âmbito nacional, passando para 19,63 contra 22,3 do ano anterior. Esse decréscimo também se repetiu em 2022 no Nordeste, **redução de 20,2%** em relação ao ano de 2021. Observar que a taxa do nordeste é 13,2% maior do que a nacional no ano de 2022, vide **Figura 5.d.** Os três estados com maiores taxas de assassinato a cada 100 mil habitantes foram Pernambuco (35,3), Bahia (34,2) e Alagoas (33,5). Por outro lado, os três com as menores foram Distrito Federal (9,7), Santa Catarina (8,7) e São Paulo (7,1)[69].

Figura 5.d - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes (Brasil/Nordeste/Paraíba)

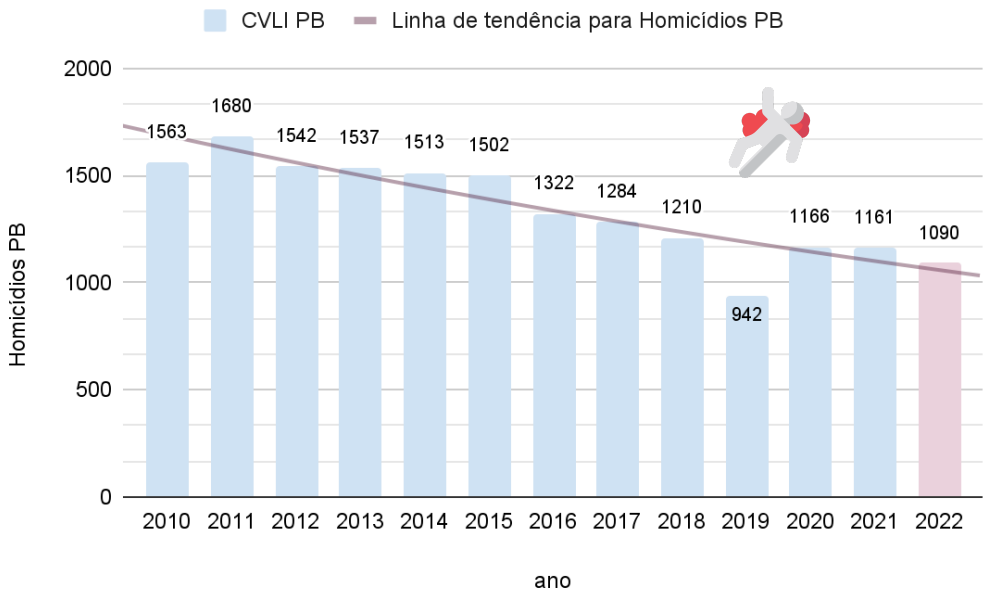


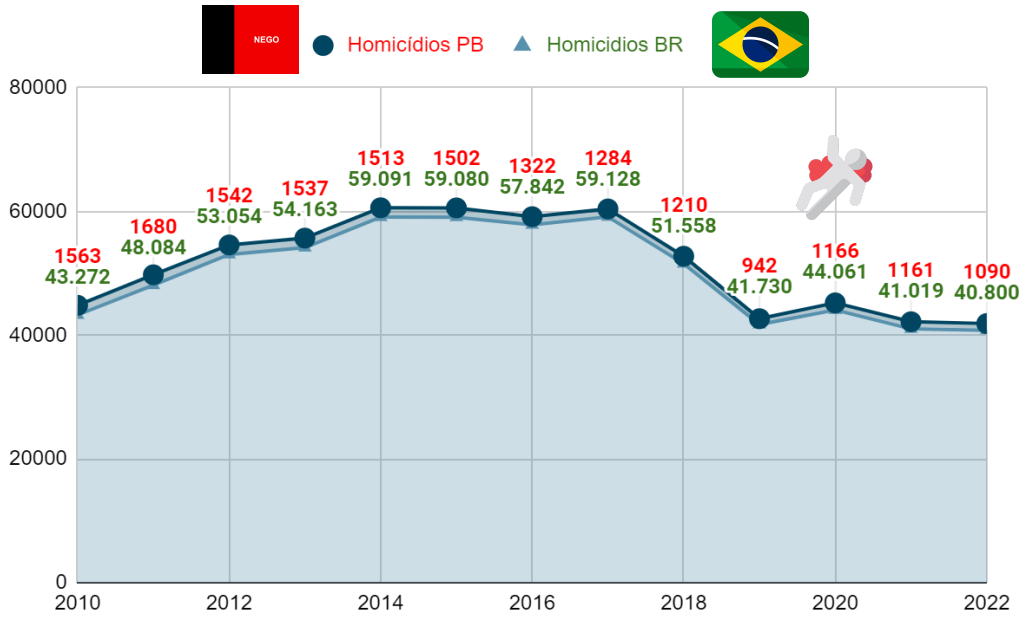
Fonte: Anuário da Segurança Pública na Paraíba em 2021

A Paraíba seguiu essa tendência, mas em menor proporção, **a taxa do estado ficou em 27,4 por 100 mil habitantes**. Em termos absolutos, em 2022, foram **1.090** vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais – **CVLI**[70] (Indicador estatístico que agrega os homicídios dolosos e demais crimes intencionais que resultem em morte), enquanto, em 2021, tivemos 1.161 vítimas, ou seja, **houve uma redução de (-0,43%)**. Com tendência de queda (desde 2010) desse importante indicador da segurança pública, vide **Gráfico 5.b.**

[69] https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-supera-40-mil-mortes-violentas-em-2022/
[70] CVLI a soma de crimes de Homicídio Doloso/Feminicídio, Lesão corporal seguida de morte e Roubo seguido de morte (Latrocínio).

Gráfico 5.b - Crime Violento Letal Intencional - CVLI (PB) (2010-2022)



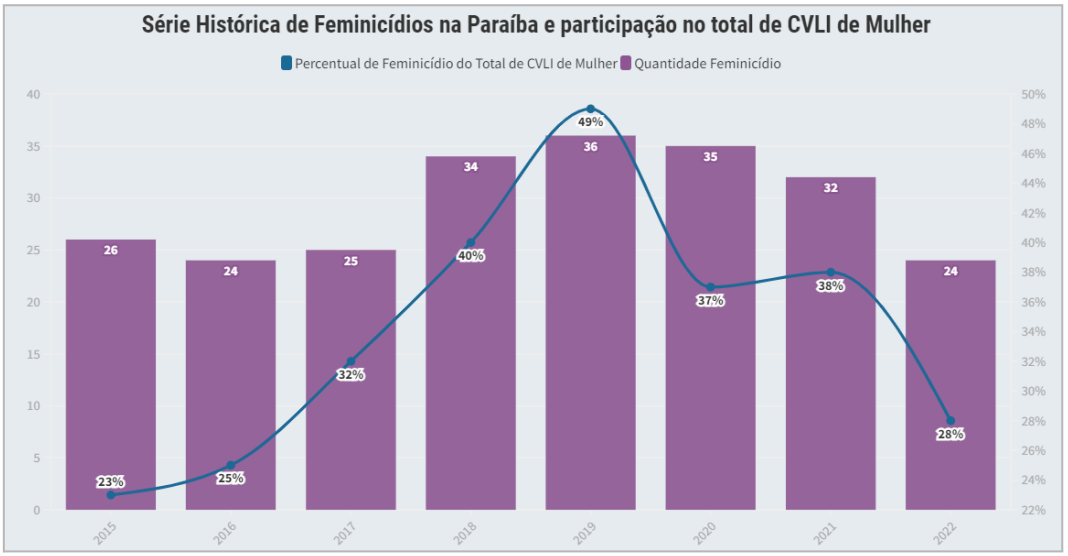


Fonte de dados: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário da Segurança Pública 2022.

Outro fenômeno que merecerá uma atenção especial nesse trabalho é a *violência contra a mulher*. Nesse sentido, vale observar que apesar de ter ocorrido um aumento de 6,1% no número de feminicídios no **Brasil**, em relação ao ano de 2021, tivemos ainda 1.319[71] casos, ou seja, uma taxa de mortalidade por feminicídio de 1,3 mortes a cada 100 mil mulheres. Também na Paraíba houve uma redução no número de feminicídios anuais, de **32 casos (2021)** para **24 (2022)**, de acordo com o gráfico abaixo:

[71] violência-contra-mulher-2021-v5.pdf

Gráfico 5.c - Feminicídios na Paraíba 2015-2022



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022

Por outro lado, como em 2021 houve uma retomada do crescimento de registros de estupros e estupros de vulnerável contra meninas e mulheres no Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública[72]**.** Uma situação preocupante a qual merece uma maior aproximação do tema e estudos mais profundos, em 2022, 2023 e 2024, para alterar esse quadro inaceitável.

O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023** (liberado em julho/2023) mostrou a relação das 50 cidades brasileiras mais violentas, na qual o estado da Paraíba possui 2 participantes, em **20º lugar se encontra Santa Rita** (região metropolitana da capital) e em **33º lugar se encontra Patos** (alto sertão).

5.1 Polícia Militar

A Lei Complementar Estadual n.º 87, de 02 de dezembro de 2008, estabeleceu um efetivo para a corporação da Polícia Militar de 17.935 militares estaduais. Entretanto, em 2015, o número de servidores integrantes do serviço operacional e administrativo era de apenas 9.015 militares estaduais, entre oficiais e praças, distribuídos em unidades operacionais e administrativas em todo Estado, por grau hierárquico, **o que representa 50,26% do efetivo previsto em Lei.**

Vale ressaltar que esse efetivo previsto na LCE n.º 87/2008, de 17.935, diz respeito a um contexto o qual parece não se coaduna com o atual, especialmente, em razão da evolução tecnológica, das novas formas de organização institucionais e das próprias mudanças sócio

[72] https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf

comportamentais, além das crescentes exigências da sociedade por melhoria na prestação dos serviços públicos. **Por isso, parece oportuno, a recomendação, conforme já observado nas PCA de 2019, 2020 e 2021, para se fazer um estudo de reavaliação de um novo *"quantum* ótimo do efetivo", inclusive, em termos de formação profissional desejada.** Até porque há um avanço importante em termos de implementação de tecnologias de vigilância e controle, através do uso intensivo e estratégico de TCI - Tecnologias de Comunicação e Informação, as quais demandam pessoal e qualificação especial para esses fins. A distribuição ora vigente está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 5.1.a - Efetivo da Polícia Militar - 2019 a 2022

Descrição	2019	2020	2021	2022
Efetivo lotado em Unidades Operacionais	**7900**	**7671**	**7.616**	**7.212**
Efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional (1)	**810**	**800**	**800**	**849**
Efetivo lotado em Unidades Administrativas (2)	**248**	**248**	**248**	**245**
Efetivos à Disposição (3)	**351**	**351**	**351**	**532**
TOTAL	**9203**	**9.070**	**9015**	**8.838**

Fonte: PCA 2020, Doc. TC n.º 39271/21, TC n.º 39039/22 e TC nº 53405/23
(1) O efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional é o efetivo lotado em unidade administrativa, mas também empregado constantemente em atividades operacionais.
(2) O efetivo meramente administrativo é o efetivo da Diretoria de Saúde (DSAS).
(3) Efetivo à disposição é aquele disponibilizado de acordo com previsão legal.

A tabela acima mostra o efetivo ativo da PMPB no ano de 2022, no qual houve uma diminuição da quantidade existente em relação ao ano de 2021, de 9.015 de efetivo existente em 2021 para 8.838 em 2022.

Por outro lado, é importante observar que essa relação Policial/Habitantes não pode ser considerada (mesma observação da PCA 2021), por si só, um indicativo para se analisar a eficácia, eficiência e efetividade de um *Sistema de Segurança Pública*. Além disso, não se identificou, nas pesquisas realizadas, nenhum indicador para essa relação que fosse considerada consistente e aplicável a todos os Estados. Há algumas indicações de uma relação 1/250 (1 policial para cada 250 habitantes). Esse parâmetro foi um estudo feito pela ONU sobre sistemas existentes em muitos países[73], mas que não consiste em um número ótimo a ser buscado, vide **Figura 5.1.a.**

[73]Fonte:(http://abordagempolicial.com/2013/11/a-onu-nunca-recomendou-quantidade-de-policiais-por-habitantes/

Figura 5.1.a - Relação Policial por Habitante (1/250)

Região	Efetivo da PM	PM por habitantes
Sul	49.430	583
Nordeste	109.341	510
Sudeste	186.219	454
Norte	42.129	403
Centro-Oeste	38.129	393

Fonte:http://abordagempolicial.com/2013/11/a-onu-nunca-recomendou-quantidade-de-policiais-por-habitantes/

Tabela 5.1.b - Quantidade de Policiais por Habitantes - 2013 a 2022

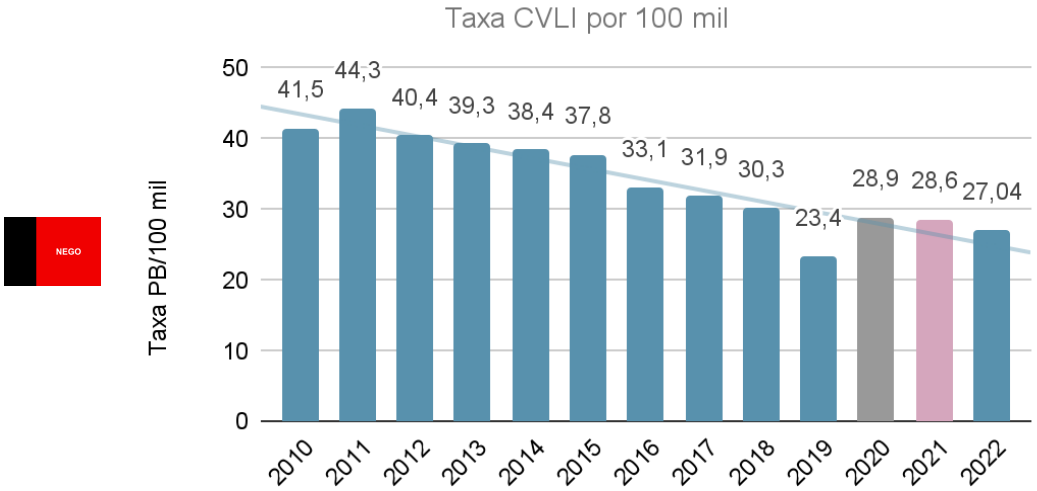
Ano	Quantidade de Policiais	Estimativa da População	Quantidade de Habitantes por Policial
2013	9.263	3.914.421	423
2014	8.974	3.943.885	439
2015	9.096	3.972.202	437
2016	9.183	3.999.415	436
2017	8.790	4.025.558	458
2018	8.944	3.996.496	447
2019	9.203	4.018.027	437
2020	9.070	4.039.277	445
2021	9.015	4.059.905	450
2022	8.838	4.030.961	456

Fonte: Processo TC n.º 05622/19, IBGE e Doc. TC n.º 65897/2, Doc Tc nº 39271/21 e Doc Tc nº 39039/22 e .Doc Tc nº 53045/23.

5.2 Crimes contra a Pessoa

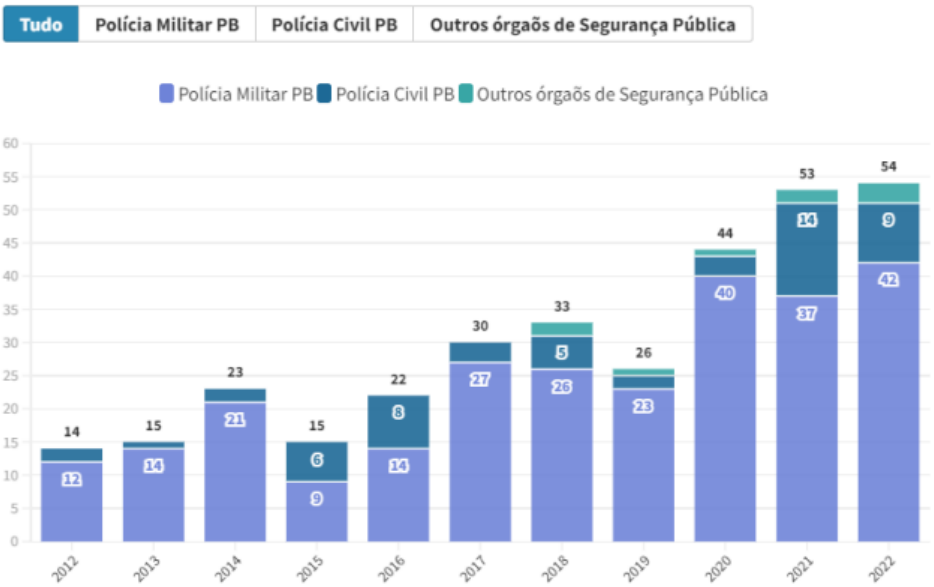
No ano de 2022, a Paraíba registrou 1.090 vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI[74] – Indicador estatístico que agrega os homicídios dolosos e demais crimes intencionais que resultam em morte, a partir destes dados visualizou-se que houve uma redução de 6% em relação ao ano de 2021, que foi de 1161 vítimas. No entanto, há manutenção do CVLI decorrente de confrontos policiais na Paraíba que foram 54 óbitos, em 2022, contra 53 do ano anterior, vide **Figura 5.2.a.**

Gráfico 5.2.a - Série Histórica da Taxa de CVLI na Paraíba



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário da Segurança Pública.

Figura 5.2.a - CVLI decorrente de confrontos policiais na Paraíba.



Fonte: Anuário da Segurança Pública 2022 da PB.

[74] CVLI = homicídios dolosos, inclusive mortes decorrentes de confrontos policiais + latrocínios + lesão corporal seguida de morte

Ao comparar as ocorrências registradas em todo o Estado, em 2022, com os números do exercício imediatamente anterior, verifica-se que houve: aumento na quantidade de "Homicídios Dolosos"; redução das tentativas de homicídio doloso e "CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais", na ordem de (+ 5,41%), (-12,8%) e (-6,51 %), respectivamente, vide **Tabela 5.2.a**

Tabela 5.2.a - Crimes contra a Pessoa - 2014 a 2022

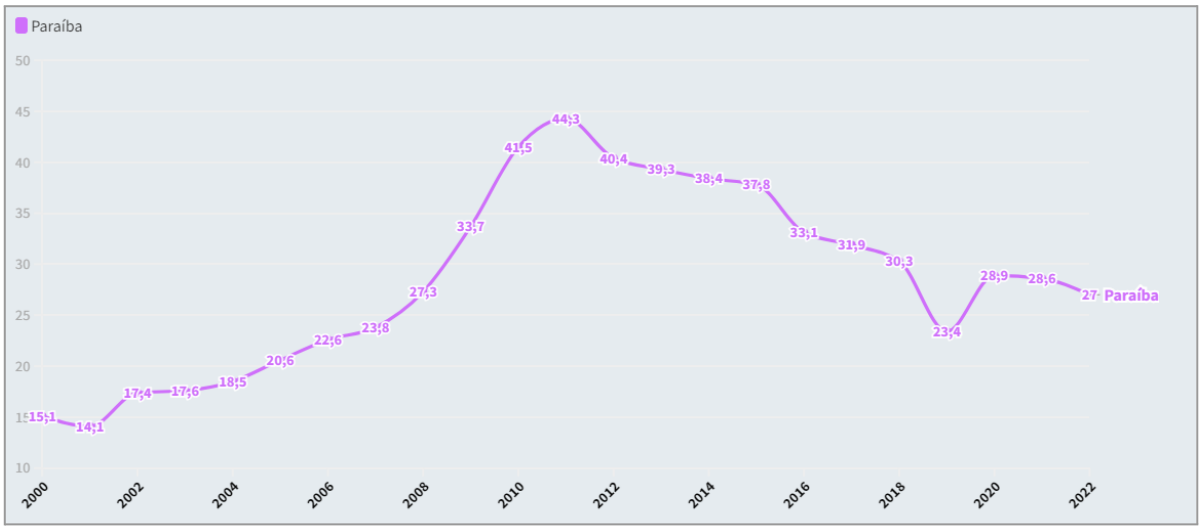
Crimes Contra a Pessoa	Ocorrências no Estado									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
Homicídio doloso	1.476	1.447	1.278	1.240	1.166	907	991	996	1.053	5,41%
Tentativa de Homicídio doloso	904	1.137	1.016	960	715	774	838	766	679	-12,8%
CVLI (Homicídios dolosos + Latrocínios + Outros)	1.513	1.502	1.322	1.284	1.210	942	1.166	1.161	1.090	-6,51%

Fonte: Doc. TC n.º 39271/21, Doc Tc nº 46676/21, Doc. TC n.º 39039/22 e informações cedidas pela SESDS

Entre os anos de 2019 a 2022 houve uma redução do número de CVLI em comparação com os anos anteriores.

Ainda com relação à **Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes**, que na Paraíba em 2021, foi de 28,6, **reduziu para 27 em 2022,** vide gráfico a seguir:

Gráfico 5.2.b - Taxa de homicídios na Paraíba por 100 mil habitantes de 2000 a 2022



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022

No entanto, **no comparativo regional,** entre o primeiro trimestre de 2021 e 2022, a Paraíba se encontrou na 6ª posição, com taxas comparativas ao Rio Grande do Norte e se sobrepondo ao Sergipe e Piauí, tendo uma diminuição de 3% entre esses períodos, vide **figura 5.2.b**. **Já no comparativo nacional**, a taxa da Paraíba em 2022 é a **15º** posição no ranking de estados mais violentos, **de acordo com o Monitor da Violência - Acesso 24/05/2023.**

Figura 5.2.b - Comparativo de Taxas de CVLI nos Estados do Nordeste em 2022 - Comparativo do 1º de trimestre 2021 e 2022.

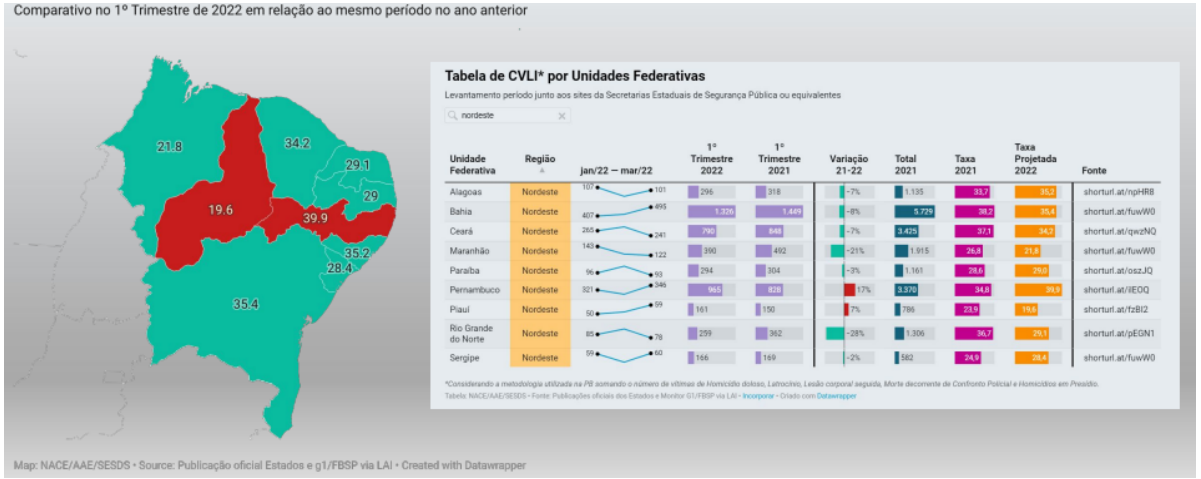


Tabela de CVLI* por Unidades Federativas

Levantamento período junto aos sites da Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou equivalentes

nordeste

Unidade Federativa	Região	jan/22 – mar/22	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	Variação 21-22	Total 2021	Taxa 2021	Taxa Projetada 2022	Fonte
Alagoas	Nordeste	107 → 101	296	318	-7%	1.135	33,7	35,2	shorturl.at/npHR8
Bahia	Nordeste	407 → 495	1.326	1.449	-8%	5.729	38,2	35,4	shorturl.at/fuwW0
Ceará	Nordeste	265 → 241	790	848	-7%	3.425	37,1	34,2	shorturl.at/qwzNQ
Maranhão	Nordeste	143 → 122	390	492	-21%	1.915	26,8	21,8	shorturl.at/fuwW0
Paraíba	Nordeste	96 → 93	294	304	-3%	1.161	28,6	29,0	shorturl.at/oszJQ
Pernambuco	Nordeste	321 → 346	965	828	17%	3.370	34,8	39,9	shorturl.at/iEOQ
Piauí	Nordeste	50 → 59	161	150	7%	786	23,9	19,6	shorturl.at/fzBI2
Rio Grande do Norte	Nordeste	85 → 78	259	362	-28%	1.306	36,7	29,1	shorturl.at/pEGN1
Sergipe	Nordeste	59 → 60	166	169	-2%	582	24,9	28,4	shorturl.at/fuwW0

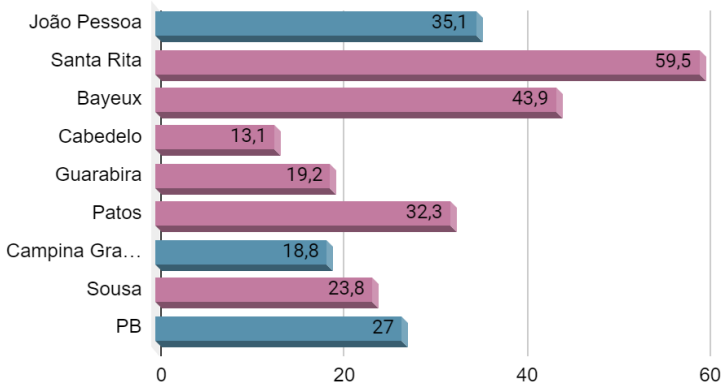
*Considerando a metodologia utilizada na PB somando o número de vítimas de Homicídio doloso, Latrocínio, Lesão corporal seguida, Morte decorrente de Confronto Policial e Homicídios em Presídio.

Tabela: NACE/AAE/SESDS • Fonte: Publicações oficiais dos Estados e Monitor G1/FBSP via LAI • Incorporar • Criado com Datawrapper

Fonte: Anuário da Segurança Pública 2021

Importante atentar as taxas de CVLI por 100 mil habitantes de alguns municípios paraibanos, como João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Patos e Sousa; algumas delas apresentam taxa maior do que a média do estado, que se encontra em **27,04** enquanto Santa Rita segue em disparado com uma taxa de 59,5. **<u>Situação que merece ser esclarecida</u>**, vide **gráfico 5.2.c.**

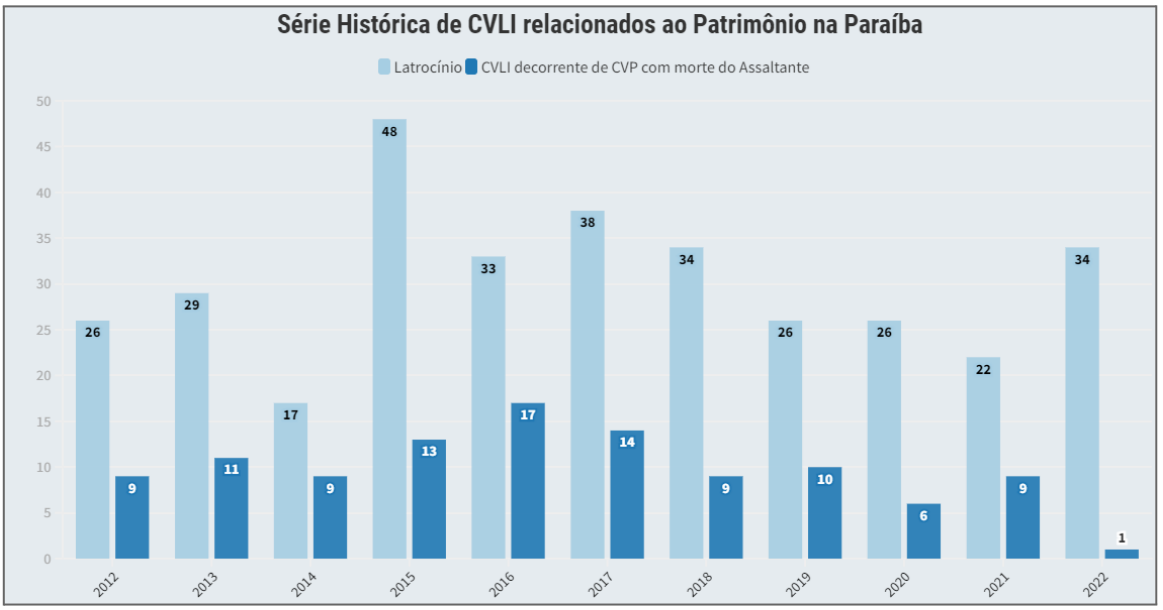
Gráfico 5.2.c -Taxa de CVLI por 100 mil habitantes de municípios paraibanos no ano de 2022



Fonte de dados: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário da Segurança Pública 2022.

Em relação aos latrocínios, que é um tipo de violência no qual há tentativa de roubo seguida de crimes violentos que resultam em morte da vítima, na **Paraíba houve um aumento de 35,29% de 2021 para 2022, numa totalidade de 34 casos no ano de 2022**, fazendo com que se torne um dado importante para o estudo, para que se encontre soluções. Vide figura **Figura 5.2.c.**

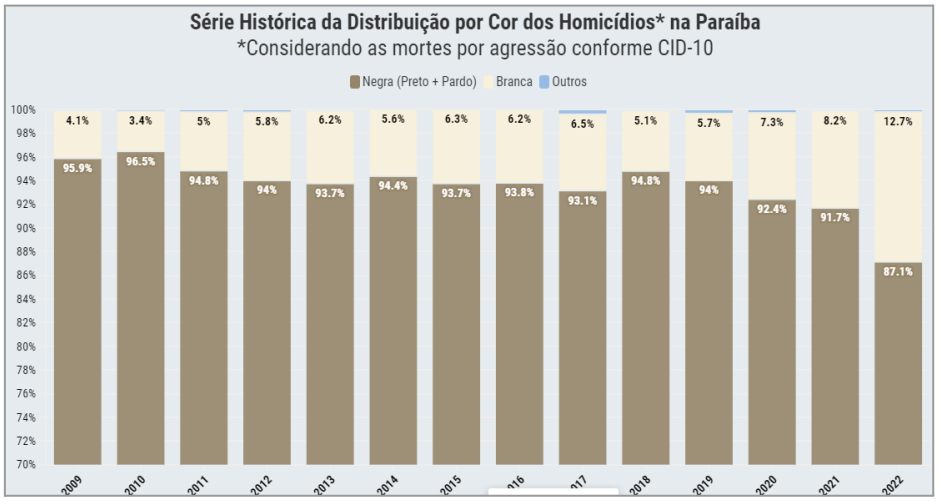
Figura 5.2.c - Taxa de latrocínios na Paraíba, nos anos de 2012 a 2022.

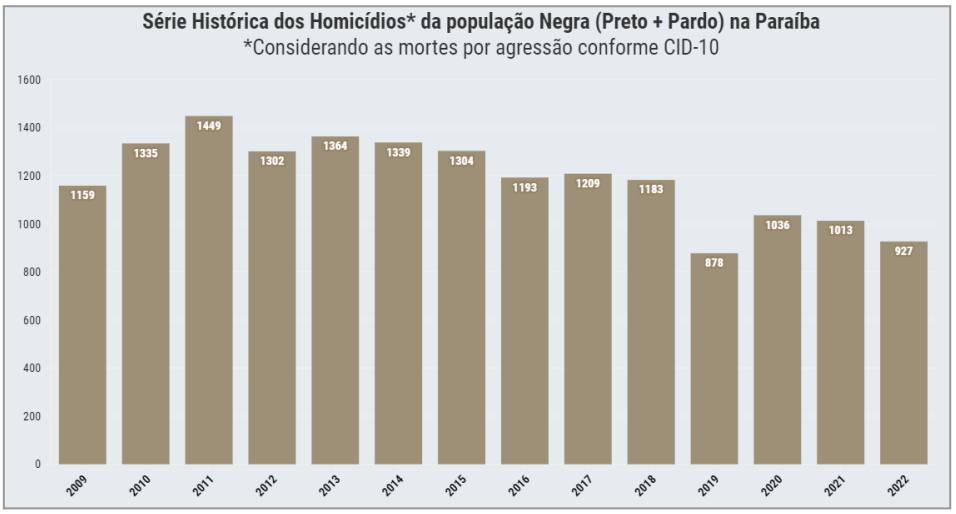


Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022.

Outra questão que merece destaque e preocupação **é que 87,1% dos Homicídios na Paraíba as vítimas são *Pretos* e *Pardos***, que são 927 de 1090, **um indício importante de "racismo estrutural" em nossa região, que precisa ser combatido com políticas públicas, nas suas mais diversas esferas e transversalidades,** vide **Figura 5.2.d.**

Figura 5.2.d - Série Histórica de Distribuição por Cor dos Homicídios na Paraíba em 2022

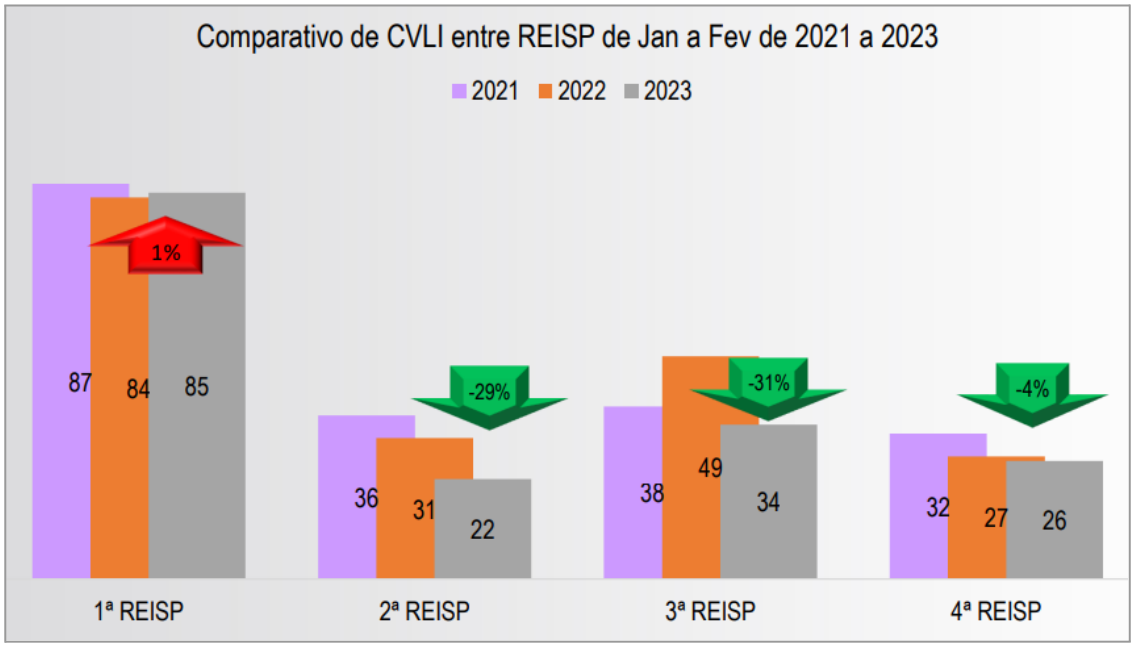




Fonte: Anuário da Segurança Pública 2022.

Um dado recente que merece atenção, foi liberado pelo Anuário de Segurança Pública da Paraíba de 2022 que foi o comparativo do CVLI entre as REISP (Região Integrada de Segurança Pública), nos dois primeiros meses de 2021 a 2023, como demonstrado no quadro abaixo, que demonstra aumento somente na 1ª REISP.

Figura 5.2.e - Comparativo de CVLI entre REISP.



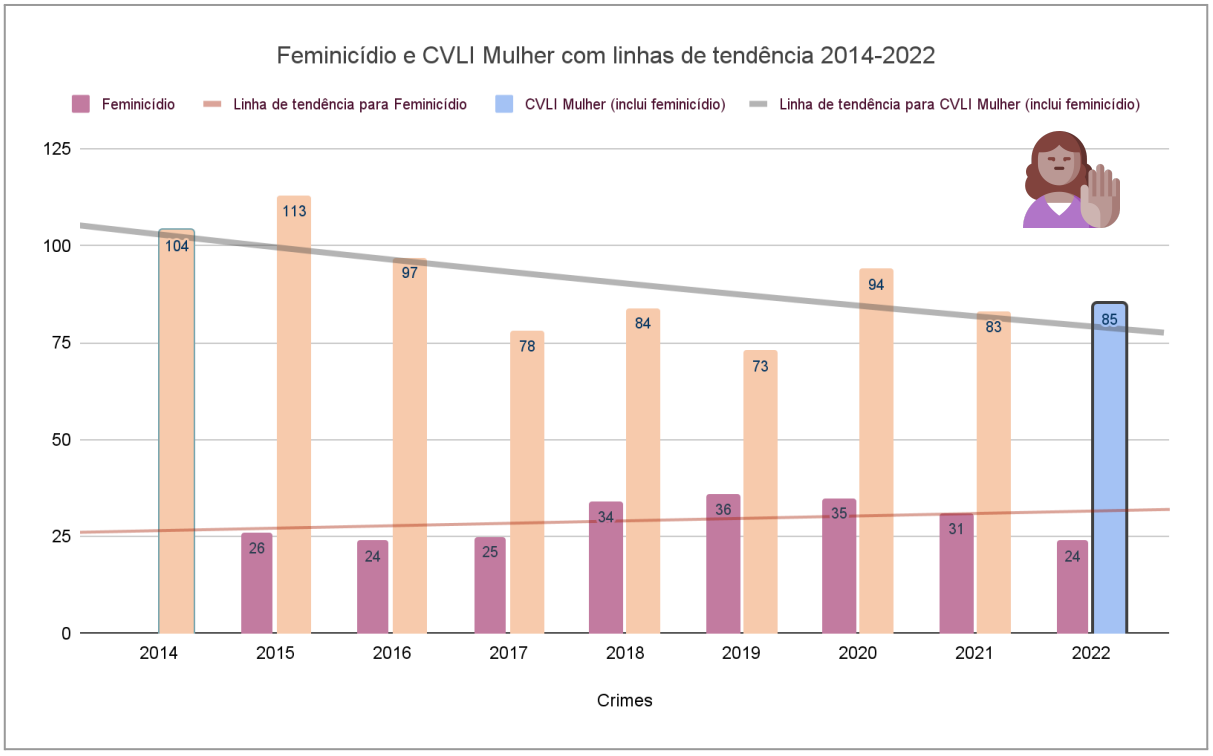
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022

5.3 Violência contra a Mulher

Quanto à "Violência contra a mulher", percebe-se o decréscimo de 8,5% nos **Feminicídios**, em 2021, em relação ao ano anterior. **Na Paraíba, foram 31 casos de feminicídio em 2021 e em 2022 foram 24 casos, percebendo-se a diminuição de 23% dos casos,** vide **Gráfico 2.5.e**

No tipo CVLI contra a população do gênero feminino houve um discreto aumento no ano de 2022, em relação a 2021, vide **gráfico 5.3.a**

Gráfico 5.3.a - Série Histórica de CVLI de Mulher 2014-2022



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário de Segurança Pública 2022.

Outro dado importante foi o aumento expressivo das **medidas protetivas homologadas** que passou de **3517**, em 2020, para **4170**, em 2021, chegando a ***4573 em 2022*** (incluindo delegacias físicas e online), **no qual houve um aumento de 8,81% de 2021 para 2022.** Quanto às ações de proteção às mulheres, em particular as **medidas protetivas,** vide **Tabela 5.3.b,** é importante observar que o estímulo, através de políticas de comunicação institucional e estrutural adequada e ágil para receber denúncias e solicitações de proteção para essa tipologia criminal, é fundamental para diminuição dos **feminicídios**[75].

[75] https://jus.com.br/artigos/80015/medidas-preventivas-ao-combate-do-feminicidio

Tabela 5.3.a - Medidas Protetivas de Urgência de Registros Deferidos Violência Doméstica em Ocorrências da Delegacia Online 2022

Polícia Civil - Delegacias Online - Registros Deferidos Violência Doméstica - Ano 202	
Meses	**Medidas Protetivas de Urgência**
janeiro	54
fevereiro	47
março	58
abril	43
maio	56
junho	55
julho	45
agosto	58
setembro	60
outubro	58
novembro	55
dezembro	53
Total	**642**

Fonte: Polícia Civil - Violência Contra a Mulher, 2022.

Levando em consideração as **denúncias de violência** doméstica e as **medidas protetivas realizadas pela polícia civil** em relação a esta problemática houve uma taxa de **642** no ano de 2022, no qual houve uma diminuição em relação ao ano de 2021, que foi de **767, vide Tabela 5.3.a**.

Tabela 5.3.b - Medidas Protetivas Homologadas/ de Urgência em Delegacias online física no ano de 2022.

Polícia Civil - Delegacia Online - Medidas Protetivas - Ano 2022	
Meses	**Medidas Protetivas de Urgência**
janeiro	41
fevereiro	34
março	40
abril	29
maio	40
junho	44
julho	37
agosto	48
setembro	46
outubro	46
novembro	45
dezembro	41
Total	**491**

Polícia Civil - Delegacias Físicas - Medidas Protetivas - Ano 2022	
Meses	**Medidas Protetivas de Urgência**
janeiro	350
fevereiro	379
março	393
abril	371
maio	331
junho	290
julho	299
agosto	315
setembro	310
outubro	360
novembro	345
dezembro	329
Total	**4072**

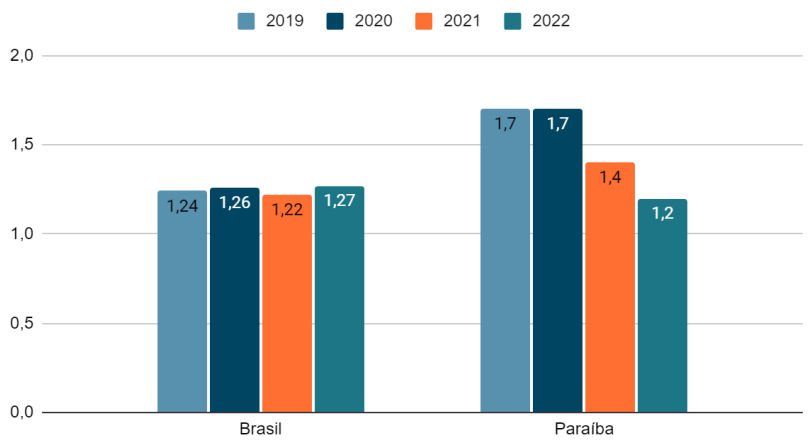
Fonte: Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social

Tabela 5.3.c - Taxa de feminicídios PB e BR - 2019 a 2022

Tipo	Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres			
Ano	2019	2020	2021	2022
Brasil	1,24	1,26	1,22	1,27
Paraíba	1,7	1,7	1,4	1,2

Fonte: Tabela elaborada pela Auditoria a partir do Anuário de Segurança Pública 2022.

Gráfico 5.3.b - Comparativo de Taxa de feminicídios PB e BR



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário de Segurança Pública 2022.

Ainda no **contexto nacional**, segundo ainda o referido Relatório de Violência contra a Mulher, dados preliminares[76] de violência letal contabilizam 1.319 mulheres vítimas de feminicídio

[76] Esses dados podem ser alterados em função dos inquéritos de investigação.

no último ano, decréscimo de 2,4% no número de vítimas; e 56.098 estupros (incluindo vulneráveis), apenas do gênero feminino, crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior. Os números de registros de crimes contra meninas e mulheres aqui apresentados visibilizam o quadro de violência vivenciado por elas durante a pandemia. Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino[77].

Importante atentar para nos casos de estupro, há estudos que mostram "que, por motivos diversos, 92,5% das vítimas deixam de reportar o ocorrido aos órgãos policiais responsáveis por investigar o crime[78]", por isso a necessidade de se evoluir em políticas públicas para estimular a notificação real do crime e o seu devido combate, inclusive, percebendo-se a transversalidade do tema com as demais áreas do Governo, a exemplo do **Projeto SOS Mulher**, citado neste trabalho.

É fundamental aprimorar-se o escopo das políticas de segurança pública, para que sejam identificadas as causas do Feminicídio e violência contra a mulher, combatidas e, consequentemente, reduzidos os quantitativos verificados no Estado da Paraíba.

No cenário nacional, observa-se que apenas 7 Estados registraram **taxas de feminicídio** abaixo da média nacional no ano passado: São Paulo (0,6), Ceará (0,7), Amazonas (0,8), Rio de Janeiro (0,9), Amapá (0,9), Rio Grande do Norte (1,1) e Bahia (1,1). "Estes dados precisam ser interpretados com cautela, na medida em que alguns estados ainda parecem registrar feminicídios de forma precária, como é o caso do Ceará, estado em que 308 mulheres foram assassinadas no último ano, ou seja, apenas 10% do total de mulheres vítimas de homicídio foi enquadrado na categoria feminicídio[79]". **Dados referentes ao ano de 2021, pois não foi liberado em sua totalidade os dados do ano de 2022.**

Em relação aos estados que apresentaram as reduções mais significativas, o caso de São Paulo merece ser citado, pois passou de 179 vítimas em 2020, para 136 no ano seguinte, **em 2021**, (-24%). Do ponto de vista nacional, ressalta-se, entretanto, que essa redução em São Paulo impulsionou o resultado positivo verificado nacionalmente: se os dados do estado fossem excluídos do cômputo nacional, o país teria registrado avanço de 1% no número de feminicídios". Além de São Paulo, também apresentaram decréscimo no número de vítimas de feminicídio os estados de Roraima (-55,6%), Amapá (-55,6%), Mato Grosso (-30,6%) e Alagoas (-28,6), Bahia (-22,8%), **Paraíba (-14,3%),** Mato Grosso do Sul (-14%), Maranhão (-13,8%), Santa Catarina (-3,5%), e Pará (-1,5%)[80].

[77] https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf
[78] Fonte: https://stats4good.github.io/gesem/blog/2018/05/dados_oficias_e_subnotificacao/
[79] Violência contra mulheres em 2021, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
[80] Violência contra mulheres em 2021, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação aos **dados de 2022**, o Anuário de Segurança Pública 2023 liberou os dados, vide **tabela 5.3.d,** e a partir deles foi então observado que o número de estupros em vítimas do sexo feminino aumentou de 2021 (141 casos) para 2022 (155 casos) na Paraíba, assim como a taxa geral do país, **o que pode indicar uma tendência de aumento também em 2023 (visto que há casos não noticiados nos centros policiais).** Considerando portanto que os crimes sexuais vêm aumentando no estado, é de extrema importância que haja políticas para o enfrentamento destes casos e que isto seja uma prioridade.

Tabela 5.3.d - Estupro e Estupro de Vulneráveis - 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	Estupro e estupro de vulnerável - vítimas mulheres									
	Estupro					Estupro de vulnerável				
	Ns. Absolutos		Taxas [2]		Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxas [2]		Variação (%)
	2021 [4]	2022	2021	2022		2021 [4]	2022	2021	2022	
Brasil	15.312	16.648	14,8	16,0	8,2	44.433	48.921	43,0	47,1	9,5
Acre	129	174	31,4	41,9	33,5	403	489	98,0	117,8	20,1
Alagoas	184	228	11,3	14,0	23,8	638	714	39,2	43,8	11,8
Amapá	175	148	48,1	40,4	-16,0	384	419	105,6	114,4	8,3
Amazonas	209	235	10,7	12,0	11,3	381	509	19,6	25,9	32,3
Bahia	842	1.059	11,6	14,5	25,6	2.593	2.972	35,7	40,8	14,4
Ceará	333	365	7,4	8,1	9,2	1.369	1.323	30,3	29,2	-3,7
Distrito Federal [5]	232	239	16,0	16,3	2,3	343	400	23,6	27,3	15,8
Espírito Santo	312	392	16,1	20,1	24,8	801	974	41,4	50,0	20,7
Goiás	664	704	18,9	19,8	4,7	2.236	2.503	63,6	70,3	10,5
Maranhão	474	535	13,8	15,5	12,5	1.298	1.538	37,7	44,6	18,1
Mato Grosso	244	283	13,7	15,7	14,3	67	66	3,8	3,7	-3,0
Mato Grosso do Sul	311	363	22,6	26,1	15,6	1.547	1.501	112,4	108,0	-3,9
Minas Gerais	1.163	1.052	11,2	10,1	-9,9	3.168	2.952	30,5	28,3	-7,2
Pará	658	766	16,3	18,9	15,7	2.658	3.313	66,0	81,7	23,9
Paraíba	141	155	6,9	7,5	9,4	346	322	16,9	15,6	-7,4
Paraná	1.287	1.383	22,2	23,7	6,6	4.217	4.484	72,7	76,8	5,5
Pernambuco	688	728	14,6	15,5	5,5	1.657	1.681	35,3	35,7	1,2
Piauí	202	249	12,0	14,7	22,7	816	854	48,5	50,5	4,1
Rio de Janeiro	1.327	1.469	15,9	17,5	10,7	3.102	3.438	37,1	41,1	10,8
Rio Grande do Norte	179	225	10,6	13,3	25,2	453	606	26,8	35,8	33,3
Rio Grande do Sul	1.060	1.048	19,0	18,8	-1,3	3.112	3.493	55,8	62,5	12,1
Rondônia	308	331	39,4	42,3	7,3	587	707	75,1	90,3	20,2
Roraima	143	164	47,8	53,6	12,0	398	501	133,1	163,7	23,0
Santa Catarina	1.357	1.352	35,9	35,3	-1,9	2.349	2.643	62,2	68,9	10,8
São Paulo	2.372	2.666	10,5	11,7	11,7	8.272	9.221	36,6	40,5	10,8
Sergipe	143	163	12,6	14,2	13,3	546	569	48,0	49,7	3,6
Tocantins [6]	175	172	23,5	22,9	-2,5	692	729	92,8	97,0	4,5

Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada gerado em março de 2023, com dados de 2009 a 2019 sobre o cenário nacional, apontam que 80% das vítimas de estupro são mulheres, com uma estimativa de **822 mil casos por ano**, sendo estes 8,5% chegam a polícia e 4,2% chegam ao sistema de saúde. Um dado alarmante que merece atenção especial.

Por fim, vale ressaltar que no cenário nacional, segundo pesquisa divulgada em 2023[81], mas relativo a eventos ocorridos ao longo do ano de 2022, houve aumento nas mais variadas formas de violência contra a mulher, vide Figura acima, ou seja, percebe-se uma persistência e até

[81] https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf na s mais variadas

um agravamento (tendência ainda a ser confirmada nos anos seguintes) desse triste e inaceitável do fenômeno no nosso país.

Tabela 5.3.e - Vitimização nos últimos 12 meses - Série histórica 2017-2023

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	28,6	27,4	24,4	28,9
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	22,2	21,8	18,6	23,1
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	10,0	9,5	8,5	12,4
Amedrontamento ou perseguição	9,3	9,1	7,9	13,5
Batida, empurrão ou chute	8,9	9,0	6,3	11,6
Ofensa sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	8,1	8,9	5,4	9,0
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,3	3,9	3,1	5,1
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,0	3,9	2,6	4,2
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,4	3,6	2,4	5,4
Tiro ou esfaqueamento	1,9	1,7	1,5	1,6
Outras respostas	0,1	0,7	1,5	0,5

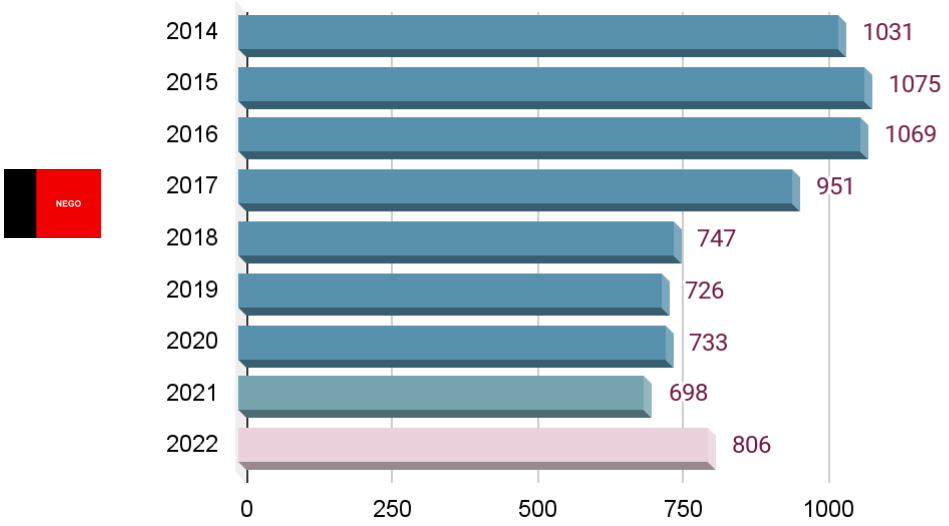
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

O cenário atual é preocupante pois de acordo com os dados publicados pelo **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**, houve a maior registro de estupros na história, sendo um número de **74.930** vítimas no Brasil em 2022, crescendo em torno de 8,2% em relação a 2021.

5.4 Segurança Viária

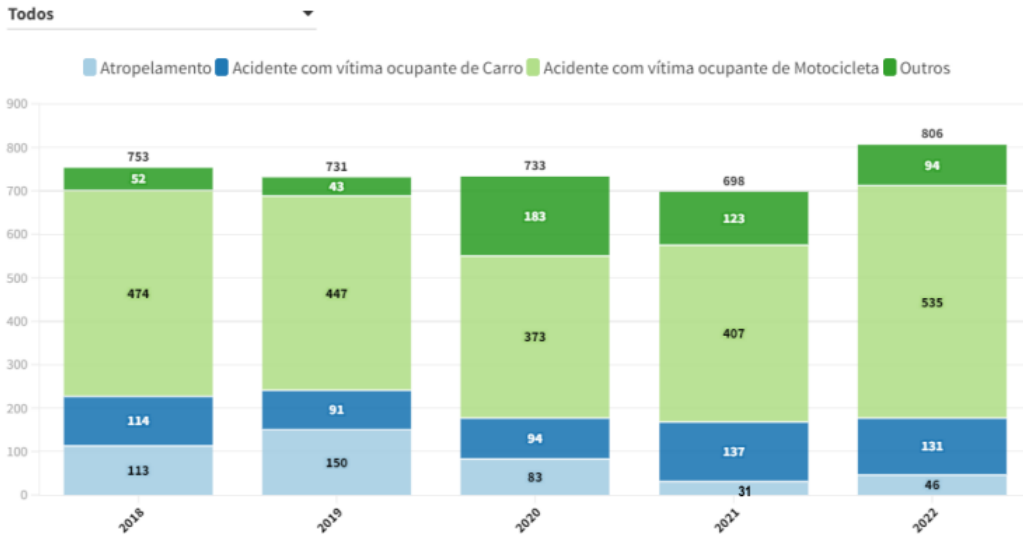
De acordo com o **Anuário de Segurança Pública 2022,** quanto às vítimas fatais no trânsito, **em 2022, foram 806 óbitos** na Paraíba, já em 2021, foram **698 óbitos**, vide **Gráfico 5.4.a.** Interessante observar que os ALT equivalem a **60,29%** dos óbitos decorrentes do CVLI e atinge, na sua maioria, jovens entre 18 e 25 anos (os óbitos decorrentes do CVLI também atingem mais essa faixa etária).

Gráfico 5.4.a - Acidentes Letais de Trânsito - ALT na Paraíba.



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário de Segurança Pública 2022

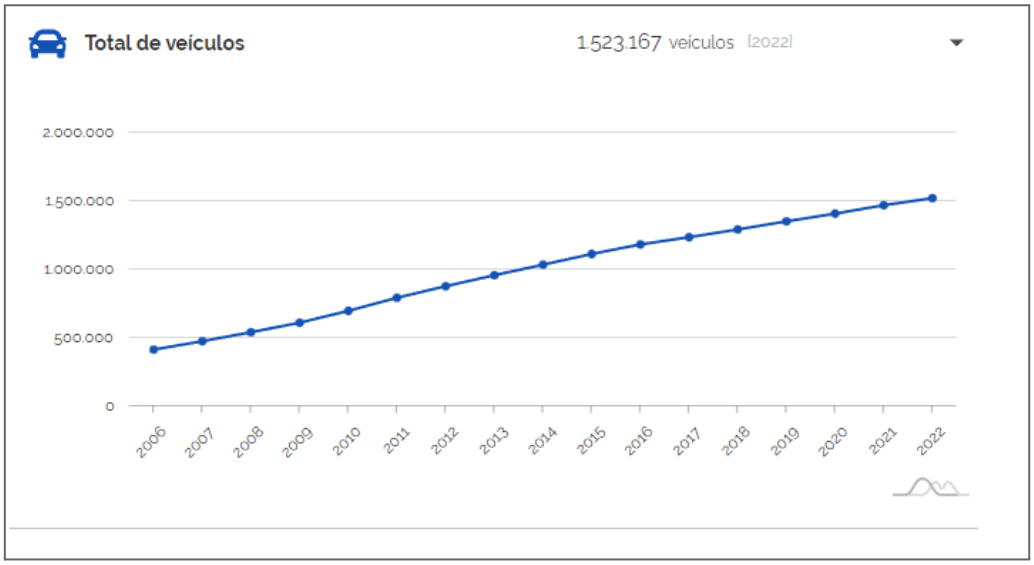
Gráfico 5.4.b - Série Anual de ALT na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022.

Outro fator que impacta os indicadores de acidentes de trânsito na Paraíba é o crescimento da frota de veículos que continua em ascensão, vide **Gráfico 5.4.c.**

Gráfico 5.4.c - Crescimento da frota de veículos na Paraíba (2006-2022)



Fonte: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html. Acesso em 18/05/2023.

Por outro lado, com relação à Segurança Viária, em particular, no que tange aos óbitos decorrentes ao **Trânsito**, em 2022, houve **750** vítimas na Paraíba, já em 2021 foram **598** vítimas na Paraíba, de acordo com o **Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito, do Ministério da Infraestrutura**, o que corresponde a uma taxa de **18,47 óbitos por 100 mil habitantes**, acima da média nacional de 8,7 óbitos[82] por 100 mil habitantes.

Observa-se que há uma divergência entre o valor total do acidentes com óbitos apresentado no Anuário de Segurança Pública 2022 e o contido Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito, do Ministério da Infraestrutura que foi de 754, no ano de 2022[83]. **Informação que precisa ser esclarecida ou corrigida.**

No **cenário nacional,** de acordo com Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito, houve, em 2022, 19.927 óbitos no trânsito. Em 2021, foram **20.053 óbitos**, mantendo uma tendência de queda, conforme gráfico anterior, mas ainda em valores expressivos, nos dois casos. Observar ainda a alta incidência de mortes em motociclistas, ciclistas e pedestres, vide **Gráfico 5.4.d** e **Figura 5.4.a**

[82] https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/renaest
[83] (https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/renaest Acesso em 24/05/2023)

Gráfico 5.4.d - Acidentes Letais de Trânsito - ALT no Brasil

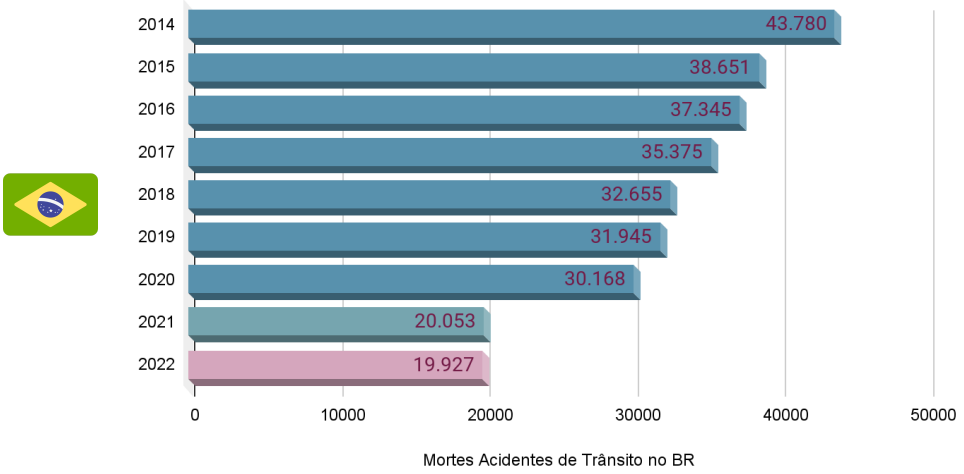
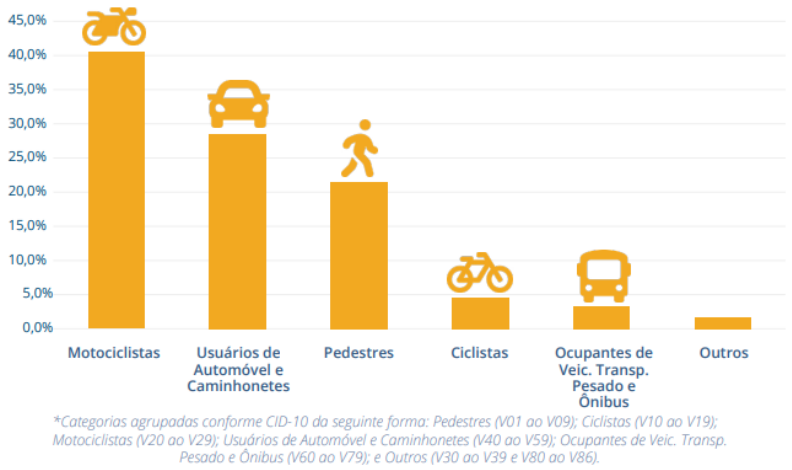


Figura 5.4.a - Vítimas fatais por modos de transporte



Fonte: DATASUS, 2021.

8 Até 2030, aumentar para cerca de 100% a proporção de ocupantes de veículos utilizando o cinto de segurança ou sistemas padrão de retenção para crianças.

9 Até 2030, reduzir pela metade o número de lesões e mortes no trânsito relacionados a condutores que consomem álcool e/ou reduzir os casos relacionados a outras substâncias psicoativas.

Fonte: Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito 2021

Além desse impacto sombrio (a própria tragédia do óbito), o *Fenômeno Acidentes de Trânsito* provoca inúmeras aposentadorias por invalidez, em idade precoce, e afastamentos por longos prazos do mercado de trabalho, ou seja, é um problema não só de ordem socioeconômica, mas também traz prejuízos expressivos para o *Sistema de Saúde*, inclusive na ocupação dos Unidades Hospitalares de Emergência e Trauma.

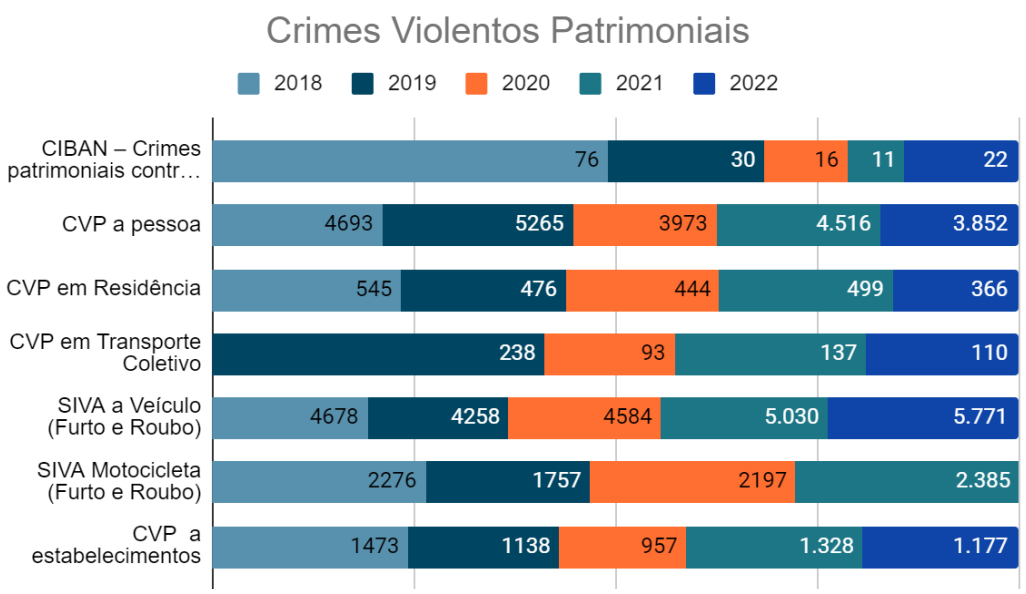
Uma situação que afeta diretamente a qualidade de vida da população e o custo da máquina pública. Isso tudo ratifica a importância e transversalidade do tema Acidente de Trânsito para as cidades e seus respectivos estados.

Há de se considerar, ainda, (situação também observada na PCA 2021) **a baixa taxa de municipalização do trânsito no Estado da Paraíba** (só 36 municípios dos 223 estavam com o seu trânsito municipalizado). E essa é uma condição fundamental para melhorar esses indicadores, **desde que haja o devido apoio técnico e gerencial por parte do Governo do Estado, que viabilize a implantação pelos Municípios.**

5.5 Crimes contra o Patrimônio

De acordo com o Anuário da Segurança Pública 2022 houve uma redução de 15% dos crimes violentos patrimoniais (CVP) no estado, **diminuindo de 6500 em 2021 para 5505 em 2022,** com destaque para as Tipologias *CVP em estabelecimentos*, com redução de 11%; CVP em residências, com redução de 27%,; CVP a pessoa em via pública, com redução de 15% e em transporte coletivo com redução de 20%; além disso há o ataque ao patrimônio automotivo, que se denominam Subtrações Ilegais de Veículos Automotivos (*SIVA) que considera o roubo e furto de veículos, com aumento de 14% no ano de 2022 em relação a 2021.* Em relação aos *Crimes Patrimoniais contra Instituições Bancárias (CIBAN),* houve um aumento de 100%, partindo de 11 casos em 2021 para 22 casos em 2022.

Gráfico 5.5.a - CVP - Crimes Violentos Patrimoniais



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário de Segurança Pública 2022.

Observar que o indicador *CVP em Transporte Coletivo*, com 110 notificações e diminuição de 24,54%, em relação ao ano de 2021, além disso houve diminuição dos *CVP à pessoas em vias públicas*, *CVP à residência*; em contrapartida houve aumentos consideráveis da SIVA à veículos e à motocicletas, **assim como o número duplicou, tendo aumento de 100%, de ataques a instituições bancárias (CIBAN), um dado importante que requer atenção.** Vide indicadores na **Tabela 5.5.a**, a seguir.

Tabela 5.5.a - Crimes contra o Patrimônio - 2014 a 2022

Crimes Contra o Patrimônio	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	var. 2022/2021
CVP a pessoa	4.151	6.193	6.715	6.034	4.674	3.465	3.973	4.536	3.852	-17,75%
CVP em Residência	288	375	390	586	545	480	444	499	366	-36,33%
CVP Trans. Coletivo	-	-	-	-	-	238	93	137	110	-24,54%
SIVA a Veículo (Furto e Roubo)	355	580	771	1.101	1.383	1.086	1.286	1.775	1.894	6,28%
SIVA Motocicleta (Furto e Roubo)	2.678	2.347	2160	2.051	2.276	1.757	2.197	2.385	3.871	38,38%
CIBAN	16	12	30	12	15	15	16	11	22	100%
Total	6.488	9.507	10.0669	9.784	8.893	7.041	8.009	9.343	10.115	7,63%

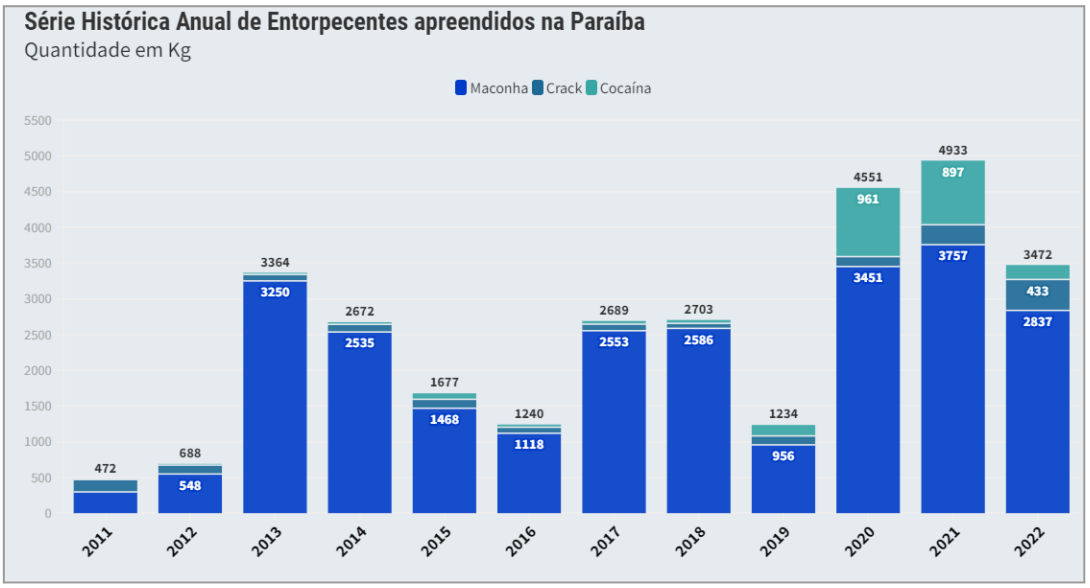
Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria a partir do Anuário de Segurança Pública 2021 e informações cedidas por SESDS.

Observar ainda os Comparativos de CVP acumulados, Comparativos Categorias SIVA e Crimes Patrimoniais contra Instituições Bancárias, indicadores que demonstram resultados favoráveis em relação ao ano de 2019 .

5.6 Apreensão de entorpecentes

Ao comparar as ocorrências registradas entre 2021 e 2022, é possível observar uma diminuição expressiva na apreensão de drogas, de cocaína e maconha. E um aumento na apreensão de crack, vide **Figura 5.6.a**.

Figura 5.6.a - Quantidade de Droga Apreendida (2011-2022)



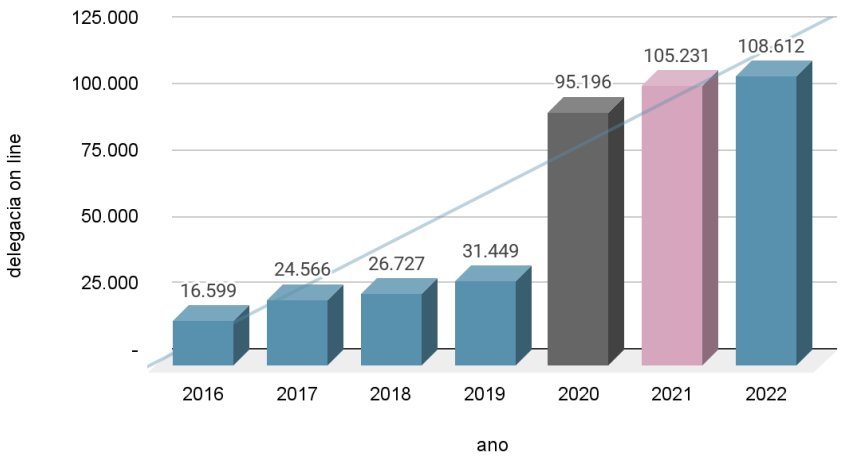
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022.

5.7 Polícia Civil

A seguir, estão demonstradas as ocorrências registradas pela SESDS durante o ano de 2022, comparadas com 2021, em todo o Estado da Paraíba.

Observar o crescimento expressivo dos registros através da delegacia *online* que é uma tendência, mas que pode ter sido acelerada em razão da Pandemia Covid-19, vide **Gráfico 5.7.a** Essa tendência está se firmando em todas as áreas à medida que o processo de digitalização dos serviços públicos avança, o que demonstra ser de grande importância assim como a agilidade das respostas.

Gráfico 5.7.a- Evolução dos Registros (Delegacia Online)



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria. Anuário de Segurança Pública 2021 e informações da SESDS.

Também no ambiente da **Delegacia Online** as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar dispõem da solicitação remota de Medidas Protetivas de Urgência – MPU e de Representação Criminal contra os agressores, perfazendo 642 MPU online no ano de 2022, sendo o estado da Paraíba um dos pioneiros no país a disponibilizar essa medida cautelar via remota. Sob esse olhar, é importante observar os registros de violência doméstica, em 2022, que chegaram a 1.193 casos, no qual é sabido que a maior parte das vítimas são do gênero feminino, vide **Tabela 5.7.a.**

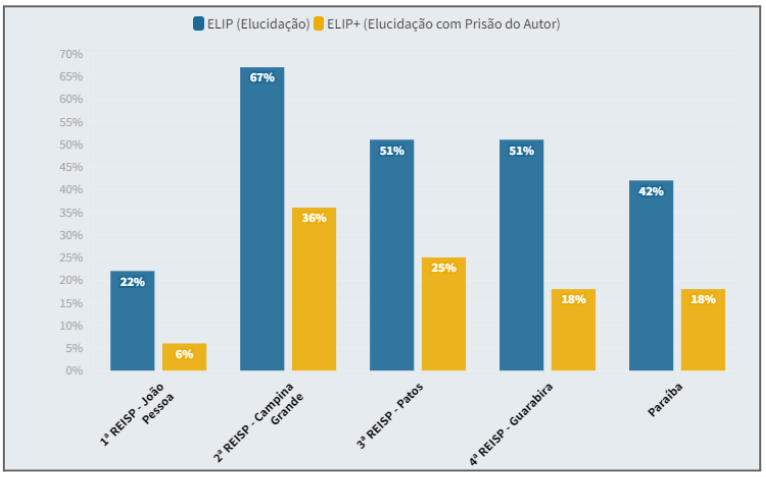
Tabela 5.7.a - Atendimentos em 2022 (Delegacia On-line)

Atendimentos Delegacia Online - 2022	
Tipo de Ocorrência	**Registros**
Abandono de Lar	87
Acidente de trânsito sem vítima	10826
Bloqueio Administrativo de Veículo	1809
Desacordo Comercial	2481
Desaparecimento de Animal	50
Desaparecimento de Pessoa	163
Evasão Hospitalar	212
Extravio	43111
Furto	14874
Outras Ocorrências	33806
Violência Doméstica	1193
Total	**108.612**

Fonte: SESDS

Quanto **aos índices de resolutividade** relacionados, **Elucidação de Inquéritos Policiais - ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais com Prisão do Autor** - ELIP+, a instituição atingiu os patamares de **42%** e **18%,** respectivamente em 2022, vide **Gráfico 5.7.b,** em comparativo com o ano de 2021 que foram **37%** e **16%**, respectivamente.

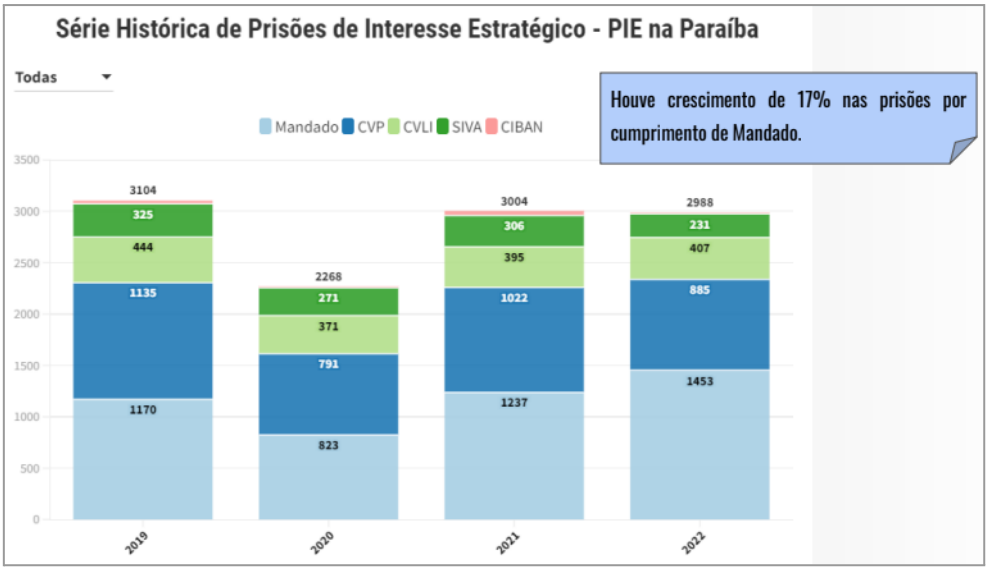
Gráfico 5.7.b- Elucidação de Inquéritos Policiais - ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais, com Prisão do Acusado - ELIP+ (2022)



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022.

Quanto aos **tipos de prisão,** vide **Gráfico 5.7.c,** houve uma redução (**1,6%**) em 2022.

Gráfico 5.7.c - Comparativo dos Tipos de Prisão de 2019 a 2022



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022.

5.8 Sistema Penitenciário

A SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), denominada pela Lei Estadual n.º 9.332, de 25 de janeiro de 2011, que alterou dispositivos da Lei Estadual n.º 8.186, de 16 de março de 2007, tem as seguintes finalidades e competências:

a) Coordenar a política estadual de assuntos penitenciários;

b) Coordenar a guarda e a ressocialização dos apenados;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade e de prestação de serviços à comunidade, este último desde que credenciado pelo Poder Judiciário;

d) Emitir pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;

e) Gerenciar a aplicação dos recursos de Fundos vinculados às atividades da SEAP.

O quadro de pessoal da SEAP pode ser visualizado na tabela a seguir, a partir da qual é possível verificar uma **pequena redução de 8,74 % no quadro de Servidores Sistema Prisional, em relação ao ano de 2021.**

Tabela 5.8.a - Quantitativo de Servidores Sistema Prisional - 2019/2022

Categoria	2019	2020	2021	2022	Var.
Comissionados	58	61	59	55	-6,8%
Efetivo e Comissionado	176	174	172	-	-1,14%
Efetivo Ativo	1913	1883	1873	1854	-1,1%
Requisitado	1	1	0	1	100%
Prestador apoio	113	113	115	115	0%
Total	2261	2232	2219	2025	-8,74%

Fonte: Doc Tc nº 39039/22

No sistema penitenciário do Estado da Paraíba, como se depreende do **Gráfico 5.8.a**, ainda predomina a superlotação da população carcerária. O Sistema Penitenciárias/Cadeias Públicas/Colônia Penal tem capacidade de **7.489 vagas e 2.500[84] para uso de tornozeleiras eletrônicas**[85], haveria um **excedente de 5.291** acima do desejável, com tendência de crescimento.

Por outro lado, vale observar que como a capacidade de monitoramento por tornozeleira eletrônica é de **2.500,** e considerando que há **1.676** apenados nessa condição, haveria possibilidade de expandir-se mais 824, vide **Gráfico 5.8.a.** Além disso, seguindo o levantamento encaminhado pela SEAD são **2.585 presos em sem condenação[86]**, ou seja, 20,23% da população total de apenados sem sentença definitiva. Nesse viés, caso se mantenha a média nacional de 37% dos réus, submetidos a prisão provisória, que não são condenados a prisão[87], estar-se-ia frente a uma oportunidade de redução da superpopulação.

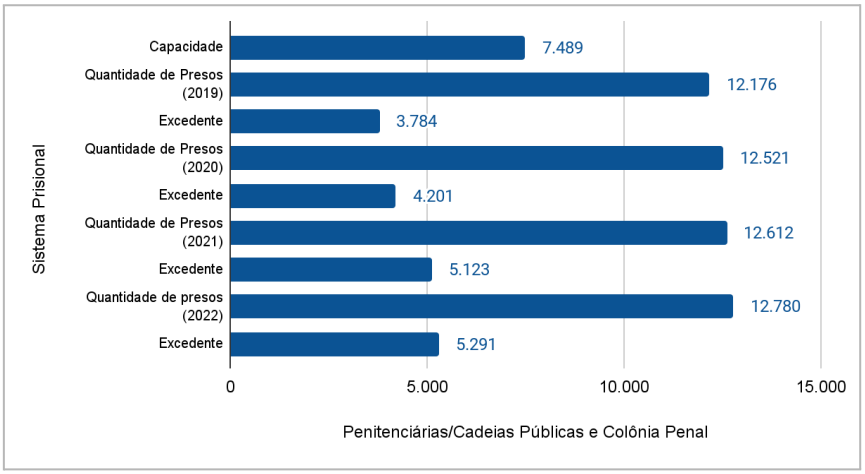
Tabela 5.8.b - Sistema Penitenciário em 2022

Unidades Prisionais	N.º de Estabelecimentos
Penitenciárias	21
Cadeias Públicas	43
Colônia Penal Agrícola	01
TOTAL	**79**

Fonte: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária - SEAP - Documento TC n.º.39039/22

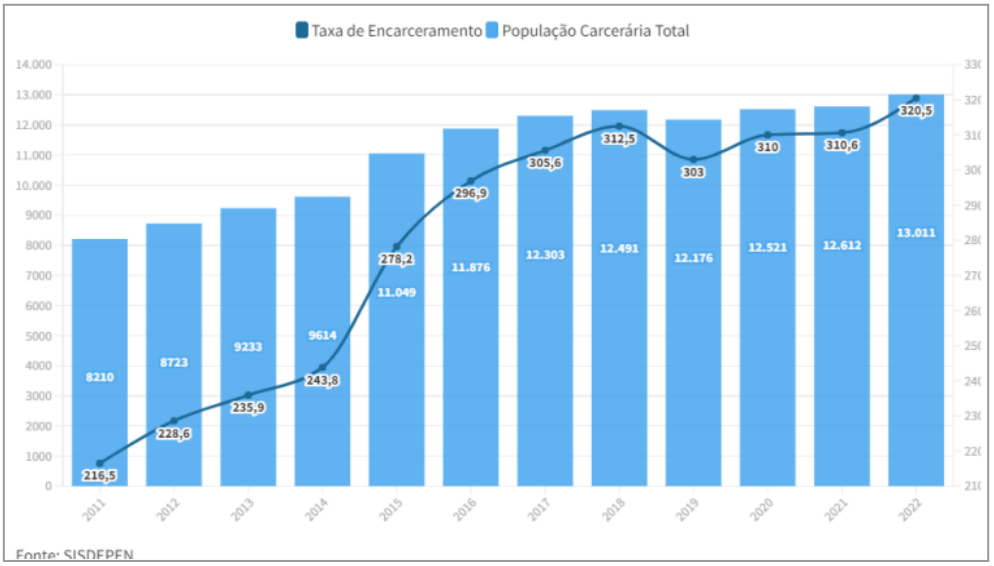
[84] Documento TC nº 02804/23
[85] Documento TC n.º 39271/21
[86] No site do SISPEDEN consta á 2.757 https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/PB/pb-dez-2022.pdf
[87] https://www.conjur.com.br/2014-nov-27/37-submetidos-prisao-provisoria-nao-sao-condenados-prisao

Gráfico 5.8.a - Quantitativo de presos e excedente 2019 a 2022



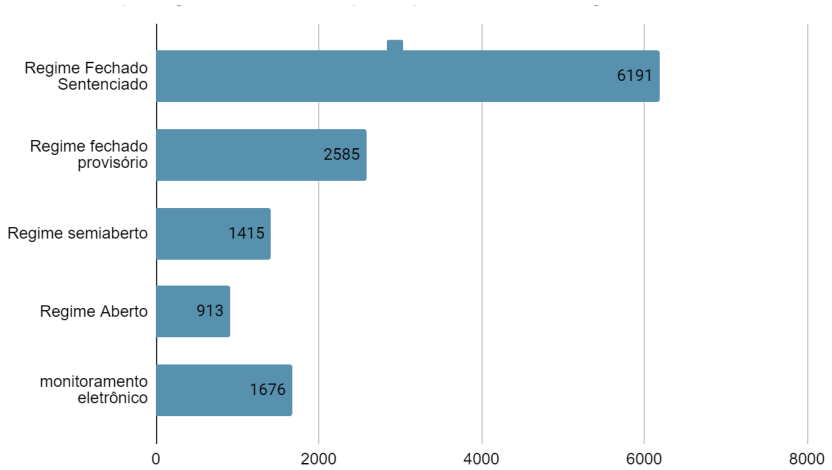
Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria. base: Processo TC nº 02804/23 SEAP

Figura 5.8.a - Série Histórica da Taxa População carcerária por 100 mil habitantes



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022.

Gráfico 5.8.b - Sistema Penitenciário e a População Carcerária no ano de 2022



Fonte: Processo TC nº 02804/23 SEAP

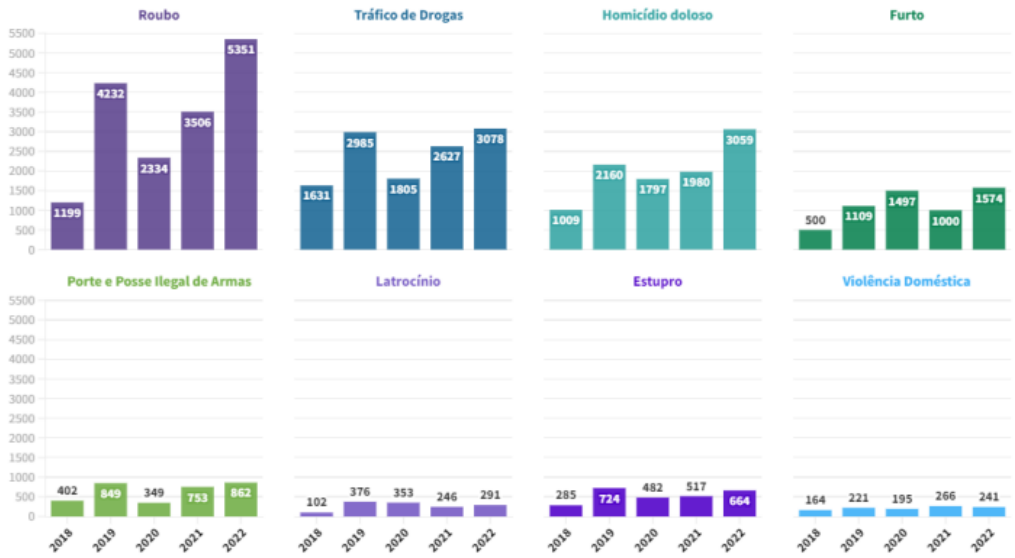
Uma questão importante diz respeito à quantificação do número de presos os quais estão aguardando julgamento, uma vez que há estudos que apresentam um alto índice de presos em situação provisória, vide **Figura 5.8.b.**

Considerando-se ainda os dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que apontam para o aumento da população prisional brasileira a qual cresce a um ritmo de 8,3% ao ano[88], torna-se fundamental acionar o aparelho estatal para minimizar os impactos desse problema que só se agrava e termina por sobrecarregar o sistema prisional.

Interessante observar que a taxa de pessoas presas sem condenação chegou, em 2021, a 28,5% do total de detentos no País. A proporção é a menor registrada nas cadeias brasileiras desde 2005 e consolida uma tendência de queda notada desde 2015, quando as audiências de custódia[89] começaram a ser implementadas. Nesse viés, estudo o Instituto Sou da Paz corrobora com essa percepção .

A **figura 5.8.b** mostra o número de presos no sistema penitenciário da Paraíba, tendo como base os delitos penais que cometeram. Roubo foi o delito com maior número de prisões realizadas no ano de 2022, com aumento significativo em relação ao ano de 2021, já em relação a violência doméstica, houve uma discreta diminuição de aprisionamento, apesar de ter havido um discreto aumento na taxa de crimes cometidos contra mulheres, levantando um ponto de atenção para o setor de segurança do estado.

Figura 5.8.b - Comparativo de População Carcerária por Tipo de Condenação 2018-2022.



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2022

88 Fonte:https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml

89 As audiências de custódia consistem na apresentação da pessoa presa a um juiz em um prazo de 24 horas para que seja avaliada a legalidade da prisão e a necessidade ou não de prorrogá-la. Um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que em 40% das 891 mil audiências realizadas desde 2015 o suspeito teve a liberdade concedida.

Pontos de atenção:

- Às variações nos indicadores para maior, em particular, do ***SIVA*** e do ***CIBAN*;**
- Ao tipo **CVLI contra a mulher,** considerando que houve um aumento de 2,4% no ano de 2022 em relação a 2021. No mesmo viés, ao **números de estupros que aumentaram no primeiro semestre do ano de 2022,** em relação ao ano de 2021(dados disponíveis até maio/2023).
- Ao fato que na Paraíba houve uma redução no número de feminicídios anuais, de **32 (2021) para 24 (2022),** no entanto, **ainda não está clara a tendência para esse tipo criminal,** portanto é fundamental aprimorar-se o escopo das políticas de segurança pública, para que sejam identificadas as causas do Feminicídio e violência contra à mulher, combatidas e, consequentemente, reduzidos os quantitativos verificados no Estado da Paraíba, em contrapartida, considerando o primeiro semestre de 2022 houve um aumento considerável dos casos de estupros, em relação ao mesmo período de 2021, trazendo a tona que os crimes sexuais contra a mulher vem aumentando cada vez mais no estado.
- Aos **Acidentes de Trânsito**, considerando que houve um aumento para **806 óbitos em 2022**, em comparação a 2021, que foi de **698 casos**, o que corresponde a uma taxa de **19,85 acidentes a cada 100 mil habitantes**, no ano de 2022. Não obstante, entender-se que a participação das gestões municipais é de fundamental importância nesse cenário;
- Às taxas de CVLI por 100 mil habitantes de alguns municípios paraibanos, como João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Patos com taxas superiores à média do Estado, que é de **27%.**
- À necessidade de elaboração de estudo para se reavaliar e estabelecer um novo *"quantum* ótimo do efetivo" das polícias civil e militar, inclusive, em termos de formação profissional desejada, até porque segundo se observou em diligência, há um avanço importante em termos de implementação de tecnologias de vigilância e controle, através do uso intensivo e estratégico de TCI - Tecnologias de Comunicação e Informação, as quais demandam pessoal e qualificação especial para esses fins;
- Às ações públicas concernentes à concentração de homicídios dolosos, na ordem de 87,1% no ano de 2022, os quais têm como **vítimas *Pretos e Pardos***, um indício importante de "**racismo estrutural**" que precisa ser combatido, nas suas mais diversas esferas e transversalidades;
- À **municipalização do trânsito** no Estado da Paraíba, nas cidades que ainda estão em processo de implantação, considerando que essa é uma condição fundamental para melhorar os indicadores de Acidentes de Trânsito, desde que haja o devido apoio técnico e gerencial por parte do Governo do Estado, para viabilizar este procedimento.
- Aos **índices de resolutividade, Elucidação de Inquéritos Policiais- ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais com Prisão do Acusado** - ELIP, a instituição atingiu os patamares de **42%** e **18%,** em 2022. Notar que em 2021, foram **37%** e **16%**, respectivamente. Tanto em 2022, como

em 2021, os valores são inferiores aos de 2019, os quais atingiram respectivamente os patamares de **51%** e **26%**, respectivamente[90];

- ➔ À necessidade de aprimorar e fortalecer o processo de implementação e atuação da Delegacia de "Crimes Cibernéticos";
- ➔ Às ações de proteção às mulheres, em particular as **medidas protetivas,** importante **observar** que o estímulo, através de políticas de comunicação institucional e estrutura adequada e ágil para receber denúncias e solicitações de proteção para essa tipologia criminal, é fundamental para diminuição dos **feminicídios**[91], além de diminuir casos de violência doméstica que atinge muito essa parcela da população, além de outros, já que o dado deste tipo de violência foi de grande destaque na Paraíba.
- ➔ À indagação da se haveria levantamento (estratificação) sobre o perfil da população carcerária com relação à origem, região, cidade e bairros. A Secretaria informou, entretanto, que não dispõe desse levantamento. Tal diagnóstico seria de importante valia para subsidiar Políticas Públicas de Assistência Social, Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico. **Cabe, pois, recomendação para realização desse levantamento, inclusive para subsidiar ações em áreas vulneráveis de outras secretarias estaduais e municipais;**

6 Indicadores-chaves de Saneamento Básico

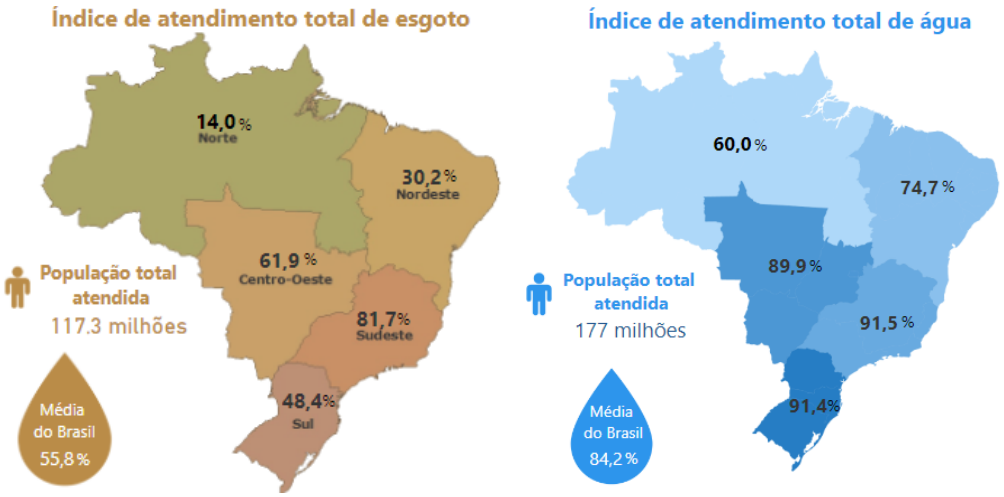
A Paraíba tem um território que corresponde a **0,6 %** do território nacional e a **3,6%** do Nordeste, sendo que em torno de 90% do seu território é localizado a região semiárida nordestina, correspondendo cerca de 188 municípios e estes fazem parte de uma região denominada *Polígono das Secas*[92], uma área sensível à influência do clima e dos regimes pluviométricos[93].

Vale ressaltar que, no estado da Paraíba, a lei complementar nº 168/2021 decretou microrregiões de água e esgoto e no intuito de buscar a universalização do serviço, a fim de cumprir o que reza o Novo Marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 14.026/2020) .

Segundo o SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, **32,08 milhões de pessoas** não têm acesso ao abastecimento de água e **89,75 milhões** não possuem atendimento total/coleta de esgoto no país, no ano de 2021 (dados de 2022 ainda não foram liberados pelo SNIS). E boa parte desse contingente populacional se encontra no Nordeste, vide **Figura 6.a.**

[90] Informações constantes na PCA 2020 da Secretaria de Segurança Pública.
[91] https://jus.com.br/artigos/80015/medidas-preventivas-ao-combate-do-feminicidio
[92] http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf e https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20632?locale=pt_BR
[93] https://tce.pb.gov.br/publicacoes/auditorias-tematicas/panorama-hidrico-do-estado-da-paraiba

Figura 6.a - Índice de atendimento total de esgoto e água no ano de 2021



Fonte: Fonte: SNIS, 2021[94].

Notar que a eficiência do saneamento básico[95] torna-se um **componente central à segurança hídrica** (questão central para o nosso Estado). Perdas de água e ineficiências na prestação dos serviços oneram os custos das Companhias e terminam também aumentando as tarifas. Além disso, a ausência de coleta, tratamento e reuso de esgoto reduz a oferta de água e tende a contaminar todo o sistema aquático regional. Atentar para o fato que os cursos de água, no perímetro urbano e dos próprios canais de drenagem urbana construídos, são contaminados por águas servidas, com comprometimento sério da saúde da população, por consequência, sua qualidade de vida.

Além disso, o saneamento é de extrema importância no combate aos impactos no meio ambiente, na saúde da população, na economia, nas desigualdades e no desempenho escolar. Seus componentes são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos.

Na avaliação dos indicadores de saneamento, é importante levar em consideração o Novo Marco Legal do Saneamento, proposto no ano de 2020, com novas metas sobre a gestão e incentivo à regionalização, possibilitando ainda mais o controle social deste segmento na saúde pública da população.

De acordo com o Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais, da Gestão de riscos e desastres da Secretaria Nacional de Saneamento, **existem algumas áreas onde a demanda pela atenção ao saneamento básico é prioritária, como por exemplo, áreas onde a taxa de mortalidade infantil é alta, onde**

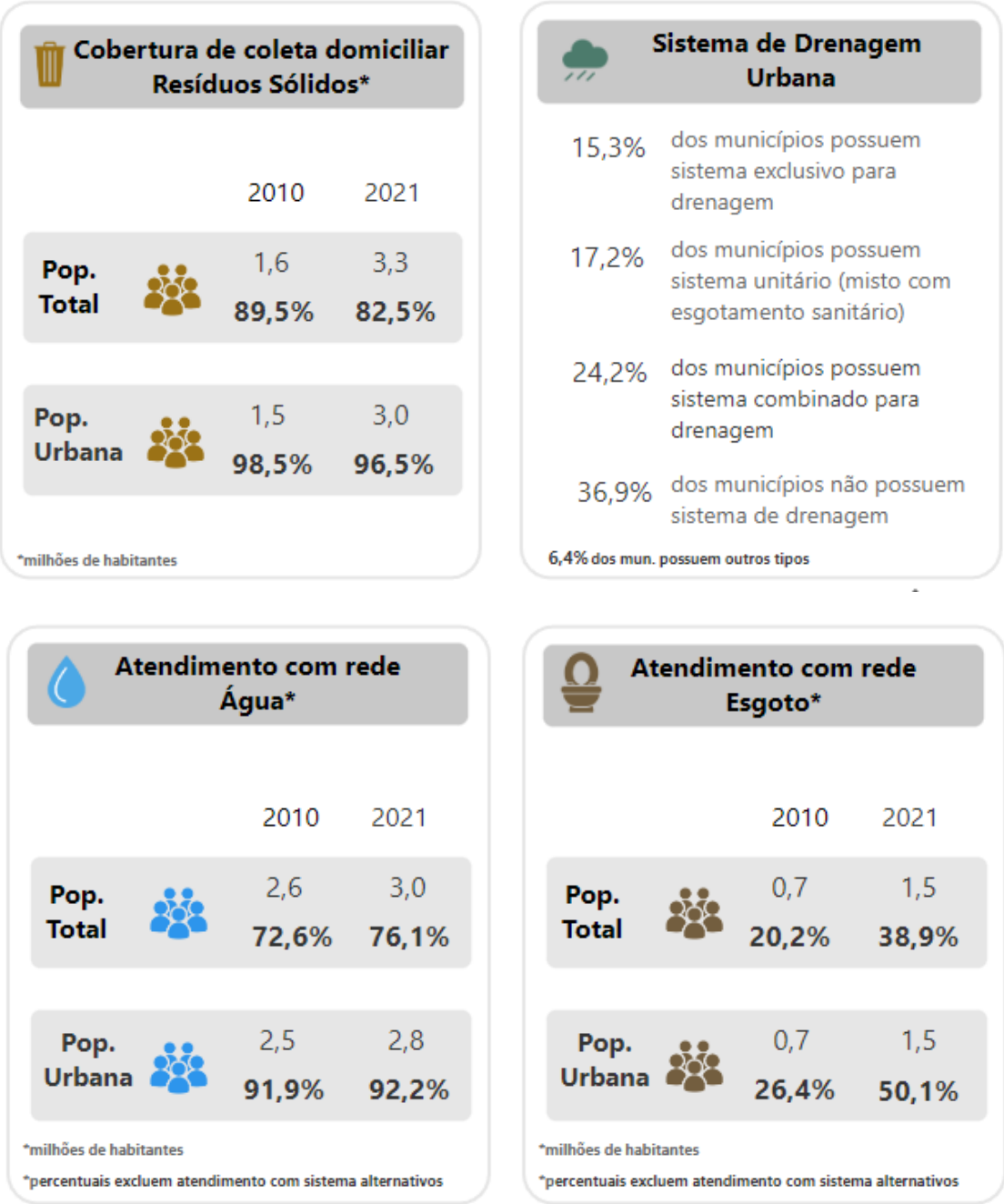
[94] https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel/es e https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel/ab

[95] Quanto à drenagem urbana e resíduos sólidos, apesar de sua importância para o tema, não serão tratados neste trabalho.

estão sujeitas a insalubridade e destruição ambiental, onde residem populações carentes e onde há implementação de projetos estratégicos.

No caso da Paraíba **em 2021, última atualização do SNIS**, a Paraíba tinha somente **38,9% de sua população atendida por rede de esgoto**. E **76,1% por rede de água**, assim como **82,5% da população atendida por coleta de resíduos sólidos**, vide **Figura 6.b.**

Figura 6.b - Saneamento Básico na Paraíba.



Fonte: SNIS, 2021.

Por isso, o **Marco do Saneamento Básico** estabeleceu como **meta** a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que **99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90%, ao tratamento e à coleta de esgoto**. Foram definidas, também,

regras voltadas para drenagem e manejo de resíduos sólidos urbanos. E essas são metas fundamentais para qualidade de vida e prosperidade de um estado como o da Paraíba.

Figura 6.c - Porcentagem de tratamento do esgoto gerado na Paraíba, Nordeste e Brasil

Fonte: SNIS, 2021

De acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional aliado ao SNIS, os indicadores do Estado em relação ao saneamento básico da população são baseados na questão da Água, Esgoto, Águas Pluviais e Resíduos Sólidos e os dados referentes ao ano de 2021 encontram-se nos quadros abaixo, indicando seus respectivos indicadores e os valores obtidos[96].

[96] Todas as tabelas e gráficos abaixo foram retirados do Painel Indicadores no site do **https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis.**

De acordo com dados retirados do Painel do Saneamento, na plataforma do SNI, em relação ao **tratamento de esgoto houve um aumento de 39,2% em 2010 para 44,2% em 2021**. Como também em relação à deposição de resíduos sólidos, mais de 70% da totalidade dos resíduos no estado vão parar em aterros sanitários, que funcionam como método adequado de eliminação destes componentes; ao contrário da **coleta seletiva** nos municípios que em 10 anos subiu menos de 2%, totalizando um dado não muito satisfatório, de 4,3% dos municípios em 2010, que fazem o uso desta prática, para 6% dos municípios em 2021.

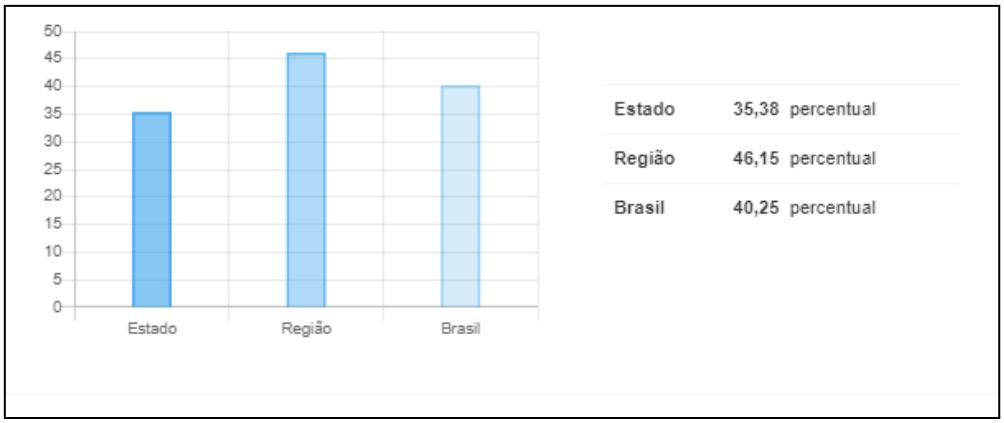
De acordo com os dados do SNIS, menos de 40% dos municípios no estado da Paraíba não possuem **sistema de drenagem urbana,** o que pode acarretar riscos na mobilidade das cidades e da população.

Além destes dados, de acordo com as informações sobre o Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos do *Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, de* **2021,** a região Nordeste tem **82,4% da população atendida pela coleta domiciliar,** ao contrário do ano anterior (2020), na qual 83,1% era assistida, levando em consideração que o estado da Paraíba está incluído neste e portanto podemos fazer uma proporção que houve uma diminuição neste aspecto do saneamento.

Com os dados obtidos no SNIS, o Observatório do Marco Legal do Saneamento possibilitou demonstrar dados consistentes quanto ao atendimento do saneamento no estado da Paraíba. Para análise geral foi dividido o estado em 4 microrregiões, denominadas de Litoral, Borborema, Espinharas e Alto Piranhas e no ano de 2021 houve a liberação do decreto nº 41.981/2021 que implementou o Regimento Interno Provisório de Água e Esgoto em cada microrregião. **Os dados das tabelas abaixo são referentes ao ano de 2021.**

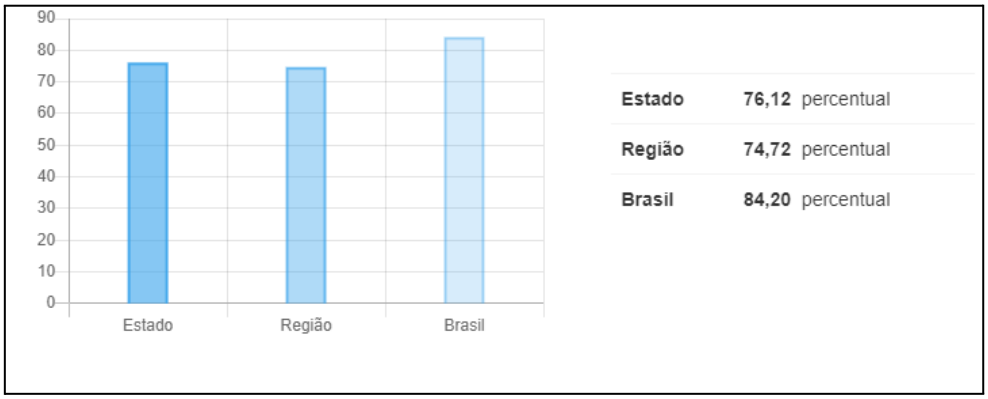
Pelo marco legal é requerido que **as perdas da distribuição de água no território brasileiro reduzam para 25%** até a data limite (ano de 2033). **O valor atual desta perda é de 40,25% no território nacional,** como visto no quadro abaixo, **enquanto na Paraíba se encontra em 35,38%**, de acordo com a **Figura 6.d.**

Figura 6.d - Perdas de distribuição de água - 2021.



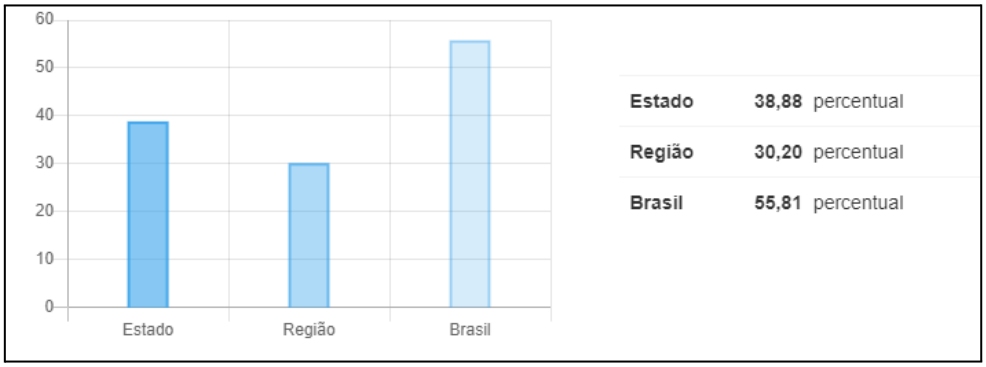
Além deste dado, há uma meta de atender 99% da população do país com abastecimento de água potável, no qual o atendimento cobre 84% da população do país em 2021, enquanto na **Paraíba o percentual é de 76,12% da população**, vide **Figura 6.e.**

Figura 6.e - Abastecimento de água potável - 2021.



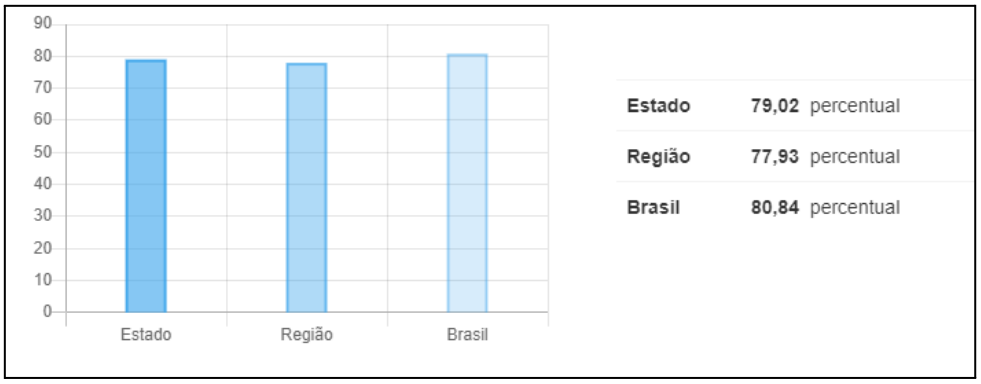
Em relação à coleta de esgoto, menos de 39% da população no estado recebe o atendimento necessário, contabilizando dados de **2021,** vide **Figura 6.f.**

Figura 6.f - Coleta de esgoto - 2021.



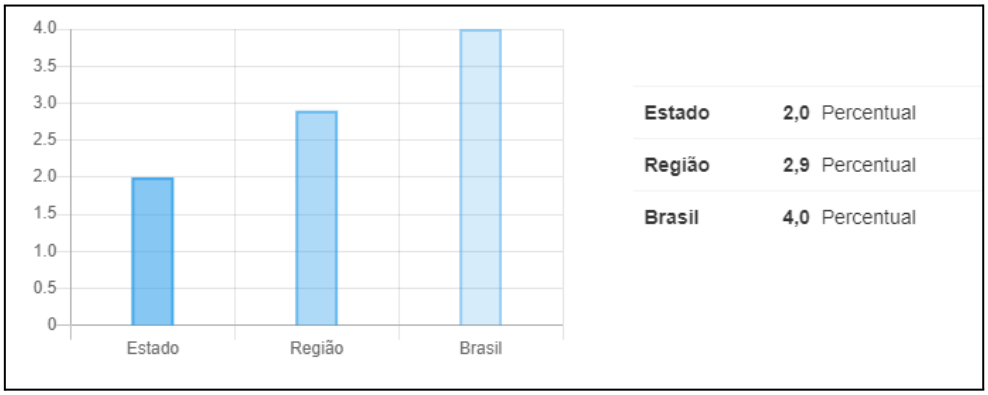
E desta **coleta de esgoto, 79% dele recebe o tratamento devido antes de desembocar em efluentes**, em relação a taxa do país e da região estão em crescimento de modo similar, vide **Figura 6.g.**

Figura 6.g - Tratamento de esgoto - 2021.



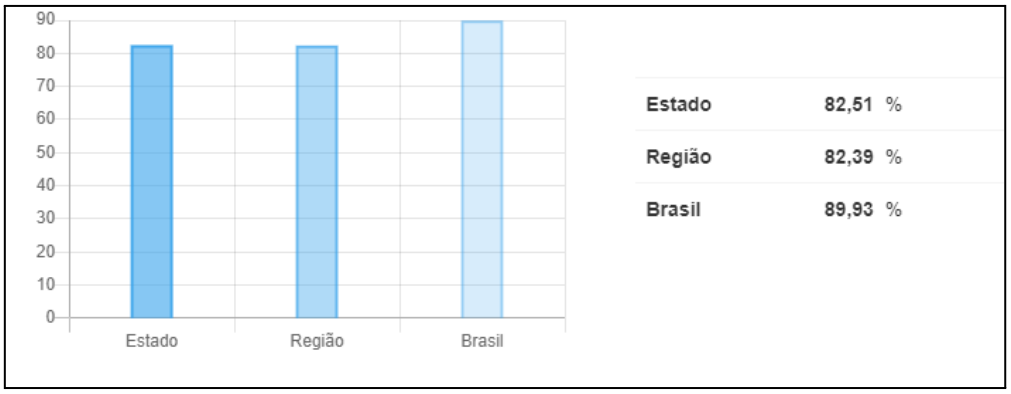
Já em consideração a problemática das águas pluviais (chuvas) no estado e a partir disso **a quantidade de domicílios urbanos em riscos em relação a quantidade de domicílios ao todo, há um percentual menor do que aquele da região e do país, sendo este de 2% no estado, sendo este um dado satisfatório.**

Figura 6.h - Risco de domicílios urbanos em relação a águas pluviais - 2021.



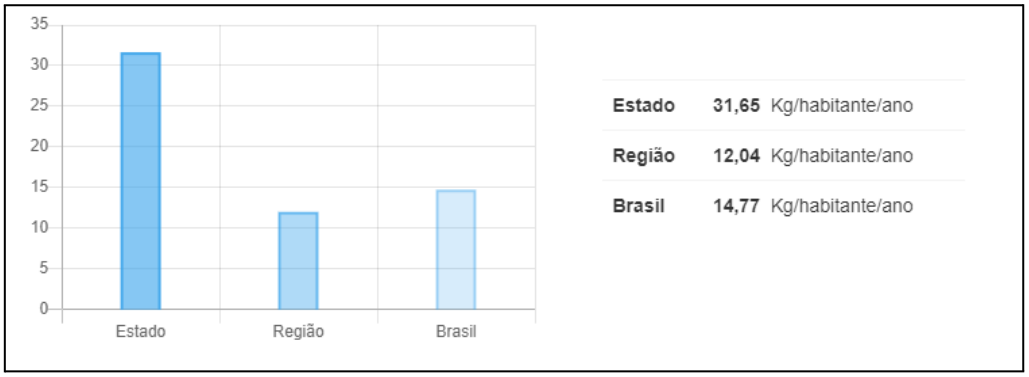
A taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos na Paraíba também se encontra em níveis adequados em relação ao quadro geral do país, com cobertura total de pouco mais de 80% em todo o estado, de acordo com o gráfico abaixo, similar a taxa regional e nacional.

Figura 6.i - Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos - 2021.



Levando em consideração toda a parte de sustentabilidade, principalmente com produtos recicláveis, através dos resíduos sólidos coletados pela coleta seletiva, o estado apresenta dados satisfatórios, superiores àqueles vistos na região e no país, demonstrando comprometimento neste aspecto com cerca de 32 kg de resíduos reciclados a cada habitante, vide **Figura 6.j.**

Figura 6.j - Reciclagem de resíduos sólidos coletados por coleta seletiva - 2021.



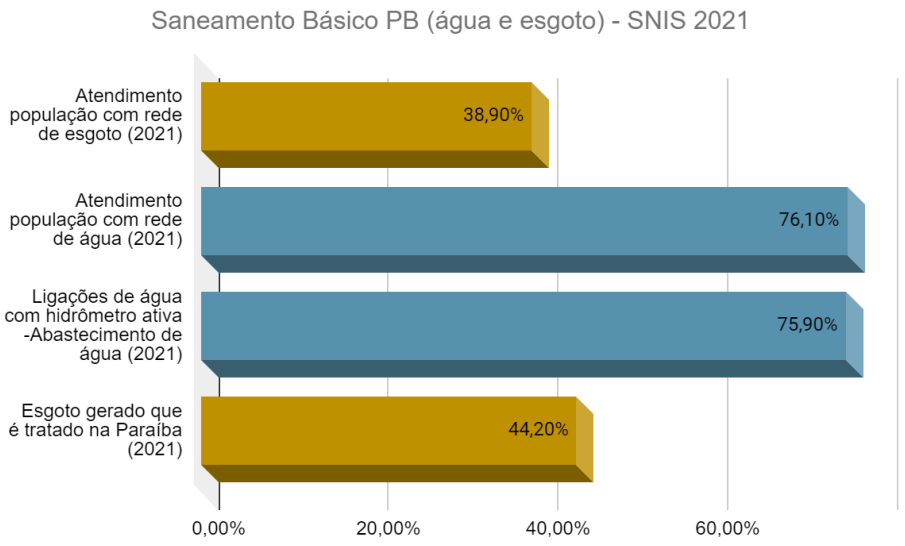
De um modo geral os dados obtidos sobre o saneamento do estado estão em modo de crescimento, contribuindo para atingir as metas do Marco Legal em todo o país.

Levando isso em consideração e de acordo com a ***Trata Brasil de 2023***[97]**,** que utiliza dados do SNIS como base, o estado paraibano está entre os melhores índices de saneamento da região Nordeste. **João Pessoa** é a capital com melhor abastecimento de água da região, tendo por volta de **100%,** com taxa de esgotamento sanitário de **83,55%** . **Campina Grande** é a cidade que figura entre as **20 melhores taxas do Brasil,** com ***taxa de abastecimento de água de 100%*** e **taxa de 94,26% de esgotamento sanitário.**

No ano de 2023 a **Cagepa** recebeu o Selo Verde do INPRA (Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes) em reconhecimento ao bom uso dos recursos naturais, projetos socioambientais, bom uso da cadeia energética e atendimento às legislações vigentes, o que demonstra o comprometimento estatal também na sustentabilidade ambiental. No entanto, o Estado ainda está longe de atingir os indicadores previstos no Novo Marco do Saneamento Básico, vide o **gráfico** a seguir.

[97] Divulgado em 05/06/2023.https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2023/

Gráfico 6.a - Saneamento básico 2021

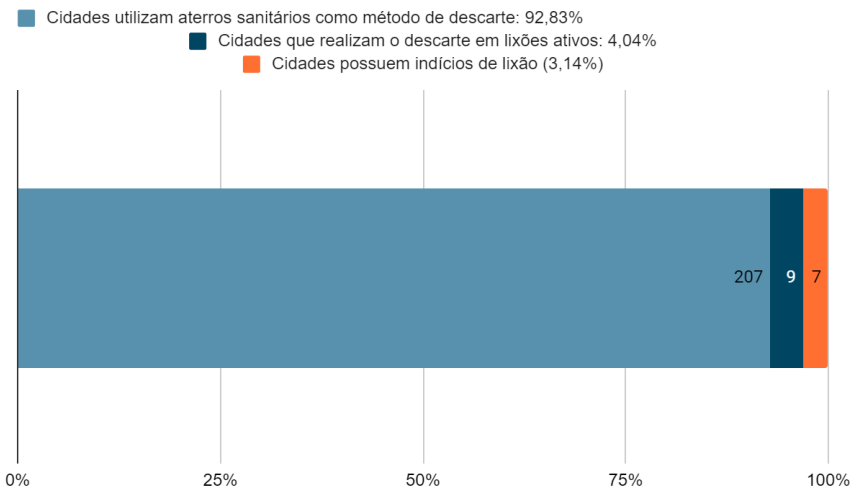


Fonte: Elaborado pela Auditoria - dados SNIS 2021

Em relação ao **descarte dos resíduos sólidos,** o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público da Paraíba, em **2023** contabilizou que dos 223 municípios da Paraíba, **207 utilizam aterros sanitários como método de descarte, 7 cidades possuem indícios de lixão e 9 cidades realizam o descarte em lixões ativos**, ao contrário dos dados de **2022,** no qual verificou-se que **29 ainda utilizavam lixões para descarte dos seus resíduos, sendo que 22 destes depositavam todo o lixo nesses locais e 7 deles encaminharam parte para aterros**.

Apesar de haver um avanço no **número de municípios que depositam seus dejetos de maneira correta, totalizando 92% em 2023**, é ainda necessário esclarecer a importância desta mudança cada vez mais aos gestores, principalmente àqueles que ainda não avançaram neste quesito.

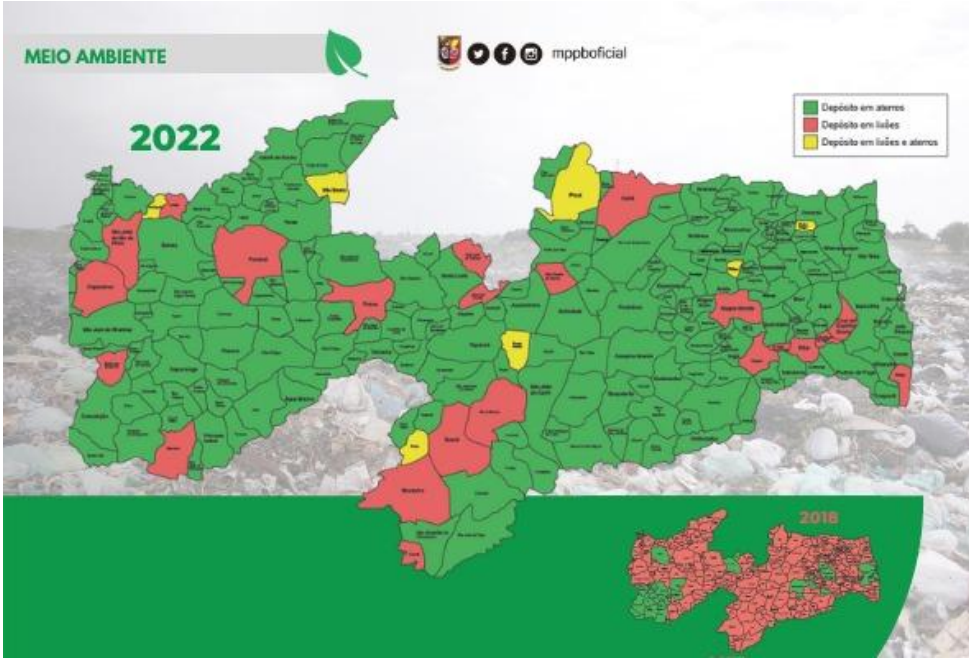
Gráfico 6.b - Número de cidades e tipos de descarte de resíduos na Paraíba (2023)



Fonte: Elaborado pela Auditoria - dados do MPPB 30/05/2023

É importante manter um monitoramento das cidades, as que já se adequaram, pois esta não é uma mudança estática e definitiva, visto que **municípios que fazem uso de aterro podem voltar a despejar em lixões.** Nota-se também na figura abaixo, segundo levantamento feito pelo órgão ministerial(MPPB), apontou uma mudança radical do "mapa dos lixões" na Paraíba. **O número de cidades com destinação correta dos dejetos passou de 29 (em 2017) para 194 (em 2022)**[98] **.**

Figura 6.k - Mapa dos lixões 2022



Fonte:https://www.mppb.mp.br/index.php/31-noticias/meio-ambiente/24152-mppb-atualiza-mapa-dos-lixoes-na-pb-numero-de-municipios-que-cumprem-lei-passou-de-29-para-194

7 Indicadores-chaves do Meio-Ambiente

Uma das estratégias centrais e críticas dos governos, nessas primeiras duas décadas do século XXI, é (ou deveria ser) a tentativa de adequar o conceito de desenvolvimento ao de sustentabilidade (ambiental), de diminuir o impacto crescente e danoso ao meio ambiente, aos seus ecossistemas, o qual extrapolou os limites suportáveis pelo planeta em larga medida.

O advento da globalização, do desenvolvimento tecnológico, da expansão industrial e do processo acelerado de urbanização que se instaurou, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, gerou um esgotamento perigoso no ecossistema da terra. Lidar com as mudanças climáticas, avanço dos mares, alagamentos constantes, secas, com o próprio descarte de resíduos

[98]https://www.mppb.mp.br/index.php/31-noticias/meio-ambiente/24152-mppb-atualiza-mapa-dos-lixoes-na-pb-numero-de-municipios-que-cumprem-lei-passou-de-29-para-194

perigosos, poluentes orgânicos e de plásticos; cuidar da saúde das águas, proteger o verde, num contexto de vulnerabilidade social e econômica. Isso tudo impõe um cenário desafiador para os Governos e suas políticas públicas. E isso assume uma importância ainda mais relevante em regiões como as que o Estado da Paraíba está inserida, submetidas a altas temperaturas, baixa pluviometria, na maioria de suas cidades, e índice crescente de desertificação, dentro de um contexto de vulnerabilidade econômica e social.

A própria Constituição Brasileira, no seu Art.225, expressa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e uso comum ao povo, sendo dever da Gestão Pública e da coletividade defender e preservar.

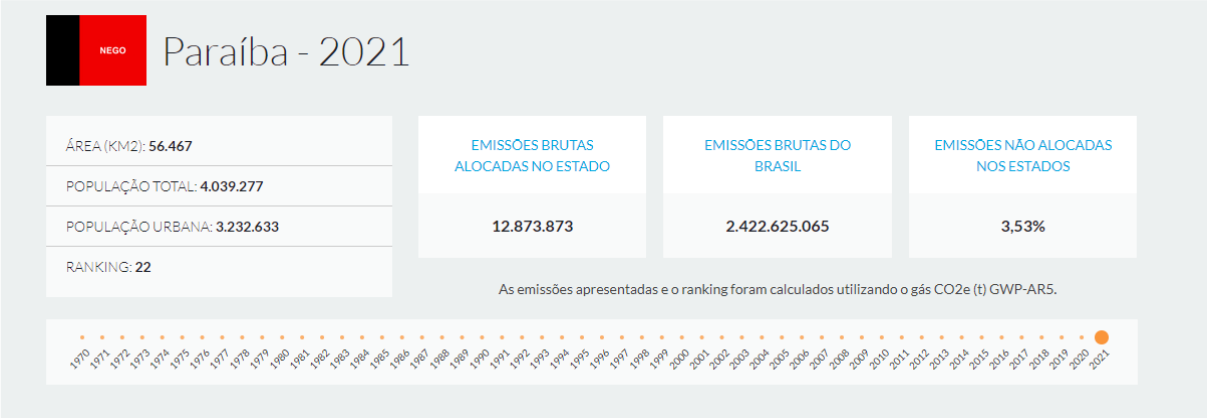
Alterações no meio ambiente afetam diferentes biomas e a população como um todo, muitas vezes de formas irreversíveis. Devido a expansão do movimento ambientalista e a pressão popular, os órgãos administrativos e fiscalizadores, visando sua gestão ambiental em criar indicadores, que são parâmetros/ estatísticas com uma finalidade específica, capazes de demonstrar dados sobre o impacto no meio ambiente, decorrentes de certas atividades exercidas.

Também chamados de Indicadores de Desempenho Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente define estes indicadores como um resumo sobre o aspecto do meio ambiente, dos recursos naturais, assim como as atividades humanas relacionadas. O mais difundido e com dados consistentes levam em consideração a emissão de **gases do efeito estufa (GEE)**, em áreas de energia, uso da terra, agropecuária, resíduos e na indústria.

As tabelas, gráficos e dados estatísticos que irão ser descritos foram retirados do site do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases do Efeito Estufa), um sistema criado pelo Observatório do Clima que explicita sobre as estimativas de emissão de gases nocivos ao planeta, no Brasil, sendo este um indicador operacional, pois mostra os resultados de atividades diárias no meio ambiente. Os dados abaixo são do ano de **2021**, sendo estes os **últimos dados registrados.**

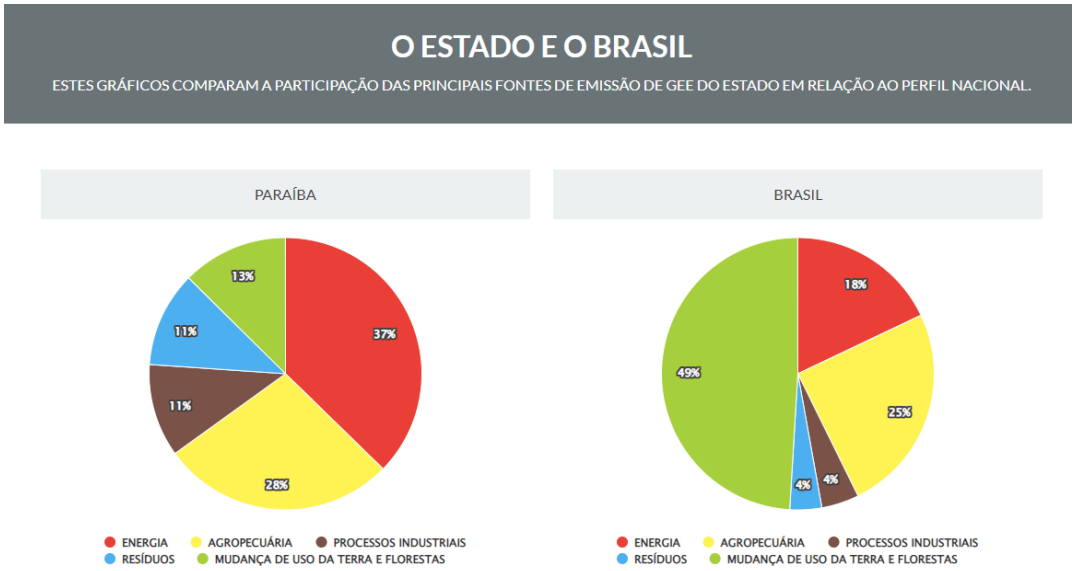
Tabelas e dados retirados do *SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, Observatório do Clima, acessado em –* ***https://seeg.eco.br***

Figura 7.a - Caracterização da Paraíba em relação a emissão de GEE, em 2021



Fonte: SEEG

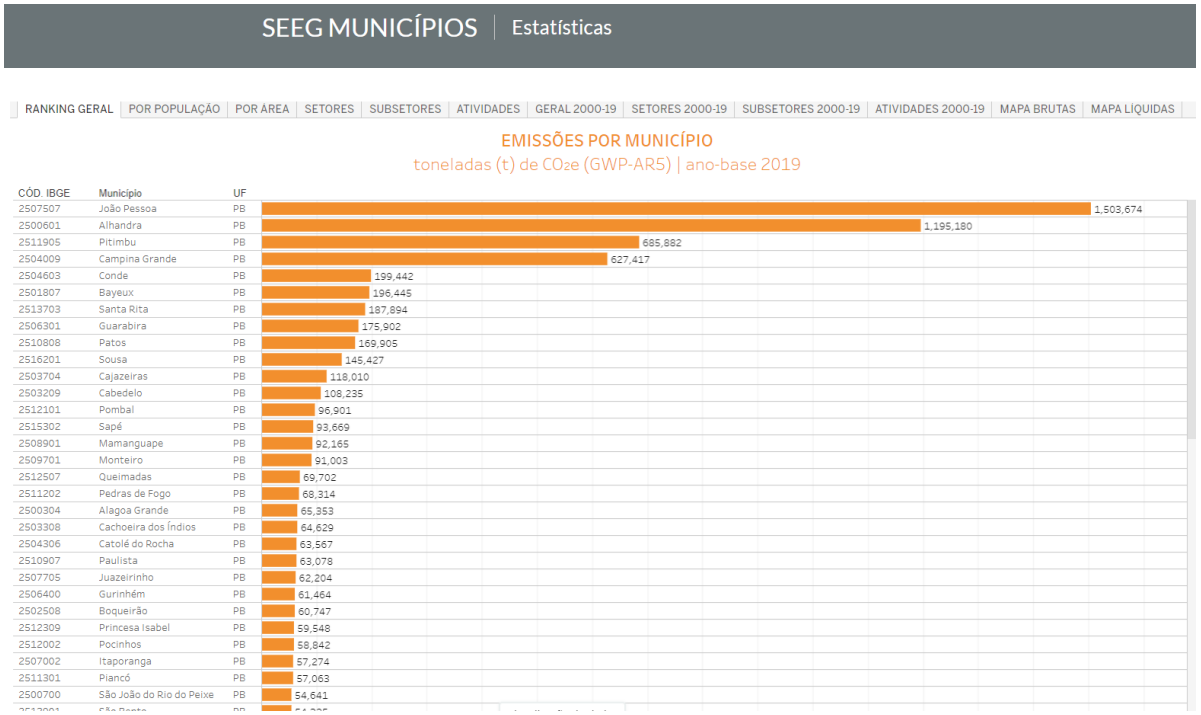
Figura 7.b - Relação comparativa entre Paraíba e Brasil, levando em consideração a emissão dos GEE



Fonte: SEEG

A figura abaixo é referente a alguns dos municípios da Paraíba e as taxas de emissão de gases do efeito estufa, sendo agente principal neste processo a capital João Pessoa, seguida de Alhandra (dados de 201, último ano com dados estatísticos no qual há a individualização dos municípios).

Figura 7.c - Estatística quanto a alguns municípios da Paraíba



Fonte: SEEG

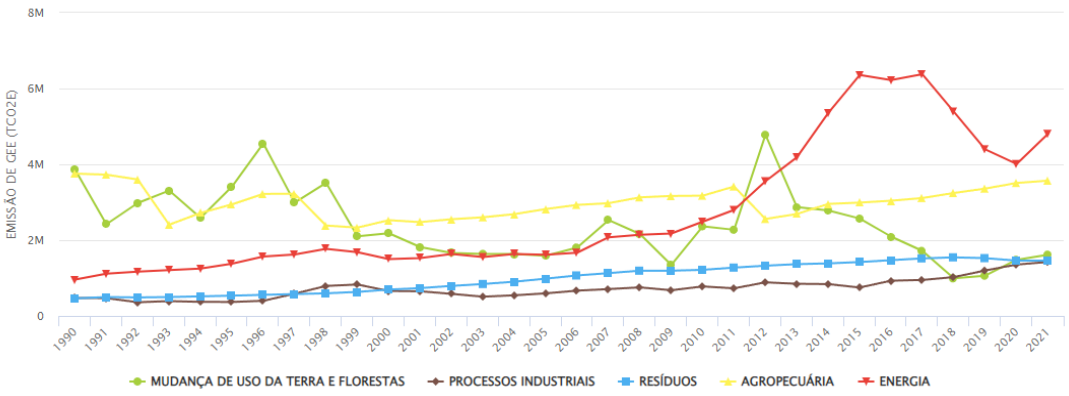
A ilustração abaixo demonstra as subdivisões dos setores que promovem emissão de gases do efeito estufa na sua cadeia de produção e qual a porcentagem que cada uma desempenha neste papel no ano de 2021.

Figura 7.d - Subdivisões dos setores produtores de GEE

Fonte: SEEG

Enquanto o gráfico abaixo informa o desempenho anual desde a década de 90 em relação a emissão destes gases, **tornando o estado da Paraíba um contribuidor,** juntamente com diversos estados brasileiros.

Figura 7.e - Série de Emissões dos GEE

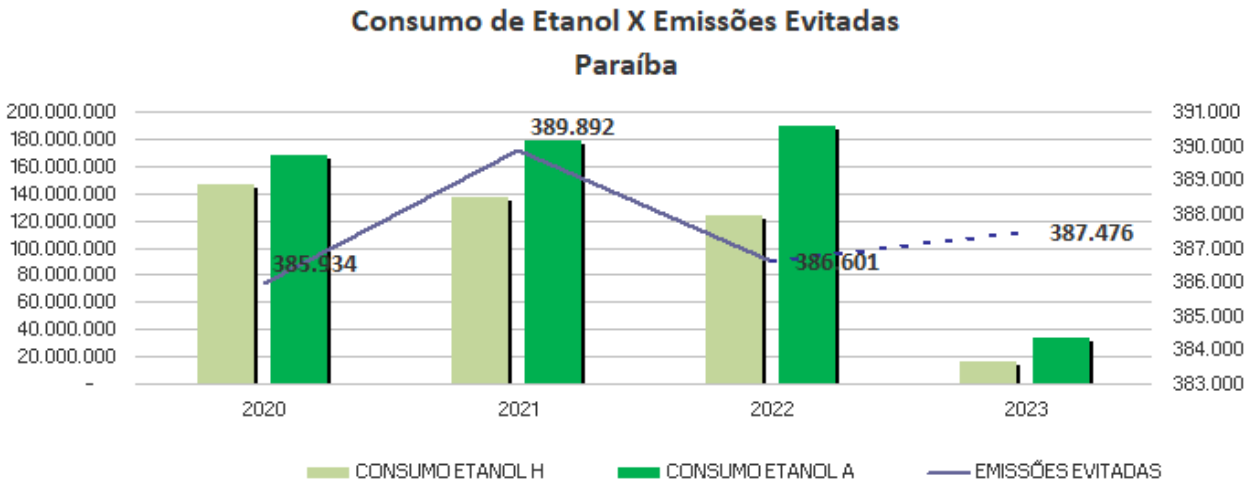


Fonte: SEEG

A partir dos dados acima, compreende-se que o estado da Paraíba é um contribuinte do efeito estufa, em menor parcela, em relação a outros estados brasileiros. Destacou-se os setores de Energia e o Agropecuário como os agentes principais neste processo, principalmente nos anos mais recentes**, no ranking em relação à emissão de gases o estado ocupa a 22ª posição**, sendo uma das menores, ficando na frente do Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

Por outro lado, com relação à questão dos biocombustíveis, segundo o **Sindacool PB**[99] (Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado da Paraíba) contabilizou os dados referentes ao consumo de gasolina, etanol e emissões liberadas pelo respectivo uso, desde o ano de 2020 até o primeiro semestre do ano de 2023, demonstrados nos gráficos abaixo:

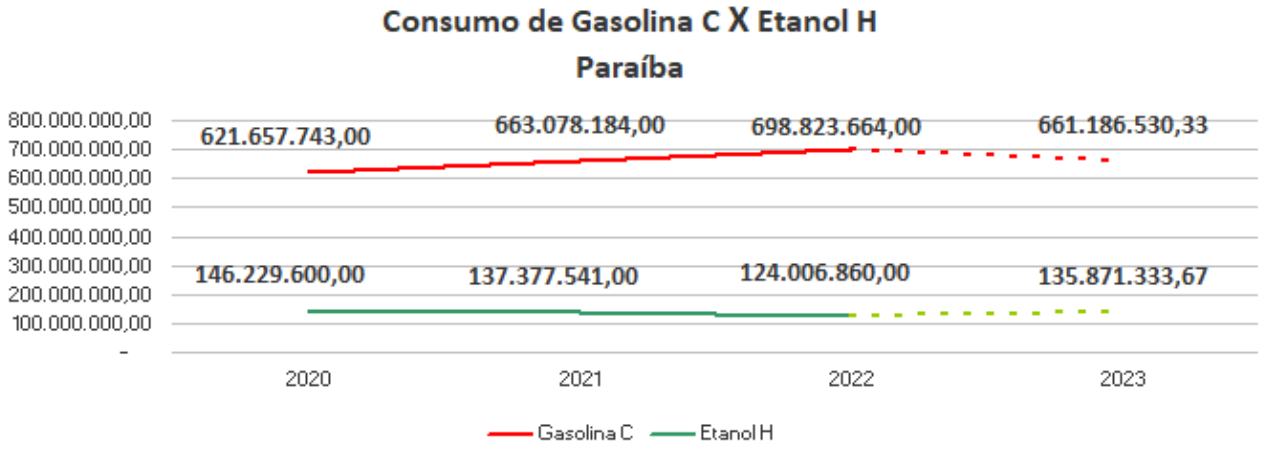
Gráfico 7.a - Consumo de etanol x emissões evitadas na Paraíba 2020 - 2023



Fonte: Sindacool

[99] Informações e Gráficos cedidos pelo Sindacool-PB

Gráfico 7.b - Consumo de gasolina x etanol na Paraíba 2020 - 2023



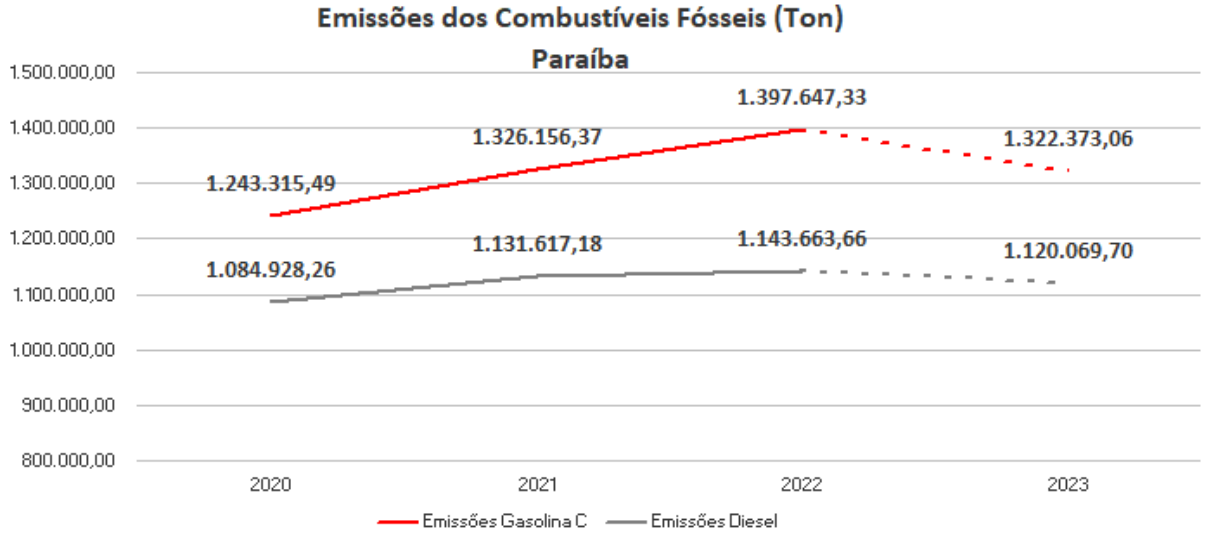
Fonte: Sindacool

O **gráfico 7.a** demonstra que houve uma manutenção no consumo de etanol no estado desde 2020, com maiores taxas no ano de 2022 (ano de 2023 não foi considerado ainda a sua totalidade). Apesar do aumento nesse ano, as emissões evitadas despencaram, caindo de 389.892 mil para 386.601mil em 2022, mas em compensação, no ano de 2023, houve um aumento discreto que merece destaque, de 387.476 mil, pois com o decorrer do ano este pode elevar ainda mais.

Enquanto o **gráfico 7.b** relata que o consumo de gasolina continua ocupando papel fundamental no meio paraibano, com números crescentes desde 2020. Houve uma discreta diminuição em 2023, mas é importante considerar que a totalidade do consumo no ano todo ainda não foi analisada, pois o mesmo está em andamento.

É importante levar em consideração também a taxa (em toneladas) de emissões de combustíveis fósseis decorrentes da queima destes produtos, no qual pode-se analisar pelo gráfico 7.c que a **emissão de gasolina manteve-se aumentando de maneira importante, desde 2020 até o ano de 2022**, ao contrário do diesel, no qual sua emissão possui discretos aumentos nos mesmos anos.

Gráfico 7.c - Emissões dos Combustíveis Fósseis na Paraíba 2020-2023



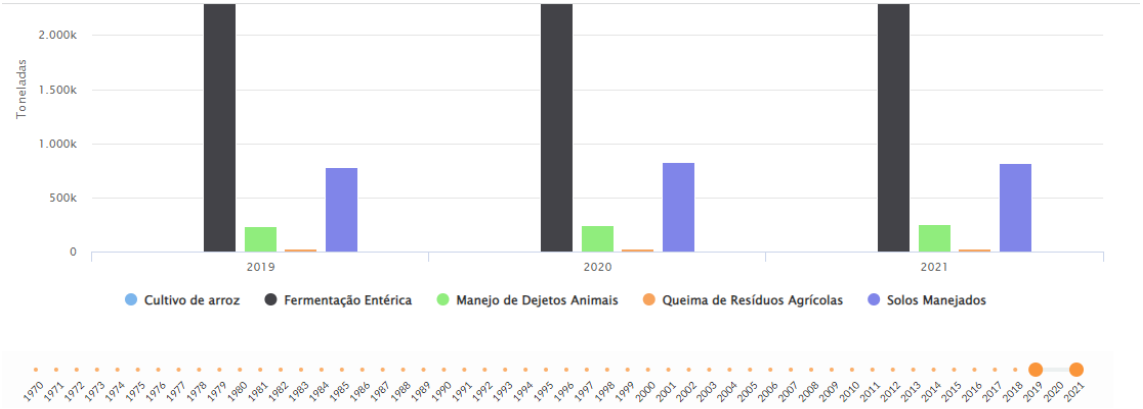
Fonte: Sindacool

7.1 Setor agropecuário

Este é um setor que abrange atividades primárias que estão ligadas à agricultura e à pecuária, voltada para o consumo humano ou para a produção de matérias-primas, medicamentos e combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor agropecuário paraibano em todas as esferas de atuação, com a emissão dos GEE, nos anos de 2019 a 2021.

Figura 7.1.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo processos emissores do setor agropecuário.



Fonte: SEEG

A partir dos dados coletados entre 2019 e 2021 as práticas que mais contribuíram com a emissão de gases no setor referido foram: fermentação entérica a partir do uso de animais na cadeia produtiva, ou seja **principalmente devido a criação de animais de produção.**

7.2 Energia

O setor energético é aquele que é composto por empresas que transformam energia primária em secundária para que seja então distribuída e utilizada, no quadro abaixo há alguns exemplos, mas no geral são considerados os combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor de energia paraibano com a emissão dos GEE, nos anos de 2019 a 2021. Levando em consideração o uso de combustíveis fósseis e outros, além do uso de energia gasto nesta produção.

Figura 7.2.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo a finalidade do produto/ categoria do veículo.

TABELA DE DADOS

Download

Categoria	2019	2020	2021	Total
Aeronaves	450	295	386	1.131
Aeronaves de aviação civil	100.457	56.174	49.760	206.391
Automóveis	991.374	934.633	1.005.036	2.931.043
Caminhões	633.754	600.151	643.464	1.877.369
Carvoarias	--	--	--	0
Centrais Elétricas Autoprodutoras	14.661	14.675	14.369	43.705
Centrais Elétricas de Serviço Público	342.691	225.880	1.361.745	1.930.316
Comerciais Leves	183.955	175.407	187.739	547.101
Consumo Final Energético	1.886.467	1.781.653	1.318.123	4.986.243
Embarcações	1.941	1.370	1.359	4.670
Helicópteros e outras aeronaves de menor porte e aviação militar	5.060	2.829	2.506	10.395
Locomotivas	920	651	836	2.407
Minas de superfície	--	--	--	0
Minas subterrâneas	--	--	--	0
Motocicletas	78.251	71.043	70.946	220.240
NA	--	--	--	0
Outras	--	--	--	0
Queima em tocha	--	--	--	0
Ventilação	--	--	--	0
Ônibus	155.771	142.914	147.449	446.134
Total	**4.395.752**	**4.007.675**	**4.803.718**	

Fonte: SEEG

A partir dos dados referentes à emissão de gases no setor de Energia, **o setor rodoviário e os automóveis foram os que mais contribuíram para os gases poluidores.**

7.3 Resíduos

São materiais que não são aproveitados e sobram da atividade humana, advinda do comércio, indústrias e residências. Podem ser divididos em resíduos sólidos ou efluentes líquidos. Sendo o primeiro classificado como materiais que podem ser reaproveitados por meio da reciclagem e serem transformados em outros materiais, além disso podem ser também

classificados como restos de produtos de consumo (alimentação) e até materiais de construção. Enquanto efluentes líquidos são materiais que são despejados em corpos d'água e que apresentam riscos de contaminação para o meio ambiente, sendo classificados como domésticos e industriais.

No gráfico abaixo retirado do SEEG, tem-se os dados sobre os gases liberados durante a destruição dos resíduos no estado da Paraíba entre os anos de 2019 a 2021, no qual mantiveram-se constantes durante este período, não havendo diminuições significativas. **Tornando um dado preocupante,** principalmente devido a produção de lixo, que de acordo com Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2022, houve uma **diminuição de 0,81% na produção de resíduos urbanos na região Nordeste do país,** o que torna mais preocupante pois a taxa de reciclagem no país também é baixa como vista anteriormente na seção de Saneamento.

Figura 7.3.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo a produção de resíduos.

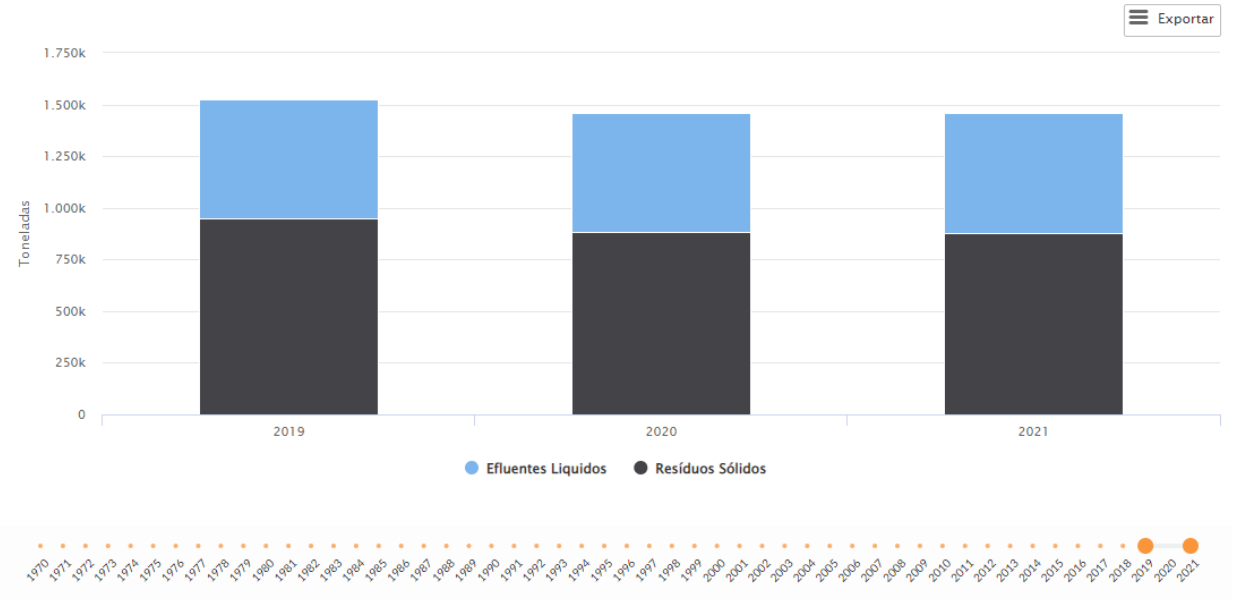


TABELA DE DADOS

Download

Categoria	2019	2020	2021	Total
Efluentes Líquidos	575.086	579.178	582.830	1.737.094
Resíduos Sólidos	950.291	880.506	877.503	2.708.300
Total	**1.525.377**	**1.459.684**	**1.460.333**	

Fonte: SEEG

A poluição atmosférica traz prejuízos não somente à saúde e à qualidade de vida das pessoas, mas também acarreta maiores gastos do Estado, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados com a melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos. A poluição de ar

pode também afetar ainda a qualidade dos materiais (corrosão), do solo e das águas (chuvas ácidas).

A gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento sócio econômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura. Para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico.

7.4 Sobre o Brasil 2045

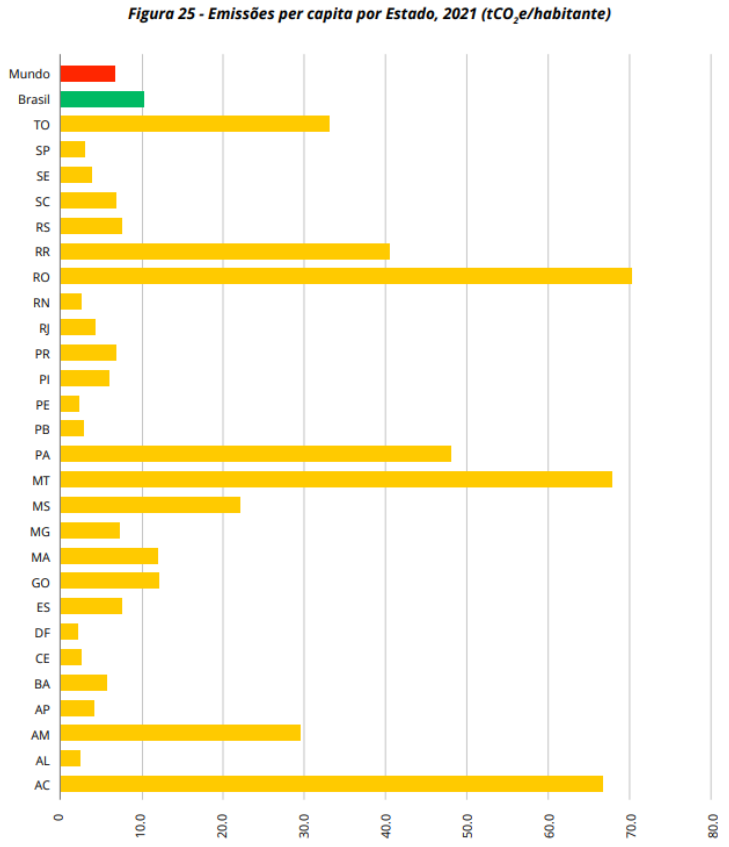
Há um projeto que iniciou seu desenvolvimento em 2022 denominado Brasil 2045, proposto pelo **Observatório do Clima** que tem como base diminuir a emissão de gases até o ano em questão, fazendo do Brasil uma potência ambiental.

As principais propostas para as mudanças são: **política climática e acordos internacionais, prevenção e controle do desmatamento, bioeconomia e atividades agrossilvopastoris, justiça climática, energia, biodiversidade e áreas costeiras, indústria e gestão urbana, governança e financiamento da política ambiental nacional**. Esse projeto visa reconstruir a política ambiental e reconquistar a confiança da sociedade brasileira na comunidade internacional.

O **gráfico 7.4.a** abaixo foi retirado da Análise de Emissão dos Gases do Efeito Estufa do SEEG, o qual possibilitou uma avaliação quanto à emissão de gases de todos os estados brasileiros e sua comparação com o restante do Brasil. Dentre os estados brasileiros, a Paraíba é um pequeno contribuidor na emissão de gases, como citado anteriormente. No entanto, temos que enfrentar problemas ambientais sérios, como o processo de desertificação, que se acentua, a desmatamento das matas ciliares de nossos principais rios e córregos, o baixo percentual de tratamento do esgoto gerado, a prioridade de deslocamento via carro particular, que ainda domina nosso modelo de mobilidade urbana, o desmatamento de áreas de proteção ambiental nos centros urbanos, a ausência de uma educação ambiental, entre outros. Além da necessidade de atualização da legislação ambiental como levantado pela própria Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. [100]

[100] https://codata.pb.gov.br/noticias/secretaria-de-meio-ambiente-e-sustentabilidade-visita-a-codata

Gráfico 7.4.a - Emissões de GEE por estado 2021



Fonte: SEEG

Pontos de atenção:

- ➔ Ao projeto **Brasil 2045** proposto pelo **Observatório do Clima** que tem como base diminuir a emissão de gases até o ano em questão, e que visa mudanças importantes desde política climática, controle do desmatamento, bioeconomia e atividades agrossilvopastoris, justiça climática, energia, biodiversidade e áreas costeiras, indústria e gestão urbana, governança, até financiamento da política ambiental nacional, para que haja uma diminuição na liberação de gases do efeito estufa que tanto prejudica o meio ambiente.

8 Considerações Finais

Em suma, esse estudo buscou traçar um quadro sucinto do cenário socioeconômico e ambiental da Estado da Paraíba, para subsidiar a análise da Prestação de Contas do Governo Estadual (PCA 2022), por intermédio da utilização de indicadores-chaves de *performance* (KPI - *Key Performance Indicator*) das mais diversas áreas, do ano de 2022 e anos anteriores. O que demonstra, por outro lado, a possibilidade do controle externo ir além da fiscalização meramente

formal dos gastos públicos, passando a observar também a necessária avaliação da qualidade, do resultado e do impacto das políticas públicas na sociedade e no seu bem-estar.

Como foi mencionado nesse estudo, a adoção de um sistema de medição de desempenho a partir de *indicadores-chaves* é de fundamental importância para o fortalecimento da análise de problemas estratégicos de forma proativa; de modo a evitar a perpetuação de falhas e de ineficiências sistêmicas, subsidiando a escolha de novos caminhos estratégicos e a tomada de decisões, estimulando o aprendizado dos governos, e fortalecendo o controle social por meio da transparência e da prestação de conta dos resultados.

O estudo reforçou ainda a necessidade de se buscar cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que é um guia global para orientar os esforços de planejamento e monitoramento das políticas públicas. Eles abrangem todas as áreas mencionadas e destacam a importância de se trabalhar de forma integrada e colaborativa para alcançar um desenvolvimento sustentável em nível global[101].

Por fim, vale ressalvar que essa visão de trabalho proposta deve não só analisar os dados em si, mas observar eventuais crises e impactos econômicos, sociais e ambientais, os quais podem gerar alterações nos indicadores em um determinado período de tempo, como foi o caso da pandemia de *Covid-19* em 2020-2021.

E isso é essencial para se planejar e executar melhor políticas (públicas)/projetos/ações capazes de reverter tendências adversas e criar um ambiente de ciclos virtuosos e sustentáveis, tão necessário a um Estado como a Paraíba, com tantas carências, mas com grandes oportunidades .

[101] https://chat.openai.com/ (Revisado e incrementado pela Auditoria à sugestão de definição dos ODS da Agenda 2030 da ONU)